

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Diego Segobia Bocci

**Geografia e migrações:
o caso dos haitianos no município de São Paulo**

MESTRADO EM GEOGRAFIA

**São Paulo
2015**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Diego Segobia Bocci

**Geografia e migrações:
o caso dos haitianos no município de São Paulo**

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Marcia Maria Cabreira Monteiro de Souza.

**São Paulo
2015**

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Jesus, Nossa Senhora Aparecida e aos Espíritos de Luz por terem me acompanhado em mais um desafio.

Agradeço meus pais e minha irmã pelo apoio, paciência e compreensão.

Agradeço a Profa. Dra. Marcia Cabreira por ter me orientado, novamente, e me ajudado e compreendido em momentos de dificuldades acadêmicas e pessoais.

Agradeço as Profa. Dra. Dulce Baptista e Profa. Dra. Marisia Buitoni por me oferecerem um aprendizado único e profundo, quanto aos comentários, reflexões e indicações bibliográficas feitos sobre o meu trabalho.

Enfim, agradeço a todos, que de alguma forma, me ajudaram e participaram desse processo, em especial, a Gabriela Mingatos pela paciência em discutir algumas dúvidas, quando elas me pareciam colossais e, também, pela positividade passada. E ao pessoal da Missão Paz, (Monica, Socorro, Dirceu e José), pela atenção e cordialidade em me auxiliar na interação sobre a situação dos haitianos em São Paulo.

DEDICATÓRIA

*Aos que migram, por não terem o necessário para ficar, levando consigo, a
esperança de encontrar dias melhores!*

Diego Segobia Bocci

**Geografia e migrações:
o caso dos haitianos no município de São Paulo**

RESUMO

A dissertação tem como objeto de estudo o atual padrão dos fluxos migratórios internacionais recentes. Assim, apresenta como objetivos gerais a reflexão sobre o aumento da quantidade de pessoas que integram esse fluxo e a análise dos motivos de maior controle e violência migratória. Como objetivos específicos, busca-se analisar as bases existenciais da sua produção e das formas de exploração dos seus integrantes mais pobres. A estruturação teórico-metodológica está baseada no materialismo histórico e dialético, que a Geografia também expressa. Nesse sentido, dentro da realidade socioespacial capitalista, as pessoas que compõem as migrações internacionais, principalmente, as mais desprovidas dos meios de existência, tornaram-se mercadorias, que são comercializadas em distintas localidades no mundo, cuja globalização reforçou essa realidade, pois intensificou o enraizamento, global, de uma ideologia hegemônica da classe dominante.

Palavras-chave: geografia; migração; haitianos.

Diego Segobia Bocci

**Geography and migration:
the case of Haitians in São Paulo**

ABSTRACT

The dissertation's subject matter is the current standard of recent international migration flows. With this, the overall objectives are to reflect on increasing the amount of people that make up this stream and analyzing the reasons beyond control and migratory violence. As specific objectives, we seek to analyze the existential bases of production and forms of exploitation of its poorest members. The theoretical-methodological structure is based on historical and dialectical materialism, that geography also expressed. In this sense, within the social and space capitalist reality, people who make up the international migration, especially the most deprived of the means of existence, have become commodities, which are marketed in different locations in the world, which globalization has strengthened this reality, since it intensified rooting, global, hegemonic ideology of the ruling class.

Keywords: geography; migration; Haitians.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....	12
1.1 Migração internacional: uma opção de definição	24
1.2 Panorama geral: origens e destinos das migrações internacionais recentes.....	30
1.3 Migração internacional e o controle migratório nacional	35
1.3.1 Migração internacional e o aliciamento do tráfico humano.....	37
1.3.2 Migração internacional e a xenofobia	42
2. GEOGRAFIA E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	47
2.1 Considerações gerais sobre a produção do espaço geográfico.....	49
2.2 Migrações internacionais: espaço geográfico, território e Estado	65
2.2.1 Migrações internacionais: espaço geográfico e globalização.....	82
3. ESTUDO DE CASO: MIGRAÇÃO HAITIANA PARA SÃO PAULO	94
3.1 Migração haitiana: considerações gerais das condições socioeconômicas do Haiti.....	94
3.2 Migração Haitiana: do Haiti para o Brasil	99
3.3 Haitianos no município de São Paulo: aspectos gerais de cotidiano e inserção.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

Ao longo de alguns anos estudando migração, um dos aspectos que mais destacou-se foi a complexidade e dinâmica que envolvem os movimentos migratórios e, principalmente, as dores, expectativas, esperanças, medos, ansiedades e incertezas presentes nessa jornada.

Nesse contexto, é um incômodo acompanhar notícias e ações de diferentes governos, que tratam os migrantes, antes de mais nada, como ameaças para segurança nacional e, além disso, a forma como continuam sendo explorados por setores da economia, pela violência física e psicológica sofridas e pelo crescimento do número de mortes, inclusive, das mais desumanas possíveis.

Da minha indignação e inquietação diante desse cenário, coloco-me na empreitada do mestrado, com o intuito, de tentar contribuir, academicamente, com meu trabalho, em construir um texto que possa constituir mais um instrumento no debate crítico e humanizado, engrossando as discussões contra essa perversidade e desrespeito aos direitos humanos.

Desse modo, pretendi elencar, como objeto de estudo, o atual padrão dos fluxos migratórios internacionais recentes, apresentando como objetivos gerais uma reflexão sobre o aumento do volume de pessoas, que participam desse tipo de fluxo, ao longo do tempo, além disso, discutir os motivos de enrijecimento do controle fronteiriço e consular e, também, apontar o crescimento de ações violentas contra migrantes. Já, os específicos, estão alicerçados na construção de uma análise das bases existenciais da sua produção e das formas de exploração dos seus integrantes mais pobres.

Assim, a estruturação teórico-metódica, ocorre sob o viés do materialismo histórico e dialético, que a Geografia também expressa e, que se dá, pela compreensão das contradições socioespaciais, dentro do modo de produção capitalista, no decorrer da história, ou seja, a produção do espaço geográfico é social e expressaria suas contradições e desigualdades, em um movimento dialético temporal.

Essa interação entre Geografia e marxismo, década de 1970, contribuiu para proporcionar a ampliação dos horizontes da abordagem e produção geográfica, a partir da introdução, no seu pensamento, de aspectos da estrutura e funcionamento da sociedade e natureza, elaborados por K. Marx, ao longo do seu conjunto teórico-metódico.

Justamente, por essa nova forma de pensar a posição e participação da Geografia, em um cenário, que se configurava perversamente, efetivou-se:

“O interesse da obra de Marx, para a Geografia [...] sobretudo quando formula categorias científicas como os modos de produção e as formações econômico-sociais, quando analisa as relações cidade/campo e vincula a evolução da sociedade à luta de classes [...] enquanto Engels traz grande contribuição ao estudar as transformações naturais e os problemas urbanos”. (ANDRADE. 1987, p.125).

Com isso, auxiliando também para introduzir, no pensamento geográfico, o que se pode denominar de preocupação social, ou seja, que essa ciência conscientize-se da sua ação política e ideológica, sobre o contexto socioeconômico determinado, com o objetivo de auxiliar na transformação social, desmascarando as estruturas dominantes de poder.

Assim, sob essa óptica de corrente, a Geografia torna-se uma ciência engajada na compreensão, denúncia e posicionamento contrário a dominação perversa e excludente, que produz o espaço geográfico de forma desigual.

Por fim, essa dissertação está estruturada em três capítulos, para contemplar as preocupações apontadas, ao longo dessa introdução.

No primeiro capítulo, é construída uma definição básica de migrante e migração internacional, baseada em documentos de referência estatística da Organização das Nações Unidas. Além disso, é desenvolvido um panorama geral das migrações internacionais recentes, destacando os principais fluxos de origem e destino, o crescimento das diversas formas de controle migratório internacional, a escalada da xenofobia e do tráfico de pessoas.

Já, no segundo capítulo, é estruturada uma análise e reflexão sobre a produção socioespacial, dentro do modo de produção capitalista, e suas implicações na configuração dos atuais padrões migratórios internacionais e, inclusive, de algumas situações de violência e exploração vividas, principalmente, pelos migrantes mais pobres.

No, terceiro capítulo, apresenta-se um estudo de caso, baseado na migração haitiana para o município de São Paulo, que serve para destacar a relação teórico-prática, sobre alguns apontamentos realizados nos dois capítulos anteriores, quanto à forma de ingresso, inserção na sociedade brasileira e de algumas violências vivenciadas nesse fluxo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL SOBRE A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

“Os deslocamentos populacionais constituem elementos importantes na compreensão da história”. (VIEIRA. 2007, p.7).

A história da humanidade é marcada pela mobilidade espacial de pessoas e, nesse contexto, as dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas, ao longo do tempo, influenciaram os deslocamentos de diversos e distintos grupos de pessoas pelos diferentes continentes, se caracterizando, assim, como uma questão latente nas relações entre os países, por causa da complexidade socioeconômica envolvida e por apresentar diferentes escalas de ocorrência, tendo em vista que:

“[...] as migrações, nas suas mais diferentes expressões, representam uma das questões mais candentes [...] De refugiados de guerra a trabalhadores ilegais, pessoas das mais diversas origens nacionais e étnicas, classes sociais ou religiões compõem uma rede de migrações complexa, multifacetada e de amplitude variada”. (VIEIRA. 2007, p.7).

Logo, enquanto fenômeno social, antigo, e histórico-geográfico, constitui-se como fator decisivo na ocupação da superfície terrestre. Remontando, de maneira básica, ao início da nossa história, as hipóteses mais disseminadas, no meio científico, destacam que o surgimento dos primeiros hominídeos aconteceu no continente africano, onde, conseqüentemente, também teriam se desencadeado os primeiros deslocamentos intracontinentais de ocupação, e deste, para Europa, Ásia, Oceania e América, como pode ser observado, em parte, na figura 1, a seguir:

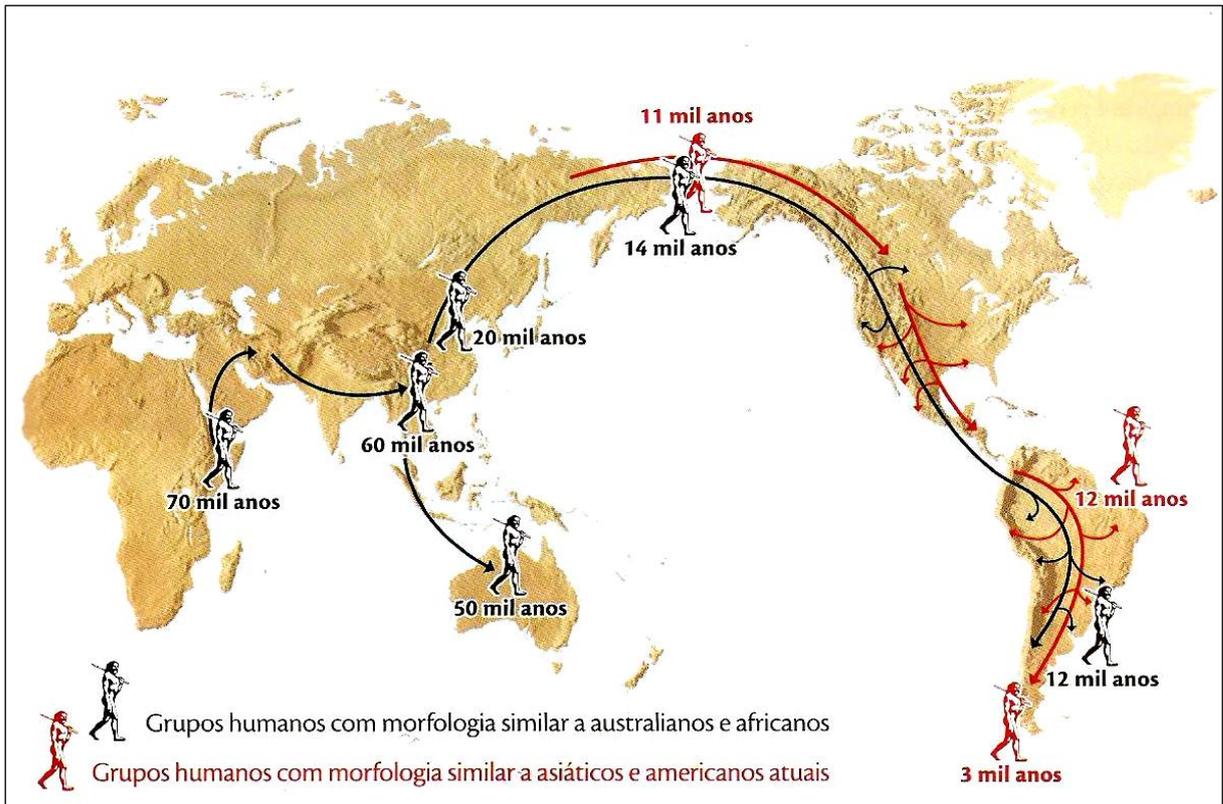


Figura 1: Migração de hominídeos, ao longo do tempo.

Fonte: http://www.revistadehistoria.com.br/uploads/docs/images/images/povoamento_ameaaa.jpg. Acesso em 15 fev. 2015.

Nesse contexto, para além dessa questão de ocupação da superfície terrestre, iniciada na África, O. Paiva, (2007), considera mais do que isso, e aponta que as migrações interferiram na própria constituição do homem, tendo em vista que:

“A reflexão sobre as origens africanas do homem contemporâneo revela que as migrações são constitutivas de nossa história e aponta para o fato de que a sua humanização se fez num longo processo de deslocamentos contínuos pelas diferentes regiões do globo. Somos assim migrantes e dos deslocamentos constituem elementos fundamentais de nossa humanização [...] A humanização do homem se fez sobre um processo permeado de contatos com o outro, com o diferente, contatos que produziram complementariedades, simbioses e conflitos”. (PAIVA. 2007, p.18-19).

Dessa forma, as migrações ganham destaque a partir do século XVI, pois com o advento das grandes navegações, se estabeleceram efetivas condições de contato entre os continentes, nesse momento, estruturadas através de relações comerciais, impostas pelos europeus, colonialismo, o que causou o surgimento de fluxos migratórios entre os continentes.

Do século XVI, até praticamente a metade do século XX, com o desenvolvimento de meios de transporte e de telecomunicações mais eficientes, houve uma intensificação nas relações entre os países, que mais dependentes uns dos outros, possibilitou um gradual aumento da mobilidade espacial das pessoas. Na figura 2, a seguir, pode-se conferir seus principais fluxos globais, no período destacado.

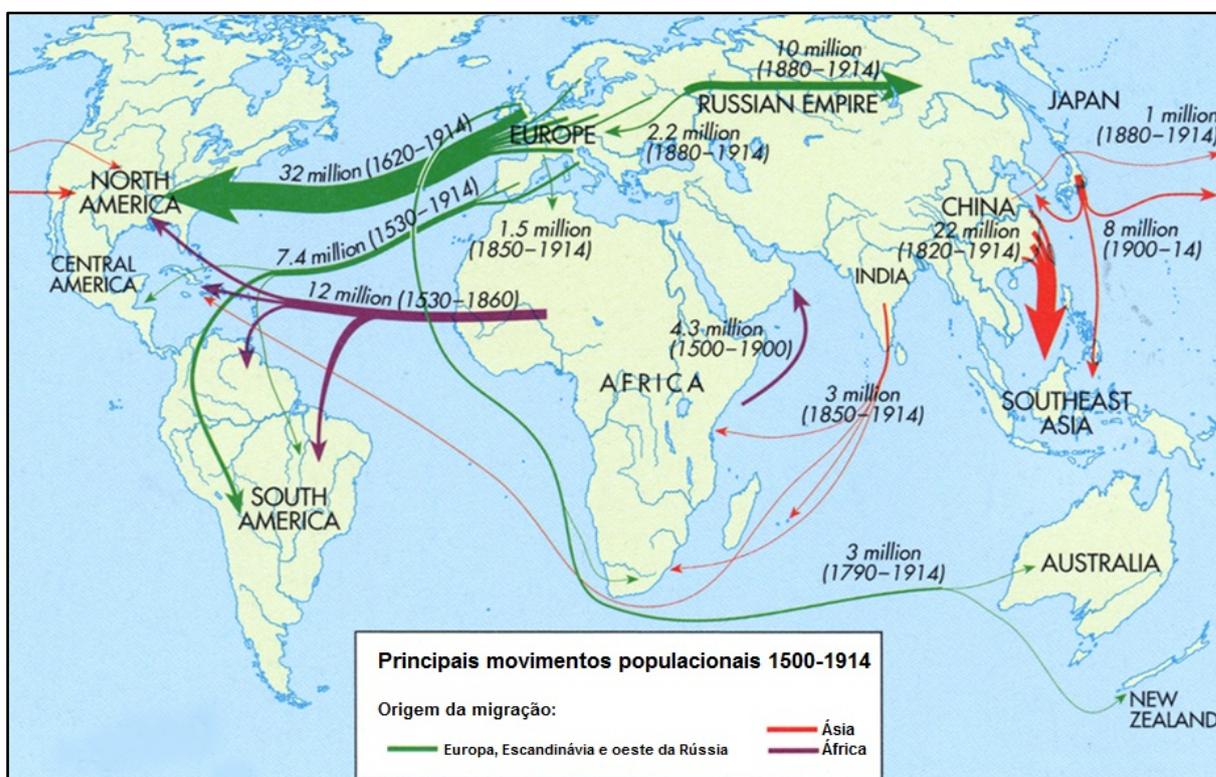


Figura 2: Principais fluxos migratórios, 1500-1914.

Fonte: http://www.lasalle.edu/~mcinneshin/251/wk09/images/Major_Population_Movements_1500-1914.jpg. Acesso em 28 fev. 2015.

Nessa óptica, considerando a figura anterior e focando na escala ocidental, os principais deslocamentos internacionais transcontinentais, aconteceram da Europa para outros continentes, sobretudo, para América, tendo em vista:

“A substituição total da vela pela energia a vapor nos navios de passageiros que cruzavam o Atlântico, a instalação do primeiro cabo de telégrafo transatlântico, em 1886, e a conclusão de um primeiro conjunto de ligações ferroviárias, por volta de 1870, em todos os principais países europeus e americanos criaram um meio de transporte e de comunicação infinitamente mais rápido e barato entre a Europa e a América [...] Informações sobre as condições de emprego, em especial, estavam agora prontamente disponíveis em poucas semanas, nos principais países europeus de emigração. O grande número de viagens marítimas também garantia contato constante e relativamente imediato com todas as nações americanas do Atlântico”. (KLEIN. 2000, p.27).

O principal período de migração europeia para a América, de acordo com O. Paiva, (2007, p.13), ocorreu entre 1820 e 1914 “[...] nesse fazer a América, um compasso entre formas de desenvolvimento econômico desiguais e combinadas, produziram uma Europa expulsora e seu contraponto: uma América atrativa”.

Nessa conjuntura, o início da Primeira Guerra Mundial, freou a maciça saída de migrantes europeus para o continente americano, embora voltou-se “[...] a recuperar-se na década de 1920, porém nunca mais atingiu os altos índices do período anterior à guerra”, (KLEIN. 2000, p.26).

Outro marco importante que alterou o padrão geral migratório mundial, que se caracterizava até aquele momento, foi o período do entre guerras, 1918-1939, e a Segunda Guerra Mundial, pois gradualmente, transformou os Estados Unidos da América (EUA), Europa Ocidental e Japão, em alguns dos principais polos de atração migratória mundial.

Essas mudanças migratórias ocorreram alicerçadas em diversos acontecimentos, que podem ser divididos em dois possíveis grupos: o primeiro refere-se às mudanças na América, onde houve a redução da necessidade por mão de obra e a criação de cotas de migração, como consequência da crise de 1929.

Já o segundo concerne às transformações sociais, políticas e econômicas da Europa, marcada pela queda das taxas de natalidade, finalização de processos de formação de Estados nações, reaquecimento econômico e da intensificação de movimentos nacionalistas (antes da Segunda Guerra Mundial), tendo em vista:

“A queda dos preços de produtos primários americanos no mercado mundial, no final dos anos 20 e o início da Grande Depressão nas nações desenvolvidas após 1929, tudo contribuiu tanto para limitar os mercados de trabalho nacionais quanto para promover um sentimento antiestrangeiro que começou a encontrar expressão nas políticas migratórias cada vez mais restritivas. O ponto decisivo e final de tudo isso foi a decisão dos Estados Unidos, em 1921, de limitar com todo o rigor a imigração proveniente de todos os países. A essa decisão seguiram-se novas leis de imigração, mais rígidas ainda, em todos os principais países americanos [...] Ao mesmo tempo, fatores que haviam estimulado a imigração na Europa também estavam mudando. A queda dos antigos impérios, após o Tratado de Versalhes, contribuiu para o surgimento de um nacionalismo novo e intenso que não via a emigração com bons olhos. Ainda assim, as taxas de natalidade haviam começado a cair, e ao mesmo tempo os mercados locais passaram a expandir-se quando a industrialização chegou à Europa oriental e meridional, diminuindo assim a pressão a migrar”. (KLEIN. 2000, p.26).

No caso japonês, o fluxo de migrantes acontece “[...] sobretudo a partir dos anos 80, quando começou a aparecer escassez de mão-de-obra em determinados setores da economia. Assim, entre 1975 e 2001, o número de estrangeiros regulares passou de 750 mil para 1,8 milhões. O governo escolheu atrair principalmente descendentes nipônicos provindos do Brasil e do Peru”, (MARINUCCI. 2007, p.8), como resultado do período de reconstrução, que ocorre

desde o final da Segunda Guerra Mundial e, em um momento, que o Japão apresentava um grande desenvolvimento industrial e tecnológico.

Nesse cenário, e após a Segunda Guerra Mundial, o principal centro de poder das relações internacionais, desde o século XVI, a Europa, encontrava-se devastada, tanto do ponto de vista populacional, por um déficit demográfico de mais de sessenta milhões de pessoas, (resultado do período de guerras), quanto da infraestrutura geral, em que os sistemas viário, de saúde, saneamento básico, rede elétrica, telefonia e entre outros, estavam parcial ou completamente destruídos.

Além disso, esse momento na Europa, também era marcado por influências externas devido à constituição de uma ordem mundial, bipolar, orientada pela disputa político, ideológica e militar entre EUA, e antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS, acarretando alterações político-territoriais como, por exemplo, a divisão da Alemanha e mesmo a Cortina de Ferro.

Aproveita-se o ensejo, sobre Guerra Fria, para destacar uma diferença e semelhança na organização dos fluxos migratórios entre os sistemas capitalista e socialista.

A diferença, basicamente, está estruturada, no fato de que as imigrações eram, fortemente, submetidas e restringidas pelo governo, no regime socialista. Enquanto no regime capitalista, estavam, principalmente, sob a égide de interesses econômicos. Entretanto, havia uma particularidade, referente ao fato de que em países capitalistas ditatoriais, o governo era o principal agente de controle migratório, assim como na União Soviética, demonstrada na citação a seguir:

“No bloco soviético, a mobilidade humana era extremamente restrita. O coletivismo dominante subordinava os interesses individuais às exigências do Estado. Por outro lado, no mundo filo-americano as violações ocorriam, sobretudo nos assim chamados países em

desenvolvimento, onde os regimes militares, além de restringir o direito de ir e vir, gerava ondas de exilados, sobretudo na América Latina”. (MARINUCCI. 2007, p.2).

Saindo da perspectiva europeia e da Guerra Fria e, entrando em uma escala do mundo capitalista da época, destacando-se as décadas de 1950 a 1970, observa-se um cenário econômico global em aquecimento, marcado pela expansão dos mercados, aumento do consumo e da produção e, conseqüentemente, da geração de renda.

Com isso, os países da Europa Ocidental e EUA estimularam a migração, com o objetivo de conseguir mão de obra barata para ocupar vagas de emprego de menor qualificação e de baixa remuneração para seus padrões de vida, oriunda, em sua maioria, de países subdesenvolvidos.

Adentrando mais na questão, pontuada no parágrafo anterior, focando a situação da Europa, o ingresso de migrantes, nesse continente, também foi importante para sua reconstrução e manutenção do déficit populacional, acarretados pelas guerras.

Além disso, esses migrantes eram originários tanto de países mais pobres, em especial, das antigas colônias, quanto de países do próprio continente, que apresentavam menor expressão econômica, no caso, Espanha, Portugal, Grécia e Itália, como destaca a citação, a seguir:

“Mudanças no cenário da migração internacional na Europa têm ocorrido, acentuadamente, desde a década de 1960. Impulsionado pela reconstrução do pós-guerra, durante os anos 1950, as economias da Europa Ocidental, experimentaram uma rápida expansão, que aumentou a demanda por mão de obra. Para aliviar essa escassez, os governos recrutaram, ativamente, trabalhadores estrangeiros, especialmente, de países vizinhos e também das existentes e antigas colônias europeias. Grécia, Itália, Portugal e

Espanha que tornaram-se fontes importantes de trabalhadores para outros países europeus. O recrutamento ativo de trabalhadores estrangeiros continuou durante os anos de 1960 e envolveu um número crescente de países, incluindo Marrocos, Turquia e da ex-Iugoslávia¹". (DESA². 2004, p.41, tradução do autor).

A partir de meados da década de 1970, em diante, pode-se dizer que o mundo entra em outra nova fase de grandes mudanças migratórias, causadas por um conjunto de acontecimentos, a saber: duas crises do petróleo, recessão da economia mundial na década de 1980, aumento da fragmentação da produção em escala internacional, intensificação de políticas econômicas neoliberais e do fim da Guerra Fria, como aponta J. Brzozowski, (2012, p.137), ao afirmar que “nesse período, que abrangeu duas guerras mundiais, descolonização e guerra fria, ocorreram mudanças profundas na economia mundial que também influenciaram o padrão migratório dos muitos países e regiões: tanto receptores como emissores”.

Além dos fatores citados no parágrafo acima, no caso europeu, também se deve considerar a consolidação e expansão do Mercado Comum Europeu³ e da reestruturação social e de infraestrutura alcançada, como destaca outro trecho do mesmo relatório, citado anteriormente:

¹ Do texto original: “Changes in the international migration landscape have been particularly sharp in Europe since the 1960s. Propelled by post-war reconstruction during the 1950s, the market economies of Western Europe experienced a rapid economic expansion that increased labour demands and led to labour shortages. To relieve such shortages, Governments actively recruited foreign workers, especially those from neighboring countries, from current or former colonies, and from Southern Europe. Greece, Italy, Portugal and Spain became major sources of workers for other European countries. The active recruitment of foreign workers continued during the 1960s and involved an expanding number of countries, including Morocco, Turkey and the former Yugoslavia”.

² Department of Economic and Social Affairs.

³ Que além de facilitar o comércio entre os países membros, também criou a possibilidade de maior unificação do mercado de trabalho, com isso, diminuindo a dependência por mão de obra externa ao continente.

“Quando a recessão causada pelo aumento acentuado do preço do petróleo, teve início em 1973, os governos dos países que haviam fomentado a admissão de trabalhadores estrangeiros, durante as décadas anteriores, decidiram parar com o recrutamento e permitir a permanência daqueles migrantes que já estavam presentes em seus territórios, enquanto facilitavam sua reunificação com membros da família imediata⁴”. (DESA. 2004, p.41. tradução do autor).

Assim, após essa readequação social de escala mundial, sobre novas diretrizes políticas e econômicas, alteram-se a forma como os países mais desenvolvidos concebiam, em geral, a receptividade migrante.

Logo, o controle migratório tornou-se, desde então, cada vez mais, burocrático e rigoroso, tanto na questão documental e seletiva, quanto no controle de fronteiras e, inclusive, na intensidade da violência usada para restringir, ao máximo, o ingresso de determinados grupos de migrantes, em especial, os mais pobres, situação que se torna mais, áspera após os atentados de 2001 e da crise econômica de 2008.

Considerando, respectivamente, a ordem dos fatores citados no parágrafo anterior. Os atentados de 11 de setembro representam, principalmente, para os EUA, uma vulnerabilidade inimaginável, até então, mudando os rumos das suas políticas interna e externa e, conseqüentemente, das relações globais, seguidas de perto pela comunidade europeia, já que:

“O poderio incontestado dos Estados Unidos depois da Guerra Fria tornou arraigado o sentimento de invulnerabilidade do país à violência que cresce e se desenvolve em outras regiões. Tanto maior foi, nesse contexto, o impacto do 11 de setembro sobre a psique

⁴ Do texto original: “When the recession caused by the sharp increases in oil prices that occurred in 1973 began, the Governments of countries that had fostered the admission of foreign workers during previous decades decided to stop further recruitment and permit the continued stay of migrant workers already present in their territories while facilitating their reunification with immediate family members”.

americana, ao representar, na "descoberta" da vulnerabilidade, um choque nunca antes experimentado e a sensação de que o país nunca mais seria o mesmo. A rapidez e a dimensão da resposta aos ataques, considerados desde o início como "atos de guerra", dão a dimensão exata da comoção por eles provocada". (BARBOSA. 2012, s.p.).

Com base no mesmo autor, (2012, s.p.), "no campo da segurança, a defesa interna e a vigilância nas fronteiras e aeroportos tendem a assumir espaço relevante na agenda americana e, por extensão, na da cooperação política internacional". Dessa forma, incluindo, definitivamente, as migrações internacionais em um contexto de segurança nacional, que tornaram os migrantes em potenciais suspeitos.

Fato é, que a mobilidade espacial, já estava em um contexto de segurança nacional, pois em nome da defesa da soberania territorial e da cultura nacional, já se desrespeitava os direitos humanos para garanti-la, muitas vezes, infundadamente, e apenas alicerçada na aversão ao estrangeiro. Entretanto, os atentados de 11 de setembro foram o estopim para que, perversamente, se legalizasse tais desumanidades⁵:

"Este evento⁶ provocou o retorno imponente do tema da "segurança", gerando novas suspeitas em relação aos imigrantes, sumariamente responsabilizados pelo recrudescimento de atentados terroristas. Disso decorreu um acirramento da luta contra a imigração irregular, através da construção de muros, da militarização de espaços fronteiriços, da cooperação e troca de informações entre países e da utilização de tecnologia sofisticada para o controle das fronteiras e a emissão de vistos. Na realidade, o 11 de setembro não mudou as orientações básicas de política internacional e imigratória, apenas se

⁵ Com isso, não se questiona aqui, uma proibição do controle e da organização migratória nacional, mas a forma de tratamento dos governos com essas pessoas, para que não seja, antes de tudo, um ataque violento ao máximo direito de alguém, que é a sua própria vida.

⁶ Os atentados de 11 de setembro.

tornou a justificativa ideológica para legitimar posições preexistentes”. (MARINNUCI. 2007, p.12).

Dentro desse cenário, de crescimento da suspeita sobre o migrante internacional, pode-se apontar, que mesmo com a intensificação de problemas ambientais, perseguições étnico-culturais e conflitos armados e suas inserções mais latentes no contexto das migrações internacionais, as condições econômicas ainda têm um papel relevante na formação de localidades de expulsão e atração de pessoas, como destaca H. Klein, (2000, p.14), ao afirmar que “uma vez que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, é essencial saber por que mudam as condições e quais são os fatores responsáveis pelo agravamento da situação crítica que afeta a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la”.

Tendo isso como base, é relevante destacar, que dada às condições de cenários socioeconômicos globais ou nacionais, constituem-se situações de maior ou menor receptividade nos países de destino.

Nessa perspectiva, a crise de 2008 influenciou algumas alterações na circulação migratória mundial, a começar por certa redução do volume ascendente dos fluxos, por exemplo, para os EUA e em alguns países da Europa, figura 3, que são áreas tradicionais de atração e na queda de remessas financeiras feitas por migrantes aos seus familiares, que estão nos países de origem.

Além disso, fomentou fluxos de retorno⁷, alguns, apoiados por programas de governo, por exemplo, como aconteceu nos EUA, países da União Europeia e

⁷ A intensidade desses diferentes fluxos de retorno está nivelada pela situação econômica dos países de origem, logo, quanto mais acometido, também, pela crise econômica, menor é o fluxo. Nota-se, nesse caso, uma maior migração de retorno, principalmente, para países em desenvolvimento ou desenvolvidos.

Japão⁸, que financiaram os custos das viagens de volta para migrantes desempregados que quisessem regressar para suas nações de origem, com a condição de não retornarem por prazos estipulados em contratos, tendo em vista:

“A crise econômica internacional desencadeada em 2008 produziu enormes efeitos sobre as migrações mundiais [...] aumentou brutalmente o desemprego entre os imigrantes, por estes normalmente se inserirem nas atividades mais afetadas pela recessão (construção, alojamento e restauração); que o volume dos fluxos migratórios desacelerou fortemente; que os movimentos ligados ao mercado de trabalho, incluindo as migrações temporárias e irregulares, foram os mais afetados; que o volume de remessas abrandou ligeiramente, apesar de revelar uma mais forte resiliência do que outros fluxos financeiros; e que o retorno de imigrantes foi escasso, por o impacto da crise nos países de origem ter sido frequentemente mais intenso do que nos países de destino. A maior exceção a esta situação de baixo retorno parece ter sido verificada em espaços integrados de livre circulação, como a União Europeia, em particular no caso da migração entre a Polônia, Reino Unido e Irlanda. Além dessas questões, é sempre válido ressaltar o papel fundamental das migrações no equilíbrio das regiões envolvidas e seus impactos na demografia, no contexto sociopolítico e econômico e nas relações sociais”. (NUNAN; PEIXOTO. 2012, s.p.).

Interessante notar, com o que foi desenvolvido, anteriormente, e durante a leitura bibliográfica, a ratificação da mobilidade espacial de pessoas, principalmente, sob a égide da economia e do mercado de trabalho.

Assim, trata-se primeiro o migrante como um trabalhador que pode servir algum interesse econômico do país, do que propriamente, enquanto ser humano, o que demonstra uma perversão social muito perigosa, pois abre margens para sua exploração. Contudo, essa questão será tratada, mais detalhadamente, no capítulo dois, dessa dissertação.

⁸ Em anexo, nas páginas I e II, uma matéria que serve como ilustração desse caso.

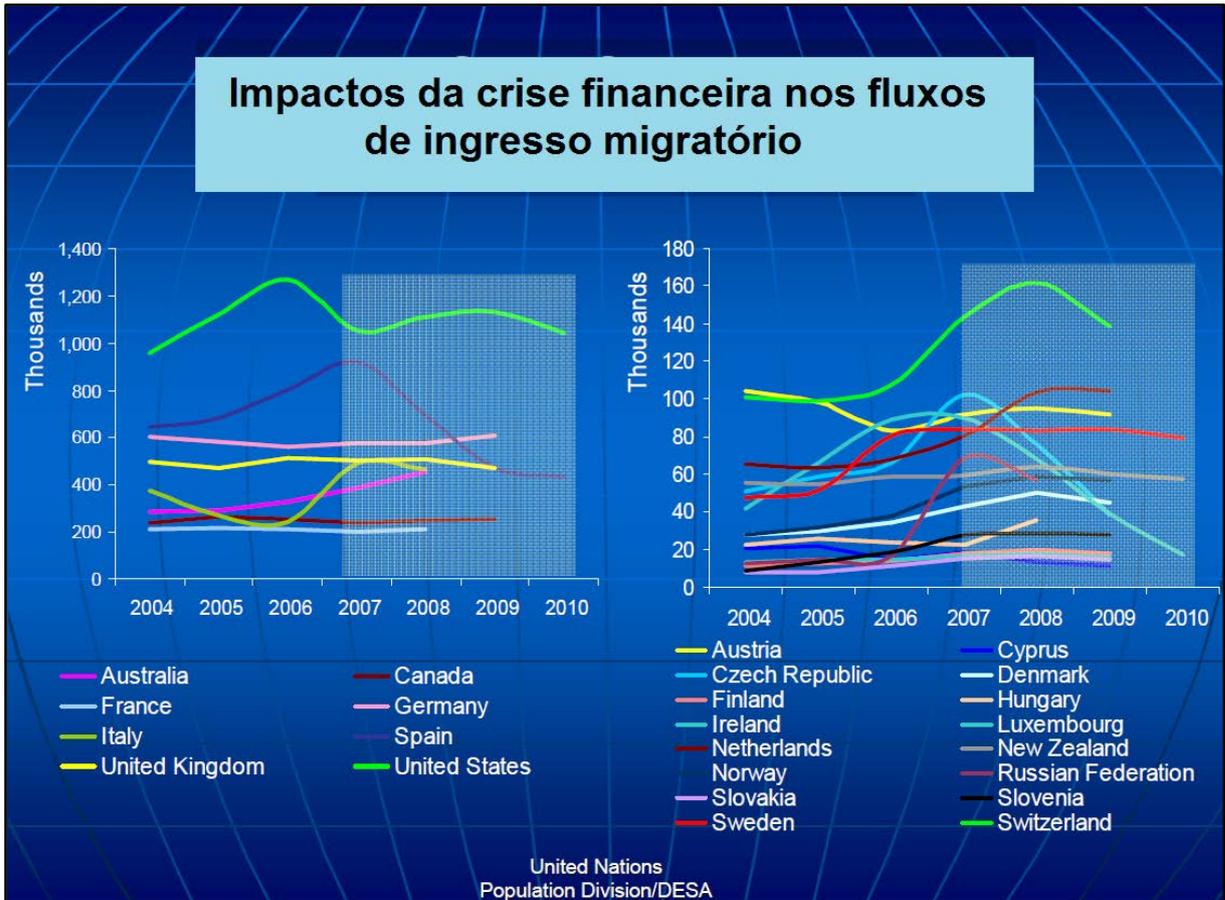


Figura 3: Padrão migratório internacional em 2010.

Fonte: *Migration levels and trends: Global assessment and policy implications*, p.18, 2012.

1.1 Migração internacional: uma opção de definição

“Desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos, grupos populacionais põem-se em movimento [...]”. (BECKER, 2006, p. 319).

A migração apresenta uma grande amplitude de significados, nesse sentido, M. Sorre, (1995, p.124), destaca que:

“No sentido original, bem amplo, o termo aplica-se somente à ideia de movimento, de mudança de lugar e moradia. Designa tanto uma atitude individual [...] quanto uma transferência de móveis ou uma mudança no sentido de uma palavra [...] o termo é rico em possibilidades”.

Neste contexto, C. Salim, (1992, p.119), destaca que a migração, basicamente, é “[...] qualificada em função do tipo de movimento ou deslocamento espacial que representa, podendo ser: contínua, circular, intermitente, de retorno, por situação de domicílio, intra ou inter-regional etc.”.

Assim, indo ao encontro de aspectos das considerações dos autores, citados anteriormente, O. Becker, (2006, p.323), destaca que a migração “[...] pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico”.

Dessa forma, baseado nesses exemplos de definições sobre migração, nota-se que destacam a mobilidade, temporária ou definitiva, que as pessoas podem realizar, em decorrência de particularidades, que O. Becker, (2006), deixa indicado serem decorrentes do modo de produção capitalista.

Embora, por mais pontos comuns que se possa apontar entre as diferentes propostas de conceituação sobre migração, não existe um consenso, já que:

“[...] inexistiu uma unanimidade no entendimento do que seja migração, migrante ou, simplesmente, mobilidade, e surgem ainda dificuldade para se delimitar o que seriam fluxos ou correntes migratórias – nomadismo, evasão populacional, movimentos sazonais [...] Além disso, as diversas filiações teóricas e metodológicas dos estudos já existentes, dependendo da abordagem, privilegiam indivíduo ou classes sociais, o micro ou o macro, etc.”. (SALIM. 1992, p.119)

Assim, optou-se por adotar as concepções oferecidas pela ONU, para definir migrante/migração internacional⁹, a partir do arcabouço conceitual e metódico apresentado no documento *Recommendations on Statistics of International Migration Revision 1*, que serve como referência para o processamento dos dados sobre este tema, publicados pelas diferentes agências desta organização e também pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e países.

Neste sentido, a ONU, através da divisão estatística da DESA, apresenta uma conceituação de migrante internacional, baseada em um aspecto básico, o tempo de residência, o classificando em duas subcategorias, migrante internacional de curto ou longo prazo, como está apresentado na tabela 1, a seguir:

Definição de país de residência e de migrante internacional de longo e curto prazo	
País de Residência	É o país em que uma pessoa vive, ou seja, o país no qual tem um lugar para viver, onde passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano. Já, o país onde uma pessoa está por motivo de viagens temporárias para fins de lazer, férias, visitas a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou peregrinação religiosa não é considerado o país de residência habitual.
Migrante Internacional de longo prazo	Uma pessoa que se muda para um país diferente daquele da sua residência habitual por um período não menos inferior a um ano (12 meses), de modo que o país de destino, efetivamente, torna-se seu novo país de residência habitual.

⁹ Já que a maioria dos dados sobre migração, utilizados na dissertação, são aqueles produzidos pela ONU, FMI e Banco Mundial, ou ainda, por outras organizações que seguem essa metodologia.

Migrante Internacional de curto prazo	Uma pessoa que se muda para um país diferente daquele da sua residência habitual por um período entre três a doze meses, exceto nos casos em que o movimento para aquele país é para fins de lazer, férias, visitas a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou peregrinação religiosa.
--	---

Tabela 1: Definição de residência e migrante internacional, segundo critérios da ONU. Fonte: DESA. 1998, p.18, tradução do autor¹⁰.

Com isso, entende-se por migrante internacional, o indivíduo que alterou o seu país de residência¹¹, por no mínimo três meses e que não se encontra em alguma situação de turismo¹², trânsito, nômade, trabalho transfronteiriço, viagens de negócio e exercendo qualquer função diplomática, consular e militar.

Assim, será apresentada uma segunda tabela, que expõe com detalhes as pessoas e seus relativos, considerados para qualificação como migrantes internacionais, desde que se enquadrem no período de permanência mínimo, destacado, anteriormente.

¹⁰ Da tabela original, que pode ser conferida na página III, do anexo.

¹¹ Residência, como pode ser observado, na tabela 1, expressa o local, onde essa pessoa se estabelecia, ou seja, tinha a sua rotina diária.

¹² Que corresponde a qualquer atividade “[...] para lazer, recreação, férias, visitas a amigos ou parentes, tratamento médico ou peregrinação religiosa e em excursionismo [...]”. (DESA. 1998 p.24, tradução do autor). A base de origem está na página III, do anexo.

Crêterios para defini�o de migra�o internacional¹³	
Pessoas que estão estudando no exterior - estudantes estrangeiros	Pessoas admitidas com licenças especiais ou de visto, que permitem realizar um curso específico de estudo, em uma institui�o credenciada do país receptor. Seus dependentes são admitidos e também incluídos nesta categoria.
Pessoas que estão sendo treinadas no exterior - <i>trainees</i> estrangeiros	Pessoas admitidas com licenças especiais ou de visto, que lhes permitam empreender uma forma�o que � remunerada no país de acolhimento. Seus dependentes são admitidos e também incluídos nesta categoria.
Pessoas que trabalham no estrangeiro - trabalhadores migrantes estrangeiros	Pessoas admitidas pelo país receptor para a finalidade específica de exercer uma atividade econômica remunerada. Sua permanência �, normalmente, restrita ao período em que está empregado nessa atividade. Seus dependentes são admitidos e incluídos nesta categoria.
Pessoas que trabalham em organiza�es internacionais, no exterior - estrangeiros admitidos como funcionários internacionais	Pessoas admitidas por visto ou autoriza�es de residência especial como funcionários de organiza�es internacionais, situadas no território do país de acolhimento. Seus dependentes e empregados são incluídos nesta categoria.
Pessoas que exercem seu direito de livre estabelecimento - estrangeiros que têm o direito de livre estabelecimento	Pessoas que têm o direito de estabelecer residência no país de acolhimento por causa de tratados ou acordos entre o seu país de cidadania e do país de acolhimento. Seus dependentes são incluídos nesta

¹³ Refere-se   classifica o atribuída ao migrante, quando ingressa no país receptor.

	categoria.
Pessoas que resolvem morar no exterior - estrangeiros admitidos para residência	Pessoas para quem são concedidas permissões de residência no país de acolhimento, sem limitações quanto à duração da estadia ou o exercício de uma atividade econômica. Seus dependentes também são incluídos nesta categoria.
Pessoas que constituem família no exterior - estrangeiros admitidos para formação de família ou reagrupamento	Esta categoria inclui o(a) noivo(a) e filhos adotivos estrangeiro(a)s e todas as pessoas estrangeiras autorizadas a se juntar aos seus parentes imediatos, já estabelecidas no país de acolhimento.
Pessoas que pedem asilo - Refugiados	Pessoas para quem foi concedido o status de refugiado.
Pessoas que buscam asilo - estrangeiros que procuram asilo	A categoria abrange tanto as pessoas que, eventualmente, são autorizadas a apresentar um pedido de asilo (requerentes de asilo), quanto aquelas que não entram no sistema formal de asilo, mas é, no entanto, concedida a permissão para permanecer até que se possa regressar em segurança aos seus países de origem.
Pessoas que ingressam em um país sem documentos exigidos - estrangeiros cuja entrada ou permanência não é sancionada	Esta categoria inclui os estrangeiros que violam as regras de admissão do país de acolhimento e não estão autorizados a permanecer por qualquer razão.

Tabela 2: Definição de residência e migrante internacional, segundo critérios da ONU. Fonte: DESA. 1998, p.21-23, tradução do autor¹⁴.

¹⁴ A tabela de origem está na página IV e V, do anexo.

A partir do que foi desenvolvido acima, segundo a ONU, é possível afirmar que a mobilidade mundial de pessoas, enquadrada como fluxo migratório internacional, resulta na mudança de residência entre duas nações, no período de tempo mínimo de três meses, dentro das possíveis situações apontadas pela tabela 2.

Desta forma, agregando esta conceituação básica a outros procedimentos estatísticos e de coleta de dado, a ONU, periodicamente, disponibiliza, por meio de suas agências, os resultados obtidos desta síntese, que representam uma amostra da situação migratória internacional, que também embasa parte das reflexões dessa pesquisa.

1.2 Panorama geral: origens e destinos das migrações internacionais recentes

“Sendo as migrações processos fundamentalmente dinâmicos e sujeitos à descontinuidade históricas, as noções de “país de emigração”, de “país de imigração” e mesmo de “país de trânsito” parecem bastante estáticas, distantes da complexidade dos diversos contextos migratórios”. (NETO. 2006, p.51).

Ao longo de alguns anos estudando a temática migratória é perceptível conceber seu dinamismo e volatilidade frente aos cenários nacionais e globais. Assim, conjecturas como as apontadas pela epígrafe, devem ser entendidas dentro de um momento histórico e não perpetradas ao longo do tempo, como algo imutável.

Considerando o exposto no parágrafo anterior, é importante destacar a configuração do panorama geral de origens e destinos (OD) das migrações mundiais

atuais. Para tanto, se fez uso de dois relatórios da DESA¹⁵, sendo um de 2012, (dados de 2010), e o outro de 2014, (dados de 2013).

Dentro dessa empreitada, primeiramente, deve-se apontar que o padrão migratório mundial, recente, se processou, gradual e, principalmente, do início do século XX, como foi desenvolvido na primeira parte desse capítulo.

Assim, desde então, ocorreu uma intensificação da OD Sul-Norte, mas ao contrário do que se pode imaginar, a OD Sul-Sul sempre prevaleceu sobre a primeira até o momento, como se observa, na figura 4, a seguir:

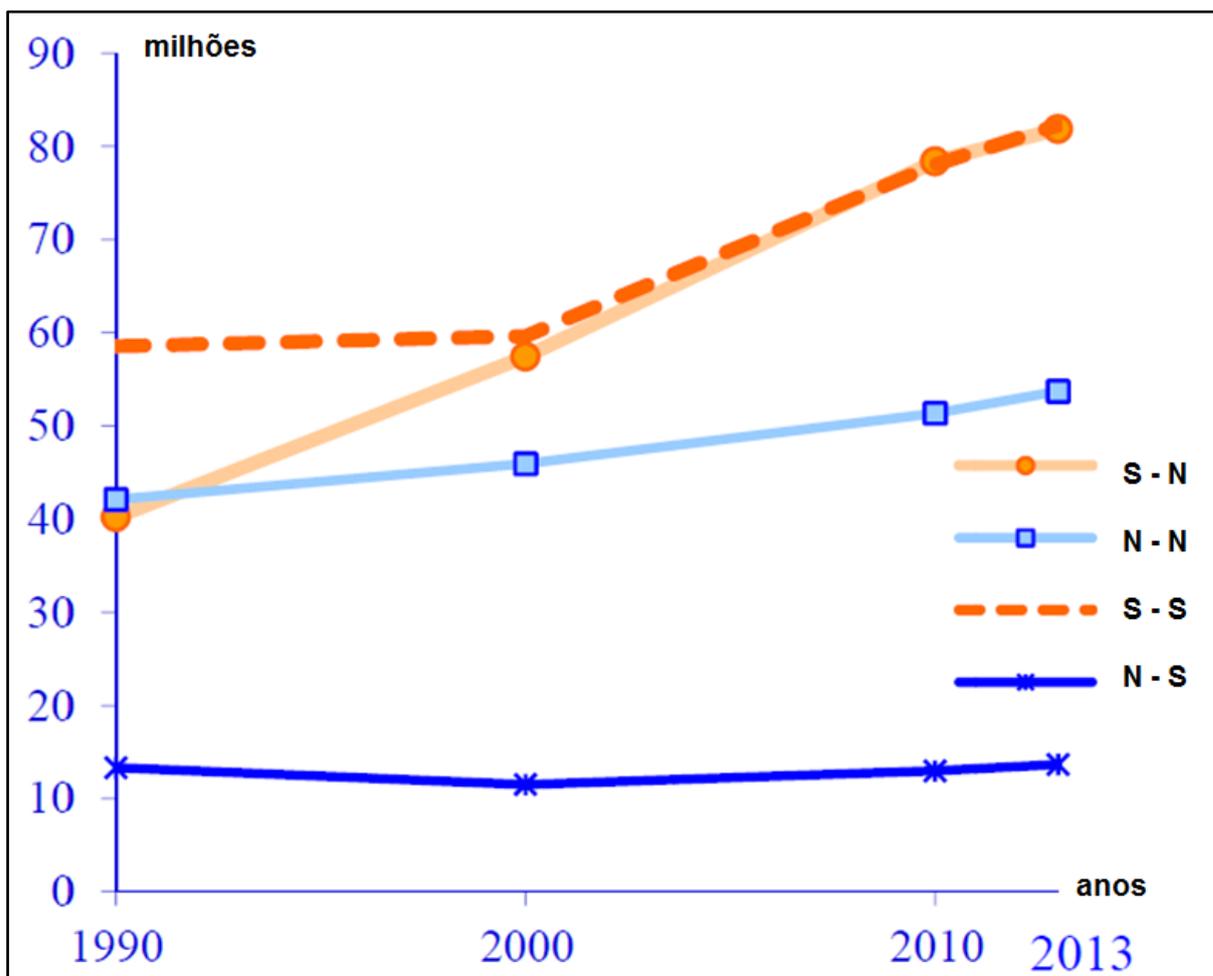


Figura 4: Número de imigrantes internacionais, por origem e destino, 1990-2013. Fonte: *International Immigration: Migrants by origin and destination*, p.1, 2014.

¹⁵ Os dois relatórios podem ser conferidos entre as páginas VI a XXII, do anexo.

Nota-se que em 2010, as migrações internacionais Sul-Sul, (73,6 milhões de pessoas), e Sul-Norte (72,7 milhões de pessoas), apresentaram a mesma faixa de porcentagem do total das migrações internacionais, na época 34%, mesmo assim, havia uma diferença de, aproximadamente, 900 mil pessoas, como é possível ser conferido, a seguir:

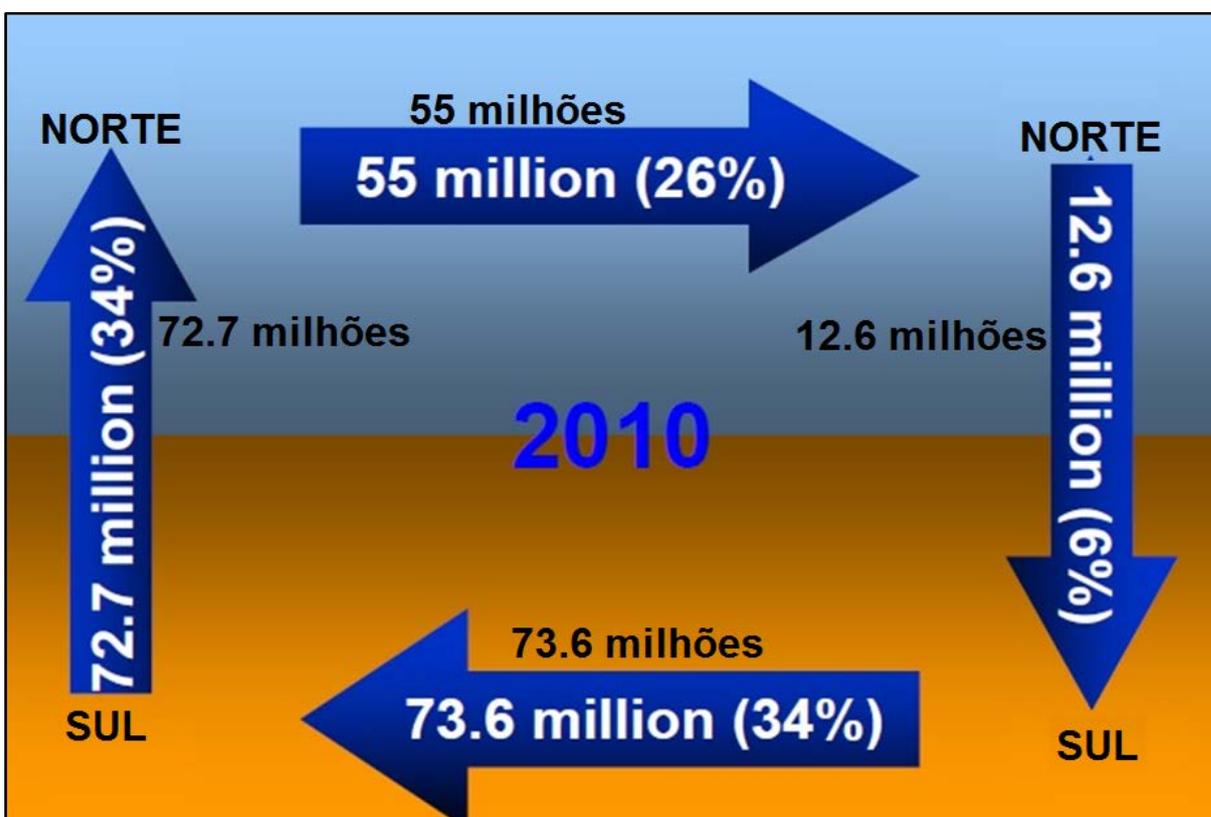


Figura 5: Padrão migratório internacional em 2010.

Fonte: *Migration levels and trends: Global assessment and policy implications*, p.5, 2012.

Comparando a mesma situação de 2010 com os dados de 2013, se constatou um aumento total, tanto na OD Sul-Sul que passou para 82,3 milhões, quanto na Sul-Norte que subiu para 81,9 milhões. Já a diferença entre ambas diminuiu de 900 mil pessoas para, aproximadamente, 400 mil, como ilustra a próxima figura.

Dessa forma, ainda prevalecem as migrações Sul-Sul, (ver próxima figura também), embora pode-se conjecturar, com base nos dados que, futuramente, existe uma grande possibilidade da mobilidade espacial internacional Sul-Norte prevalecer sobre a Sul-Sul, mesmo com todo o incremento de fiscalização de fronteiras e rigor seletivo consular.

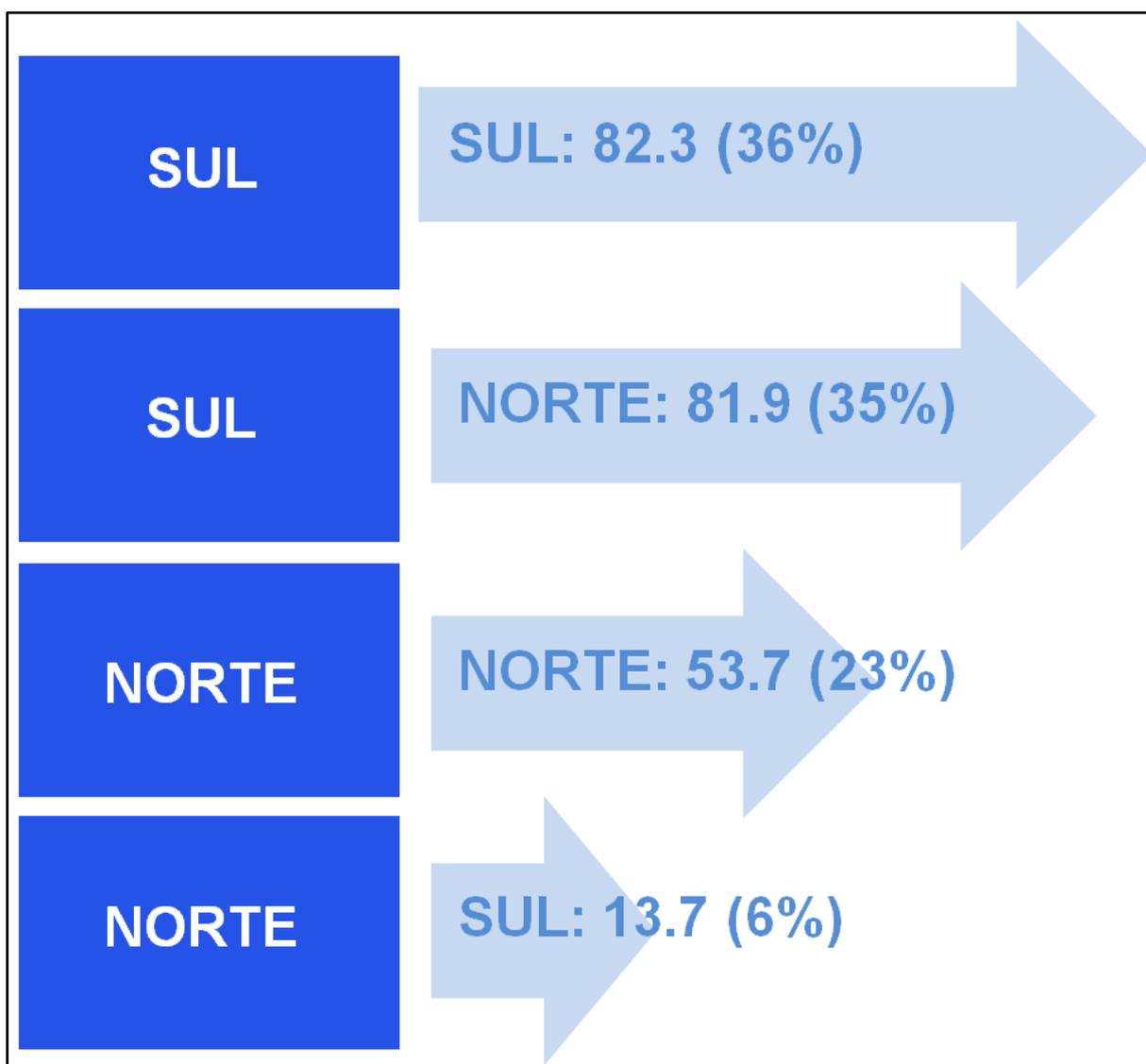


Figura 6: Distribuição internacional de imigrantes, por origem e destino, em milhões, 1990-2013.

Fonte: *International Immigration: Migrants by origin and destination*, p.1, 2014.

Outro ponto que se pode destacar, com esse material da ONU, é que ocorreu uma alteração no padrão Norte-Norte e Norte-Sul, de 2010 para 2013. Verifica-se uma queda da primeira OD de 55 para 53,7 milhões, (redução de cerca de 1,3 milhões).

Já da segunda, um aumento de 12,6 para 13,7 milhões (elevação de cerca de 1,1 milhão), o que pode demonstrar que algumas pessoas deixaram de migrar e ou preferiram países do sul aos do norte, decorrente dos possíveis efeitos da crise de 2008, como visto anteriormente, e da expansão das economias do sul.

Considerando o exposto acima, em um segundo momento, pondera-se que as migrações internacionais ocorrem, preponderantemente, de forma intracontinental, tendo em vista, que em “2013, 82% dos migrantes internacionais que viviam na África, 76% na Ásia, 64% na América Latina e no Caribe e 52% na Europa estavam vivendo na mesma região em que nasceram¹⁶”, (DESA. 2014, p.3, tradução do autor).

Assim, se entende que esse fator esteja ligado, em geral, aos elevados custos de longos deslocamentos e as dificuldades em tramites consulares para obtenção do visto, em especial, quando a intenção é a migração para os países do Norte¹⁷.

¹⁶ Do texto original: “2013, 82 per cent of international migrants living in Africa, 76 per cent in Asia, 64 per cent in Latin America and the Caribbean and 52 per cent in Europe were living in the major area in which they were born”. (DESA. 2014, p.3).

¹⁷ A ONU considera o termo “Norte” como aquele usado “[...] tradicionalmente, para efeitos de classificação estatística como “desenvolvido”, enquanto o termo “Sul” refere-se aqueles classificados como “em desenvolvimento”. As regiões desenvolvidas incluem Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Japão. Esses termos são usados por conveniência estatística e não expressam julgamento sobre o estágio alcançado por um determinado país ou região no seu processo de desenvolvimento”. (DESA. 2014, p.4). O texto original está nas notas da página XXII, dos anexos.

1.3 Migração internacional e o controle migratório nacional

“Por que as pessoas migram? Eis uma pergunta tradicional que nunca recebeu uma resposta completa, mas que deu ensejo a muitas publicações e debates”. (KLEIN. 2000, p.13).

Após o panorama geral apresentado, anteriormente, é interessante pensar, que desde a década de 2000, intensificou-se, ainda mais, o enrijecimento fronteiriço e o aumento das exigências na concessão de vistos sobre a circulação migratória mundial que, em geral, é maior, quanto mais desenvolvido for o país e está focada, principalmente, sobre os migrantes mais pobres, ou então, aqueles que representem, supostamente, alguma ameaça a segurança nacional.

Situações que ocorrem em um cenário de globalização neoliberal dos mercados, que marcam o mundo em disparidades, cada vez mais, profundas como destaca R. Marinucci, (2007, p.11), ao afirmar que “o acirramento das desigualdades sociais provocado pela globalização neoliberal tende a substituir o muro entre Leste e Oeste (muro de Berlim) com outros muros, agora entre o Norte opulento e o Sul empobrecido (por exemplo, o muro na fronteira entre EUA e México)”.

O que por sua vez, soma-se a fiscalização, policiamento e legislação, em geral, deficitários, violentos, desatualizados e burocráticos, complementando-se com a corrupção de funcionários públicos, de diferentes escalões, que trabalham em setores do governo, envolvidos com essas questões, como aponta o relatório, *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*, da Organização Internacional do Trabalho, OIT, de 2006.

Esse cenário, construído nos parágrafos anteriores, proporcionou a intensificação da migração indocumentada e, ao mesmo tempo, de ações de contenção, desde consulares até de patrulhamento de fronteira.

Com relação ao último, pode-se destacar dois exemplos: o muro existente na fronteira do México com os EUA, figura 7, e a intensificação do patrulhamento do mar Mediterrâneo com a criação, em 2004, da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), figura 8.



Figura 7: Muro entre EUA e México.

Fonte: http://content.time.com/time/photogallery/0,29307,1814377_1723612,00.html.

Acesso em 10 jan. 2015

Dessa forma, constitui-se uma conjuntura política, econômica e social complexa, que para além da migração indocumentada, gera duas outras possíveis situações decorrentes: a primeira refere-se à atuação crescente do tráfico internacional de pessoas e a segunda concerne à escalada de violência física e psicológica, xenofobia, contra grupos migrantes. Ambas serão pontuadas nas duas próximas seções terciárias.



Figura 8: Intercepção de barco com migrantes indocumentados pela FRONTEX, Mar Mediterrâneo.

Fonte: <http://www.dw.de/no-safe-haven-the-eus-refugee-policy/g-17767611>. Acesso em 10 jan. 2015.

1.3.1 Migração internacional e o aliciamento do tráfico humano

“Enquanto fenômeno absoluto e como problema, representa a desumanização do homem, dadas as (verdadeiras) precárias condições a que se sujeitam os imigrantes”. (PAIVA. 2007, p.17).

Como destacado anteriormente, esse cenário de grande rigor no controle migratório internacional, proporcionou a intensificação da migração indocumentada, ou seja, de pessoas que não possuem a devida permissão para ingressar no país de destino.

Muitas vezes, esse tipo de mobilidade espacial é amparada por uma rede de tráfico de pessoas que atuam pelo mundo, definido pela convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional como:

“[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”. (OIT. 2006, p.12).

Nesse sentido, os migrantes que se envolvem com essa rede, em geral, são explorados de diversas formas. A começar pela cobrança de dívidas e juros por serviços prestados que se somam e acumulam, em um ciclo abusivo, inescrupuloso e, praticamente, sem fim.

Além disso, quando existem documentos, como o passaporte, é comum, serem confiscados pelos traficantes, ato que oprime, ainda mais, os migrantes e contribui na manutenção do seu vínculo com esse grupo, situação reforçada por ameaças de denunciá-los as autoridades do país.

Não obstante, dentro desse contexto, existem casos em que migrantes foram transformados em escravos, ou ainda, ingressados em outras redes ilegais como, por exemplo, de órgãos e de prostituição.

Esse cenário perverso e de exploração, apresentado nos parágrafos anteriores, é alicerçado, principalmente na exploração de mulheres e meninas comparada a situação de homens e meninos, figuras 9 e 10.

Destaca-se ainda, que as formas de exploração mais comuns estão ligadas a fins sexuais e de trabalho forçado, como apresenta, também a seguir, os dados do *Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas*, publicado em 2014, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

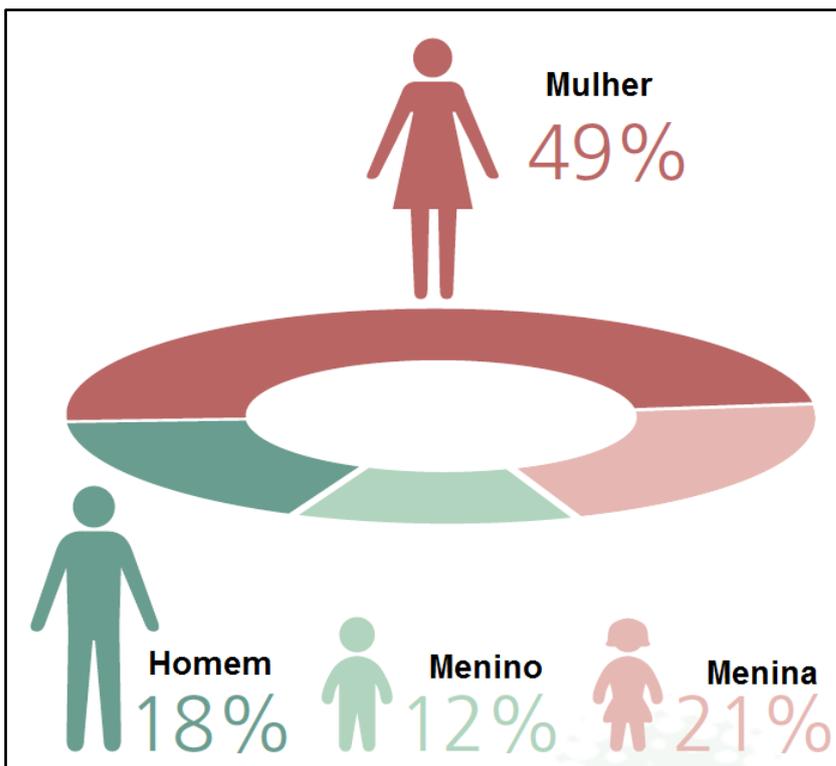


Figura 9: Principais alvos do tráfico internacional de pessoas.
 Fonte: *Global Report on Trafficking in Persons*, 2014, p.5.

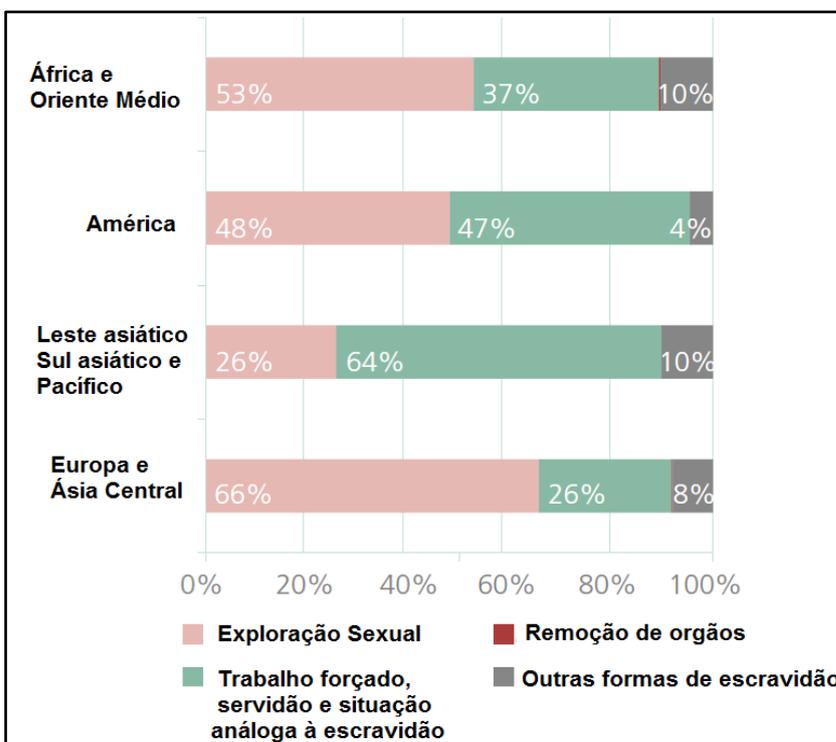


Figura 10: Principais formas de exploração do tráfico internacional de pessoas.
 Fonte: *Global Report on Trafficking in Persons*, 2014, p.5.

Ainda com base no mesmo relatório, (2014), sobre a questão do tráfico de pessoas no mundo, é plausível apontar, que os dados oficiais apresentados pela ONU, são apenas uma ilustração ou pequena amostra da real situação vivenciada por milhares de pessoas, pois esses relatórios são estruturados em informações fornecidas pelos países e, conseqüentemente, por sua vez, dependem da efetividade da sua fiscalização e do seu policiamento.

Nesse contexto, o panorama não é nada positivo, já que envolve uma escala global, constituída por 124 países, onde foram encontradas vítimas de 152 nacionalidades diferentes.

A UNODC, no período de realização da pesquisa, identificou 510 fluxos de tráfico humano no mundo, que podem ser divididos em dois grupos, intra e intercontinental.

Assim, esse fenômeno apresenta-se estruturado, majoritariamente, na escala intracontinental, ou seja, os movimentos mais acentuados de tráfico de pessoas ocorrem na mesma região, onde as pessoas são levadas de um país mais pobre, para uma nação vizinha, de situação econômica mais favorável¹⁸. Ao passo que, os fluxos intercontinentais estão alicerçados:

“[...] principalmente nos países ricos do Oriente Médio, Europa Ocidental e América do Norte. Esses fluxos, muitas vezes, envolvem vítimas dos “países do sul”, principalmente, as regiões do sul e centro da Ásia e África Subsaariana. As estatísticas mostram uma correlação entre a riqueza (PIB) do país de destino e a quantidade das vítimas do tráfico humano de outras regiões. Os países mais ricos atraem mais vítimas de um número maior de localidades, incluindo de outros continentes, enquanto que países menos ricos

¹⁸ No sentido de apresentar uma realidade melhor do que a de origem.

são afetados, principalmente, pelo tráfico nacional ou sub-regional". (UNODC. 2014, p.7, tradução do autor¹⁹).

A partir da citação e das figuras 9 e 10, nota-se que o tráfico humano intercontinental, está constituído em um fluxo sul (pobre) - norte (rico), conforme também ilustra a figura 11, a seguir:

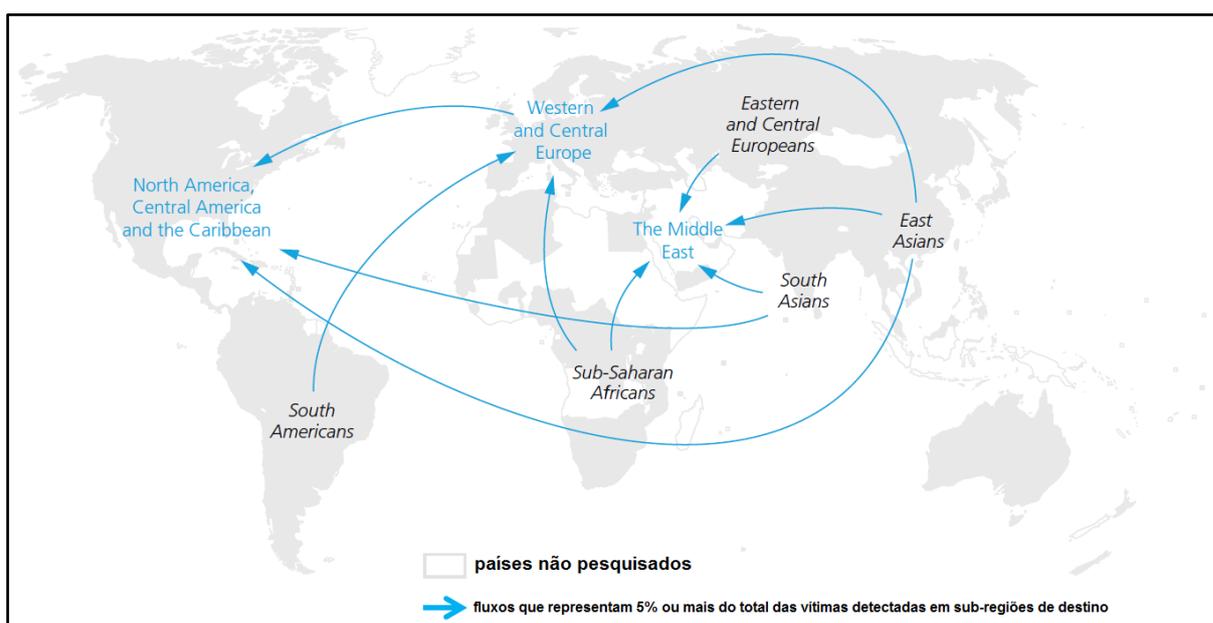


Figura 11: Principais áreas de destino do tráfico humano.

Fonte: *Global Report on Trafficking in Persons, 2014*, p.7.

Dentro do exposto, deve-se destacar, também, a questão do volume de dinheiro movimentado por essas redes ilegais, que de acordo com o relatório da OIT, já mencionado, mensura-se um montante que alcança os 31,6 bilhões de dólares por ano, sendo que, desse total:

¹⁹ Do texto original: “[...] are mainly detected in the rich countries of the Middle East, Western Europe and North America. These flows often involve victims from the ‘global south’; mainly East and South Asia and Sub-Saharan Africa. Statistics show a correlation between the affluence (GDP) of the destination country and the share of victims trafficked there from other regions. Richer countries attract victims from a variety of origins, including from other continents, whereas less affluent countries are mainly affected by domestic or sub-regional trafficking flows”. (UNODC. 2014, p.7).

“Os países industrializados respondem por metade dessa soma (15,5 bilhões de dólares), ficando o resto com Ásia (9,7 bilhões de dólares), países do Leste Europeu (3,4 bilhões de dólares), Oriente Médio (1,5 bilhão de dólares), América Latina (1,3 bilhão de dólares) e África subsaariana (159 milhões de dólares)”. (OIT. 2006, p.13).

Nessa realidade, de estimativas, aponta-se que o lucro e o volume de pessoas traficadas, que inclui uma parcela dos migrantes indocumentados, crescem a cada ano.

E, outro ponto, que chama mais ainda a atenção, nessa questão, é de que o crime organizado internacional, que responde pelo tráfico de armas e drogas, de acordo com o mesmo relatório, citado anteriormente, “[...] está mudando seu foco de atuação das drogas e armas para o comércio de seres humanos – ou então passando a atuar também nessa área”, (OIT. 2006, p. 14), o que, somente, torna pior essa realidade, que se agrava, concomitante, a intensificação, cada vez maior, das restrições migratórias documentadas, tendo em vista que:

“Nesta década²⁰, multiplicaram-se também as redes de cunho mafioso e criminal, especializadas em traficar migrantes, ou seja, permitir o ingresso irregular de pessoas em outros países, ludibriando as legislações e os controles fronteiriços. Essas agências nasceram e se difundiram em resposta ao crescimento de políticas imigratórias cada vez mais restritivas em relação ao ingresso irregular de migrantes”. (MARINUCCI. 2007, p.6).

1.3.2 Migração internacional e a xenofobia

As minorias, porém, não surgem pré-fabricadas. Elas são produzidas nas circunstâncias específicas de cada nação e de cada nacionalismo. Frequentemente são portadoras de lembranças indesejáveis dos atos de violência que produziram os estados existentes [...] Elas são as marcas do fracasso e da coação. São um

²⁰ Que no texto se refere à década de 2000.

constrangimento para qualquer imagem, patrocinada pelo estado, de pureza nacional e justiça do estado. São, portanto, bodes expiatórios no sentido clássico. (APPADURAI. 2009, p.39).

A xenofobia, enquanto preconceito, ocorre na aversão que membros do grupo nacional de um território podem sentir, quanto à presença de minorias estrangeiras, geralmente, produzindo intolerância e atos discriminatórios e de violência que, em muitos casos, resulta na morte, humilhação, espancamento, deportação e impedimento de ingresso dessas pessoas.

Nota-se, que nesse cenário, a xenofobia tornou-se, ainda mais latente mundialmente, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos, onde o sentimento nacionalista e ascensão de grupos e partidos políticos de extrema direita foram mais ainda aguçados, figura 12.

Essas minorias de migrantes, vítimas da xenofobia, transformaram-se no alvo da insensatez de algumas pessoas e, também, na presença constante, da lembrança que remete a desigual produção socioespacial, que parece ter sido abolida da percepção da classe política e econômica dominante, como destaca Appadurai, (2009, p.14), ao afirmar que “hoje, só os partidários mais fundamentalistas da globalização econômica ilimitada pensam que o efeito dominó do livre comércio e o alto grau de integração de mercados e do fluxo de capitais entre nações é sempre positivo”.



Figura 12: Cartaz contra presença migratória do partido político PNR, Portugal.
Fonte: <http://ilkaotilia.blogspot.com.br/2012/07/xenofobia-na-europa-os-padres-atuais.html>. Acesso em 20 fev. 2015

Nessas questões xenófobas, é comum que o status da identidade sociocultural nacional, seja elencado para alicerçar a produção de discursos de intolerância contrários a presença de migrantes internacionais, apresentando, como objetivo de luta, a garantia da perpetuação identitária e da segurança nacional. Já que:

“[...] a intolerância é sempre, essencialmente, a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a Si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta. Não se trata, jamais, de um erro acidente de percurso: existe uma lógica da intolerância. Ela serve aos interesses que se julgam ameaçados”. (HÉRITIER. 2000, p.24).

Nota-se, que esse discurso é construído sobre a homogeneização das diferenças socioculturais nacionais, para criar uma unidade identitária, como aponta Appadurai, (2009, p.15), ao destacar que:

“[...] a ideia de um único *ethnos* nacional, longe de ser um desenvolvimento natural desse ou daquele solo, tem sido produzido e naturalizado a um grande custo, por meio da retórica da guerra e do sacrifício, de exaustivas regras de uniformização educacional e linguística [...]”.

Dessa situação, de forte vínculo entre identidade e território, é gerada a identidade estrangeira, em oposição a nacional, que está baseada em descrições e pormenorizações disseminadas, ao longo do tempo, nacionalmente, sem estarem, muitas vezes, baseadas no conhecimento de fato. Como destaca D. Júnior, (2009, p.9-10), ao afirmar que:

“Os grupos humanos, na maioria dos casos, buscaram definir suas identidades a partir do estabelecimento de diferenças em relação aos grupos mais próximos e, quase sempre, aos grupos inimigos [...] As identidades dos grupos humanos, a sensação de pertencimento a um grupo se dá, em grande medida, através da emulação, da disputa e competição com um outro, que aparece como o estranho, o estrangeiro, a ameaça, o perigo, o inimigo [...] O que ocorrerá, com frequência, na história humana, é que este grupo estranho [...] não precisará ser descrito ou conhecido com precisão; bastará para ele uma breve descrição, uma assertiva ou um conjunto de afirmações que o definirá previamente e definitivamente [...]”.

Nesse contexto, de diferenciação entre o grupo nacional e as minorias estrangeiras, a situação da xenofobia é reforçada, devido à instabilidade nacional/estrangeira produzida pelos delírios etnocêntricos de grupos nacionalistas, que enaltecem essas pessoas como as culpadas pelo acirramento de problemas sociais. Nessa óptica, a “[...] mistura da certeza social com a incerteza torna-se volátil e a violência pode se desenvolver por metástase.” (APPADURAI. 2009, p.80).

Assim, indo ao encontro dessa questão, A. Sayad, (1998, p.280), afirma que “a distinção segundo o critério da nacionalidade ou da pertinência nacional é

lembrada com mais força quando nos encontramos em períodos de crise do emprego, que também é uma crise da imigração”.

Pode-se, então, destacar que a xenofobia adquiriu proporções mais significativas, concomitante, a intensificação das migrações internacionais e de outros acontecimentos socioeconômicos globais, principalmente, da desaceleração econômica – com destaque para aquela que ocorreu nos países desenvolvidos, desde 2008 – e da intensificação de conflitos ideológicos, políticos e econômicos no mundo.

2. GEOGRAFIA E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Introdução

“Multiplicam-se as direções dos movimentos migratórios, em função do mercado de força de trabalho, da progressiva dissolução do mundo agrário, da crescente urbanização do mundo, da formação da fábrica global”. (IANNI. 2001, p.131).

De acordo com um relatório da ONU²¹, através da DESA, divulgado em 2014, estima-se que, atualmente, no mundo, existam mais de 230 milhões de migrantes internacionais, 3,2% da população mundial.

Pode-se considerar o número como expressivo²², pois, por exemplo, se constituíssem a população de um país, seriam o quinto mais populoso, além disso, suas remessas monetárias, em 2010, totalizaram mais de 315 bilhões de dólares, que na maior parte, foram enviados para os familiares desses migrantes, que residem em países mais pobres, o que representa uma injeção monetária que contribui e auxilia, socioeconomicamente, na melhoria de realidades locais e, inclusive, na dinamização econômica dessas nações.

Os números se destacam pelo gigantismo, mas para além dessa questão, o fluxo internacional de migrantes é, extremamente, complexo, como já visto anteriormente, por causa das distintas escalas de deslocamento, dos níveis de desigualdades socioeconômicas, verificados entre os países, da quantidade de pessoas que vivenciam essa situação, da multiplicidade de forças e interesses governamentais e privados envolvidos, das situações positivas e negativas desencadeadas e, ainda, do seu intenso dinamismo.

²¹ A base de dados pode ser conferida na página XIX, dos anexos.

²² Sem contar, muitos outros milhares, que não são contabilizados, pois não apresentam uma situação documental sob o controle dos países.

Justamente por causa dessa grande diversidade e volatilidade das migrações internacionais, aqueles que se debruçaram para compreendê-la, foram produzindo estudos e análises que se acumularam e, atualmente, compõem uma ampla base de pesquisa, fonte de contestação e conhecimento.

Além disso, organismos diversos, de maior ou menor representatividade na escala de atuação mundial, passaram a monitorar e, inclusive, a oferecer suporte para essas pessoas, com maior destaque, nesse contexto, pode-se citar como exemplos, a OIM (Organização Internacional para Migração) e a ONU, que por meio das suas agências, comissões e propostas de debates e produção documental, colaboram na soma de esforços aos demais, para seu monitoramento e compreensão, além da ajuda oferecida.

Contexto dado, e relembando a definição de migrante/migração internacional apresentadas, no primeiro capítulo, propõe-se tratar, mais diretamente, a compreensão das causas e da perpetuação da migração internacional.

Embora, por maiores que sejam as motivações que formam a complexa realidade de um migrante internacional, pode-se perceber que partilham alguns pontos comuns de causa, que estão muito vinculados às relações globais históricas de produção socioespacial, já que constroem, em um processo contínuo, as condições que roubam o direito de muitas pessoas, em especial, as mais necessitadas, em viver dignamente, a partir de suas características socioculturais e econômicas, onde nasceram. Ao mesmo tempo, as incluindo em uma situação global de exploração da sua força de trabalho e, muito mais do que isso, dos seus sonhos e do seu ser e, no final, da sua própria vida. Já que:

“Pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não deixa de existir sem a outra. O

problema de eliminar a pobreza, isto é, de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si". (SANTOS. 2007, p.68).

Nesse contexto, as diferenças econômicas e das condições de vida entre os países são apontadas como as principais causas que motivam pessoas a se deslocarem internacionalmente, mas esses tipos de justificativas fazem parte de toda uma dinâmica desencadeada pela contínua produção do espaço geográfico.

Assim, é compreendendo a sua produção, dentro do modo de produção capitalista, que se pode obter uma base mais sólida, no que se refere, ao entendimento da mobilidade espacial e internacional de pessoas, destacando as mais pobres.

2.1 Considerações gerais sobre a produção do espaço geográfico

"Pois a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social", (SANTOS. 1977, p. 81).

Considerando a ideia inicial, propriamente, desse subcapítulo, será apresentada a definição básica de espaço geográfico adotada, devido à ampla produção e discussões acumuladas sobre essa categoria, pois dependendo da visão conceitual aplicada na leitura do trabalho, pode-se gerar uma margem de imprecisão na sua compreensão.

Sabendo que a Geografia é uma ciência que estuda o espaço do homem, como aponta R. Corrêa, (1982), ao dizer que muitos geógrafos, fundamentais para o desenvolvimento do pensamento geográfico, se debruçam sobre essa questão e,

com o decorrer do tempo, essa categoria se tornou a base sobre a qual, a Geografia se processou.

Tendo essa, uma diversidade de significados, devido à ação do homem que carrega em si, a sua história, ou seja, de acordo com esse mesmo autor, baseado em D. Harvey, (1982, p.27), “a prática humana cria necessidades de se conceituar o espaço morada do homem [...] Harvey mostra como o conceito de espaço tem variado ao longo do tempo, tendo mudado substancialmente desde a antiguidade”, com isso, sua produção é constante e é um resultado das novas concepções de pensamento frente as mudanças sociais, políticas e econômicas. Logo, o considerar-se-á como:

“[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina [...] é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”. (SANTOS. 2011, p. 63).

A partir da citação acima, pode-se entender, resumidamente, que o espaço geográfico é aquele produzido pelo ser humano, através da apropriação da natureza. Fato que ocorre de forma continua, ao longo do tempo, criando assim um espaço humanizado, complexo, dinâmico, fluído e desigual.

Tal ideia pode ser ilustrada por outro breve trecho de M. Santos, (1990, p. 119²³):

“O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”.

Nesse sentido, isso ocorreria através do trabalho, que se caracterizaria, segundo o mesmo autor, (2008a, p.95-96), como a “[...] aplicação, sobre a natureza, da energia do homem, diretamente ou como prolongamento do seu corpo através de dispositivos mecânicos, no propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo”. Além disso, afirma que é algo exclusivo do homem, pois diferente dos outros animais, exerce reflexão sobre as suas distintas etapas.

Tais características sobre trabalho apresentadas por M. Santos se aproximam com as que K. Marx também atribui ao trabalho, compreendida segundo H. Japiassú e D. Marcondes, (2006, p.269), como a utilização das “[...] forças de que seu corpo é dotado [...] a fim de assimilar a matéria, dando-lhe uma forma útil à vida [...] condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza”.

Assim, é através desse, que o homem se apropria da natureza, criando as condições da sua existência e, mais do que isso, sua consciência, organização social e modificações no meio, pois o primeiro pressuposto, de toda a existência humana, de acordo com K. Marx, 2007, está fundamentada na criação das

²³ No capítulo *Uma tentativa de definição do espaço* do livro *Por uma Geografia nova – da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, mais detalhes editoriais, ver referências bibliográficas.

condições da vida material, que permitem a sua sobrevivência e existência, pois tal fato seria imprescindível aos homens, já que deveriam estar:

“[...] em condições de viver para poder “fazer história” [...] O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...] tem que ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos”, (ENGELS; MARX. 2007, p.32-33).

Portanto, se efetivaria, a partir de relações de produção que os homens estabelecem entre si, desenvolvendo um modo de produção específico, estabelecendo a estrutura econômica, que por sua vez, geraria as superestruturas jurídica e política e, a partir dessas, o condicionamento ideológico.

Ambas as estruturas apresentam uma relação, que geram mudanças contínuas, em uma relação concomitante de interinfluência e, não, determinadamente.

Nesse sentido, ao pensar a estrutura e as superestruturas de uma sociedade, deve-se considerar que há uma relação entre as mesmas, na qual, a segunda deriva da primeira, mas, ao mesmo tempo, a primeira é acometida pelas mudanças que ocorrem na segunda.

Além disso, cada uma desenvolve-se, paralelamente, fato que pode ser observado em uma carta de F. Engels, publicada no *Sozialistischer Akademiker*, em que afirma que “o desenvolvimento econômico, jurídico, filosófico, artístico etc., repousa sobre o desenvolvimento econômico. Mas todos eles reagem, conjuntamente e separadamente, um sobre o outro e sobre a base econômica [...]”, (ENGELS **apud** PLEKHANOV. 1978, p.49).

O que provoca contradições nas suas características estruturantes, ocasionando mudanças quantitativas e qualitativas que, por exemplo,

proporcionariam alterações nos modos de produção, ao longo da história, ou mesmo, das relações de produção mediante ao desenvolvimento tecnológico.

Como desenvolvido, nos últimos parágrafos, a partir da estrutura e superestrutura, se estabelece a organização da vida na sociedade, na qual, seus integrantes são condicionados ideologicamente, tanto na forma de pensar, quanto nos seus hábitos e costumes, pois asseguram “[...] uma determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptando os indivíduos a suas tarefas fixadas pela sociedade”, (HARNECKER. 1973, p.101).

Embora, deve-se reforçar que em uma sociedade de classes, como a capitalista, alguns dos seus integrantes são desprovidos dos meios de produção, cabendo vender a sua força de trabalho, nesse sentido, são inseridos em um contexto econômico, político e ideológico que está organizado por uma minoria dominante, que se reveza no poder por meio de revoluções, tendo no Estado a legitimação do seu exercício, pois serve para garantir a dominação ideológica e, também, o funcionamento do modo de produção dominante, tendo em vista:

“A divisão do trabalho [...] se expressa também na classe dominante como divisão do trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu principal meio de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias ilusões de forma mais passiva e receptiva pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias de si próprios”. (ENGELS; MARX. 2007, p.43).

Com isso, as classes que detêm os meios de produção também têm o controle ideológico da sociedade, pois é na divisão do trabalho que se encontra o motivo disso, já que enquanto a classe dominante dispõe suficientemente dos

meios, recursos e tempo, para se ocupar com o “trabalho espiritual”, formando todo um conjunto ideológico que é assimilado, em geral, por aqueles que não usufruem das mesmas condições, já que tem de se ocupar, para garantir a sua existência, “trabalho material”.

Assim, a história do homem é produzida e marcada pela luta de diferentes classes sociais e de interesses. Com isso, conforme produz a história, se autoproduz, pois através da sua ação na sociedade a transforma e, por viver nela, se transforma também.

Em outras palavras, ao nascer, o homem, encontra-se em um meio produzido ao longo do tempo, onde certas condições de realidade social já estão postas, mas ao mesmo tempo, em que recebe essa carga histórica, no seu cotidiano, pode através de sua práxis, modificar as estruturas que determinam o seu meio, alterando a realidade em que está inserido.

Logo, considerando o exposto acima, o trabalho destaca-se como um ponto fundamental na existência do homem, e disso, deriva toda uma realidade complexa de relações entre os indivíduos e de uma produção do espaço geográfico correspondente.

Nesse contexto, R. Moreira, (2012), segue na mesma linha, ao afirmar que é o trabalho o agente de transformação da natureza e, por conseguinte, do surgimento e desenvolvimento de uma determinada estrutura socioeconômica e do seu espaço geográfico.

Prosseguindo nessa questão, há uma significativa discussão analítica que K. Marx e F. Engels, desenvolveram sobre a categoria trabalho, dentro do modo de produção capitalista, destacando-a como algo comum à todas as mercadorias e também a sua comercialização e que está baseada na venda de força de trabalho

do empregado ao empregador, mediante ao oferecimento, em troca, de um valor monetário, o salário.

Pode-se perceber, com isso, que o trabalho, ao surgir como ação para providenciar as condições da existência do homem, dentro do modo de produção capitalista, ganha um novo sentido, já que se constitui como condição para produção, reprodução e acumulação de capital, porque a classe detentora dos meios produtivos explora o trabalhador desprovido dos mesmos, que recebe, por sua vez, uma quantia monetária pelo resultado do seu trabalho, que representa uma pequena parcela do valor total do produto, constituindo a mais-valia e a alienação, já que o fruto do seu trabalho não é apropriado pela classe trabalhadora²⁴, gerando assim, desigualdades sociais que está estruturada no empobrecimento de muitos e na acumulação e enriquecimento de poucos.

Conseqüentemente, as mercadorias têm um destaque maior do que o próprio ser humano que a produziu, desumanização, caracterizando uma inversão de valores entre o homem e o fruto do seu trabalho.

Ainda sobre a questão do trabalho, que é a parti de como o homem transforma e se apropria da natureza, nota-se que isso ocorre mediante a utilização de técnicas, que seriam, basicamente, o conjunto intelectual, de habilidades, procedimentos e instrumentos, adotados pelo homem para se apropriar da natureza, visando obter determinados fins.

Dentro dessa óptica, M. Santos, (1988, p.9), a entende basicamente assim, pois a concebe como “[...] o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social,

²⁴ Para Marx, (2007), o trabalho é uma ação que torna o sujeito um ser integral, práxis. Dentro do modo de produção capitalista, o trabalhador se apresenta como um executor de um ordenamento processual de trabalho, trabalho alienado, apresentado pelas decisões dos donos dos meios produtivos.

econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores”.

Além disso, P. Sandroni, (1999, p.593), acrescenta também que “o nível de desenvolvimento técnico de uma sociedade determina seu grau de aproveitamento dos recursos naturais, a complexidade da divisão técnica do trabalho e a produtividade da mão-de-obra”.

A partir dessa complementação conceitual sobre técnica, apresentada por Sandroni, deve-se apontar que para, além disso, é também a via, pela qual, os homens produzem o espaço geográfico e a própria sociedade, como aponta R. Moreira, (2007, p.85), ao afirmar que “a ação técnica é em si ação de “construir destruindo” e “destruir construindo””, já que o homem produz seu espaço a partir de uma base natural e, muito mais do que isso, o recria, permanentemente, para satisfazer mais adequadamente suas necessidades e, além disso, coopera, inclusive, para que minorias mantenham seu nível de poder.

Logo, pode-se apontar a técnica como a ponte entre ambos, natureza-homem. Com isso, M. Santos, no início do seu livro, *Pensando o espaço do homem*, destaca essa questão, pois afirma que a técnica é:

“[...] intermediário entre natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações”. (SANTOS. 2007, p.16).

Nesse mesmo contexto, sobre homem, natureza, trabalho e espaço geográfico, R. Moreira, (2007), também entende que a técnica é um agente mediador entre homem e natureza, já que para o respectivo autor, o conjunto de

técnicas surge, historicamente, por meio da interação que as comunidades humanas apresentam com seu meio e, desse ponto, do seu contato constante com esse meio construído, isto é, as técnicas surgem a partir das primeiras relações entre os grupos humanos e os seus ambientes e, a partir disso, são produzidas, sempre na ligação existente entre ambos, sobre o permanente vínculo do espaço geográfico, em transformação, às necessidades, em alteração, do homem.

Com isso, as mudanças nos níveis técnicos e nas relações de trabalho, também podem causar alterações no espaço geográfico, por sua vez, constituindo um indicativo de uma relação básica entre ambos, justificando apontar, como destaca M. Santos, (2011), que o espaço geográfico e sociedade mantêm um vínculo de relação com os estágios evolutivos das técnicas, cuja compreensão possibilitaria basear o entendimento da sua estrutura e do seu funcionamento, em diferentes momentos, ao longo do tempo.

Desta forma, percebe-se outro ponto, que merece ser acrescentado, pois está inserido nisso. Ao agir sobre a natureza²⁵, em uma base específica de relações de produção e de um dado estágio das forças produtivas, gradualmente, o homem modifica a si mesmo e, por conseguinte, a sociedade de forma geral e, conseqüentemente, as próprias características do espaço geográfico. Logo, portanto, este último, é também um produto da práxis do ser humano, representada pelo processo produtivo.

²⁵ Pensamento também apresentado por G. Plekhânov, no livro *Os princípios fundamentais do marxismo*, quando aponta como Marx desenvolvia sua percepção do materialismo, histórico, diferente da dominante naquele período, ao destacar que para esse autor “[...] o homem é levado ao pensamento principalmente pelas sensações que experimenta no processo de sua ação sobre o mundo exterior [...] imposta pela luta pela existência [...] “Agindo sobre a natureza, exterior a si, o homem transforma ao mesmo tempo sua própria natureza” [...]”, (PLEKHÂNOV. 1978, p.16).

O que corresponderia à práxis da teoria marxista, que se apresenta na oitava tese sobre L. Feuerbach, em que “a vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”, (ENGELS; MARX. 2007, p.539).

Demonstrada, claramente, em outro trecho da *Ideologia Alemã*, dos respectivos autores, (2007, p.93), ao afirmarem que “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida material”.

Nesse sentido, para “[...] a satisfação dessa primeira necessidade²⁶, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades [...]”, (ENGELS; MARX. 2007, p.33), esse agir socialmente, ao longo do tempo, reconstruiria a si mesmo e o seu espaço, já que se reorganizariam continuamente, e disso, surgiriam conflitos, interesses e dominação de uns sobre os outros, além do desenvolvimento de modos de produção, de pensar e de governos específicos.

Se apropriando do que foi desenvolvido, nos últimos parágrafos, para aprofundar a análise sobre a produção do espaço geográfico, nota-se que é, concomitantemente, fruto e também mais um participante ativo, na constante transformação da sociedade em que vivemos, criando um contexto, em diferentes escalas, pautado em desigualdades e dominação. E essa sua configuração, desumana, deriva, fortemente, do funcionamento da economia capitalista, pois:

²⁶ A de garantir a sua sobrevivência.

“As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e as suas distorções”. (SANTOS. 2007, p. 73).

Contexto de espaço geográfico, organizado segundo uma lógica dominante, que nas palavras de R. Moreira, (1982, p.40) “[...] manifesta-se como dupla e articulada mediação: como mediação da reprodução da produção (relação de correspondência básica) e como mediação de reprodução das relações de classes (relações de correspondência necessária)”, o que seria a expressão de ambas, em outras palavras, sua representação espacial concreta, com uma disposição específica de objetos e ações sociais, culturais, políticos e econômicos. Da qual, surgiriam desigualdades espaciais, como resultado da estrutura do modo de produção, no caso, capitalista, baseado em forças produtivas, relações de produção e superestrutura determinadas, que emergem da luta de classes, sendo isso, fundamental para que se possa perceber:

“[...] o caráter de classes da organização do espaço. É nesse sentido que talvez possamos falar da formação sócio-espacial capitalista como uma formação de múltiplos espaços desiguais. Mais importante, no entanto, é a percepção de que sendo a estrutura da formação sócio-espacial a estrutura da formação econômico-social, tais espaços desiguais não são mais que expressões das desigualdades existente entre as classes sociais”. (MOREIRA. 1982, p.45).

Logo, existem locais do espaço geográfico, que se tornam mais atraentes para a reprodução do capital em comparação a outras, pois possuem um conjunto seletivo de vantagens de infraestrutura, mercado consumidor, investimentos públicos e privados e mão de obra, assim como destaca M. Santos, (1990, p.134), ao afirmar que “sem dúvida nenhuma, a procura cada dia mais desordenada de um lucro máximo nesta fase de expansão do sistema capitalista, faz com que este prefira certas localizações e despreze a outras”.

Ideia também apontada por R. Moreira, (1982, p.44), quando diz que há “[...] porções do espaço que atuam como lócus de acumulação [...] se concentra a riqueza; naquelas porções do espaço que atuam como lócus de produção-expropriação de excedentes, se “concentrará” a pobreza”.

Com isso, as desigualdades espaciais seriam decorrentes da própria estrutura do modo de produção capitalista, em que as mudanças nas forças produtivas, ocasionariam alterações nas relações de produção, interferindo nas lutas de classes e em novos interesses que passam a existir dentro da sociedade, pois os detentores dos meios de produção – a classe dominante – exerce uma influência maior na constituição das formas de governo, na produção intelectual e na mídia, ou seja, possuem um peso mais significativo na produção material e espiritual do indivíduo.

Contexto que está estruturado na acumulação de capital e apresenta um vínculo significativo com a forma organizacional do espaço, como destaca D. Harvey, (2005, p.191), ao argumentar que:

“A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como

sistema econômico e político. Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial”, referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível, como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista [...]”.

Nesse sentido, há uma forma de pensar que garante a existência do capitalismo, sua evolução ao longo do tempo e, conseqüentemente, “define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem”, (MARTINS **apud** OLIVEIRA. 1982, p.69).

A partir de uma base espacial específica, que a corresponde enquanto seu produto, ao mesmo tempo, é também um agente ativo social, pois enquanto fruto do exercício de poder de um grupo minoritário, passa a exercer influência sobre o processamento social, a favor de uns poucos e contra uma maioria desprovida das devidas condições de existência, pois como afirma G. Plekhânov, (1978, p.73), “ao se *submeter* às exigências da necessidade técnica e econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz como que sejam dominados por seus próprios produtos [...]”. E enquanto tal:

“O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um lato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias”. (SANTOS. 1988, p.14).

Dessa forma, o espaço geográfico “[...] foi impregnado do social pelo homem, transformando-o não em um elemento passivo, mas, através das relações

sociais, em um elemento que se insere como parte de uma totalidade de uma determinada sociedade”. (CORREA. 1982, p.34).

Considerado o exposto acima, o espaço geográfico, não deixa de ser mais um desses produtos, que contribui também para esse fim, pois é produzido por meio de técnicas mediadas por intenções dominantes, tendo em vista, que o desenvolvimento técnico e científico foi apropriado pela classe detentora do poder e, como outras coisas, se tornou uma mercadoria, que segue as condições do funcionamento econômico, o lucro.

Nesse contexto, D. Santos, (2002), aponta que a noção de espaço e tempo atual foi construída pela sociedade moderna, servindo de base para dominação capitalista, já que ao visar um crescente e permanente lucro e acumulação, reorganizaram seu entendimento para tal fim, atribuindo à ambos um controle matemático rigoroso, destituindo toda uma visão feudal de constância e ciclo, onde ao final do processo de transformação, voltava-se para o seu início. De modo que:

“A sociedade fundamentada na acumulação geral das riquezas precisa (e o faz) romper com tal pressuposição²⁷, pois o que se deseja não é um amanhã igual ao ontem mas, pelo contrário, muito mais rico, muito mais rápido, muito maior. Espaço e tempo, da forma como hoje os concebemos, são a sistematização simbólica criada pelas e através das transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa [...] Produto e condição do processo, o que pensamos ser espaço e tempo são, na verdade, a ferramenta que possuímos para sistematizar a nossa relação com o mundo da maneira como hoje ele se nos apresenta. O mundo da acumulação, que só se torna praticamente possível na medida em que conquista o controle sobre a dinâmica das coisas, criou, a seu favor, o discurso da “transformação”, pois a mera descrição é incompatível com um

²⁷ A pressuposição aqui seria da ideia de ciclo, no período feudal, em que o mundo estava baseado em um movimento constante, no qual, se processa continuamente uma sequência regular de acontecimentos.

processo produtivo que, cada vez mais e melhor, deve colocar tudo de que dispõe – como matéria-prima, máquina, força de trabalho etc. – a serviço da produção e reprodução ampliadas dos processos de apropriação do trabalho [...]”. (SANTOS. 2002, p.29).

Sendo assim, dentro desse contexto, D. Harvey, (2005), aponta que a burguesia venceu os poderes feudais e tornou o Estado em um articulador das suas vontades, a partir de acontecimentos que permeiam o colonialismo, grandes navegações, descobrimento da América e Revolução Industrial que, gradualmente, os levaram ao poder.

Logo, impregnando com sua racionalidade, uma nova concepção de espaço e tempo, como visto anteriormente, que fizesse jus aos seus objetivos e dominação, proporcionados pelas mudanças socioespaciais resultantes, concomitantemente, a sua legitimação e fortalecimento, tendo em vista, o processamento de um espaço geográfico mais dinâmico, técnico, interligado e desigual, constituindo características fundamentais para acumulação do capital e dominação das massas desfavorecidas, como D. Harvey, (2005, p.201), destaca ao analisar a obra *O Manifesto do Partido Comunista*, ao apontar “[...] a importância da redução das barreiras espaciais por meio das inovações e dos investimentos nos transportes e nas comunicações; cruciais para o desenvolvimento e manutenção do poder burguês”.

Em outras palavras, pode-se perceber que a produção desigual do espaço geográfico está relacionada ao fato de como caracterizam-se as relações de produção em um dado estágio das forças produtivas, dentro de uma lógica de poder e dominação que visa à acumulação de capital.

Logo, refletem os ideais de poder e contribuem para reforçar as desigualdades socioeconômicas existentes no espaço geográfico, nas suas distintas

escalas, como se pode observar, mais especificamente, na leitura do capítulo um do livro *Metamorfose do espaço habitado*, em que M. Santos, (2007, p.19), refletindo sobre isso afirma que:

“Quando a ciência deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses de produção e dos produtores hegemônicos, e renuncia toda a vocação de servir à sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método. Um saber comprometido com interesses e institucionalizado em função de conhecimentos estritamente delimitados acaba por sofrer uma fragmentação, cujo resultado é, não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação. A evolução econômica agrava essa distância e nos afeta cada vez mais de um enfoque global e da visão crítica que ele permite”.

Com base na citação, pode-se perceber que a produção do espaço geográfico, representa essa relação de dominação, que existe dentro da sociedade, já que as técnicas, das quais também deriva, são o reflexo do desenvolvimento científico, que visa hoje, mais do que nunca, fortemente, um retorno financeiro e a garantia da chegada ou a manutenção do poder, pois está, significativamente, patrocinado pela classe dominante, contexto de ciência e poder destacados também por F. Engels, (1974, p. 200), ao afirmar que

“[...] a ciência tem-se desenvolvido cada vez mais e têm-se verificado períodos de extraordinário esplendor nas artes, é porque sem isso teriam sido impossíveis, na sua plenitude, as atuais realizações na acumulação de riquezas”.

Assim, corresponde a configuração de uma base material e imaterial de dominação, em outras palavras, garante que recursos naturais sejam apropriados, transformados e comercializados de forma mais eficaz, segundo uma lógica

dominante, ao mesmo tempo, em que se processa uma ideologia de classes e, por sua vez, da forma como se entende a própria existência, o que justifica M. Santos, (2011, p.177), quando destaca que no casamento entre ciência e técnica “[...] na sua versão atual como tecnociência, está situada a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização”, que perversamente proporciona uma integração desigual.

Assim, de certa forma, a crítica, a autonomia e o comprometimento social da produção científica são colocados em cheque, diante do uso enquadrado na lógica do mercado.

Ao longo desse subcapítulo, destacou-se que o espaço geográfico é o resultado da apropriação da natureza pelo ser humano, cuja produção, no desencadear da história, configura-se segundo intenções dominantes de classe, tornando-se assim, produto e reproduzidor de uma organização social hegemônica e desigual.

Apontado isso, conseqüentemente, não se pretendeu construir um aprofundado estudo epistemológico sobre a categoria espaço geográfico, mas pontuar algumas considerações para que, no próximo momento, seja possível desenvolver uma análise sobre como as migrações internacionais ocorrem no espaço geográfico. Relevando, para tanto, questões que envolvem interações espaciais e mobilidade das pessoas que integram esses fluxos.

2.2 Migrações internacionais: espaço geográfico, território e Estado

“A Nação-Estado é a formação socioeconômica por *excelência*, não menos pela necessidade e complexidade das relações exteriores que pelas necessidades emergentes das sociedades locais”, (SANTOS. 2007, p.25).

O subcapítulo, anterior, terminou apontando que as migrações internacionais ocorrem no espaço geográfico cujas características, dentro do modo de produção capitalista, perpassariam uma lógica de classes marcadas por desigualdades, que não garantem as devidas e necessárias condições igualitárias para que as pessoas possam ter condições de vida mais justa onde estão, “[...] já que é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares”, (SANTOS. 1990, p.122).

Com isso, empoderam-se relações de acumulação, que usam os indivíduos, principalmente, os mais desprovidos como uma das engrenagens cernes de toda essa realidade, tornando densa a estratificação socioespacial o que, por sua vez, provoca o aprofundamento da miséria e de outras tantas injustiças sociais.

A partir disso, aponta-se que as condições de fiscalização e controle migratório, (destacadas no capítulo 1), associadas as desigualdades socioespaciais, criam as condições de exploração perversas, que recaem sobre os migrantes mais desprovidos.

Assim transformando-o em um contingente de trabalhadores de reserva, que são reduzidos a isso pela classe dominante, pois destituídos de qualquer meio de produção e sem as devidas condições de existência²⁸, oferecem a única coisa que lhes sobra, sua força de trabalho, que é vendida aos detentores dos meios produtivos sob qualquer condição, sujeitando-se, muitas vezes, a exploração perversa e desumana, fazendo desse esforço, o caminho para manterem sua existência.

²⁸ Que quanto mais profundas, intensificam o nível de exploração.

Nessa óptica, torna-se mais uma mercadoria, barganhada mundialmente, no viés da redução de custos de produção e maximização do lucro, como aponta J. Gaudemar, (1977, p. 189-190), ao destacar e comentar um trecho da obra de Marx:

““A transformação do dinheiro em capital exige então que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, e livre num duplo sentido. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, dispondo à sua vontade da sua força de trabalho como de uma mercadoria que lhe pertence; em segundo lugar, não deve ter qualquer outra mercadoria para vender; deve ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho” [...] a força de trabalho deve ser livre sob dois pontos de vista. Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: o trabalhador é então considerado como o actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre”.

Nesse contexto, a mobilidade internacional dessas pessoas, enquanto mão de obra mais barata do que a nacional, facilita esse objetivo, já que podem ser usados, em qualquer local do mundo, segundo necessidades produtivas locais. Assim expressando:

“[...] um mercado de trabalho multidimensional, com a sua estrutura própria, deformando-se no tempo e no espaço, vê-se desenharem-se como formas contingentes desta “liberdade” de compra-venda da força de trabalho as formas de uma mobilidade capitalista do trabalho”. (GAUDEMAR. 1977, p.90).

Destaca-se então, que a migração internacional representa uma das engrenagens do atual funcionamento socioespacial, ilustrado na citação, a seguir:

“A mobilidade desempenhou funções diferentes em diferentes modos de produção. Nas sociedades primitivas, a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força de trabalho “livre” e “móvel” torna-se essencial para o processo de acumulação. Nesse sentido, uma massa de trabalhadores “latentes ou estagnados”, seguindo os movimentos do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista”. (BECKER. 2006, p.341).

Sob esse aspecto, são, “[...] um importante mecanismo na produção da força de trabalho, já que vincula áreas de diferentes escalas (regional, nacional, internacional) objetivando a expansão do mercado de trabalho”, (BECKER. 2006, p.342).

Logo, o ato de deixarem seus países de residência, por outros, pode não caracterizar, necessariamente, uma escolha espontânea, mas refletir uma consequência sistemática do próprio funcionamento dessa realidade socioespacial capitalista, já que “a mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento”, (GAUDEMAR. 1977, p.192).

Dentro dessa lógica, de maximização e obtenção de lucro tornaram-se uma possibilidade, viabilizada estruturalmente, mas de modo perverso, em mão de obra ainda mais barata que a possível de angariar, nacionalmente, e o maior contingente de trabalhadores nos locais de recepção, ainda contribuiria para certo nível de redução ou limitação salarial e também das condições de trabalho, como aponta Paul Singer, (2000, p.13):

“É claro que isso vale, sobretudo, para o mercado de trabalho. As políticas fiscais e monetárias têm em vista impedir que a economia

se “aqueça” em demasia, o que na prática implica manter uma generosa margem de sobreoferta de força de trabalho. Neste sentido, o desemprego não é um “mal” mas um efeito funcional de políticas de estabilização exitosas [...] Os desempregados, que outrora eram denominados de *exército industrial de reserva*, desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: eles evitam que os salários subam”.

Contexto que permite apontar, que nossa sociedade e, portanto, suas expressões espaciais são construídas, também, sobre ruínas dos humanos, que são desumanizados de igualdade e justiça, enquanto prevalecer a ambição gananciosa de um grupo menor e hegemônico que objetiva o lucro, tendo em vista, que por mais que existam ações positivas visando o bem estar dos migrantes, nota-se que sucumbem diante de uma intenção social e econômica dominante, em que:

“Não se pode negar a tendência que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força [...] As boas intenções, manifestadas nos planos e expressas nos orçamentos, não resistem à força dos fatos, comandados por uma estrutura econômica e social que procura reproduzir-se, reafirmando-se”. (SANTOS. 1990, p.131-132).

O que foi apontado nos parágrafos anteriores é, significativamente, recorrente no mundo, uma simples busca em sites de pesquisas ou de notícias podem apresentar inúmeros acontecimentos análogos.

Com isso, para ilustrar a situação, apresentam-se um exemplo envolvendo migrantes, bolivianos e haitianos, que trabalham na indústria têxtil em São Paulo²⁹.

²⁹ Não se pretende construir um estudo pormenorizado da situação dos bolivianos, mas destacar pontos de sua história que possam retratar o que está sendo analisado. Quanto à situação dos haitianos, introduzida, nesse momento da dissertação, ainda de forma inicial, no capítulo três, será apresentada uma abordagem, mais aprofundada, sobre a sua situação, no município de São Paulo.

Baseado em notícias de 2011 até 2014³⁰, no contexto de redução de custos produtivos, sem pudor ético e moral, redes de atacado e varejo têxtil, popular ou não, como, por exemplo, Fenomenal, Pernambucanas, C&A, Marisa, Collins, Renner, Zara, M. Officer, Luigi Bertolli, Gregory, Emme e Cori, foram dispostos na mesma realidade, ao estamparem as colunas policiais e os autos da justiça em São Paulo.

Quando procuradores do Ministério do Trabalho, através de denúncias e de investigações, descobriram que suas oficinas e terceirizadas, contratadas, empregavam migrantes de diversas nacionalidades, figuras 13 e 14, que viviam, em geral, em situação de cativo, com longas jornadas de trabalho, cobrança de taxas ilegais referentes à permanência e custos de viagem, salários abaixo do mínimo legal, enfim, precárias condições de vida e de emprego, como destaca um trecho da reportagem, a seguir, da BBC de maio de 2013:

“A crescente demanda por mão de obra no país, resultante da expansão econômica na última década, tem exposto imigrantes de várias nacionalidades a condições de trabalho análogas às da escravidão - servidão por dívida, jornadas exaustivas, trabalho forçado e condições de trabalho degradantes [...] Segundo Renato Bignami, coordenador do programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, o número de estrangeiros resgatados no Estado vem aumentando [...] Ele afirma que, desde 2010, quando começaram as operações de combate ao trabalho escravo voltadas exclusivamente para estrangeiros, 128 bolivianos e um peruano foram resgatados no Estado de São Paulo, que concentra o maior contingente de trabalhadores estrangeiros do país [...] Todos eles foram encontrados em oficinas de costura ilegais, terceirizadas por confecções contratadas por marcas conhecidas, como Zara, Cori, Emme e Luigi Bertolli.” (BBC. 2013, s.p.).

³⁰ Três reportagens consultadas podem ser conferidas, na íntegra, entre as páginas XXIII-XLIII, dos anexos.



Figura 13: Mãe e filha bolivianas em confecção têxtil.

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>.



Figura 14: Haitiano trabalhando no setor têxtil, em situação inadequada.

Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/08/fiscalizacao-resgata-primeiros-haitianos-vitimas-de-trabalho-escravo-em-sao-paulo-7073.html>

O uso da palavra escravidão, como pode ser conferido na citação acima e, nas reportagens, em anexo, nesse tipo de situação, faz pensar, que não se rompeu em definitivo com acontecimentos vergonhosos do passado, mas na verdade, houve uma repaginação, dado pelo progresso socioeconômico da humanidade, que em pleno século XXI, desrespeita o ser, o ferindo, não somente, fisicamente, mas psicologicamente.

O caso não é construir um estudo epistêmico sobre “escravidão”, mas de forma altruística e as luzes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entender mais, sensivelmente, a situação de se viver essa experiência, portanto, não importa a palavra usada para caracterizar essa exploração, de extrema violência, mas humanizar, ao máximo, a sua compreensão e não aceitar como normal a opção, inescrupulosa, em usar um grupo de pessoas, marginalizadas pelo processo socioeconômico mundial, para viabilizar uma maior rentabilidade em lucros.

Assim, resgatando antigas formas de relações de trabalho, criando a senzala contemporânea, que no caso, para essas pessoas se estrutura como ilustra, por exemplo, a seguir, o trecho de outra reportagem:

“As oficinas de costura inspecionadas não respeitavam nenhuma norma referente à Saúde e Segurança do Trabalho. Além da sujeira, os trabalhadores conviviam com o perigo iminente de incêndio, que poderia tomar grandes proporções devido à grande quantidade de tecidos espalhados pelo chão e à ausência de janelas, além da falta de extintores. Após um dia extenuante de trabalho, os costureiros e seus filhos eram obrigados a tomar banho frio. Os chuveiros permaneciam desligados para evitar a sobrecarga nas instalações elétricas, feitas sem nenhum cuidado [...] As cadeiras nas quais os trabalhadores passavam sentados por mais de 12 horas diárias eram completamente improvisadas. Alguns colocavam espumas para torná-las mais confortáveis. As máquinas de costura não possuíam aterramento e tinham a correia toda exposta [...] O descuido com o equipamento fundamental de qualquer confecção ameaçava especialmente as crianças, que circulavam pelo ambiente e poderiam

ser gravemente feridas (dedos das mãos decepados ou até escarpamento)”. (REPORTER BRASIL. 2011, s.p.).

Então, pode-se perceber que o espaço geográfico, enquanto produto e reprodutor de uma sociedade, corrobora para a organização dos fluxos migratórios internacionais abordados pela análise, pois reflete uma realidade socioespacial desigual.

Nota-se, com isso, que para buscar renda e melhores condições de vida, algumas pessoas acabam se submetendo a migração internacional, mas vale lembrar, que o espaço geográfico não proporciona uma situação de livre circulação e mobilidade, pois expressa também relações de poder, das quais, se destaca, como pano de fundo, aquelas impressas pelos Estados e seus territórios.

Nesse contexto, percebe-se que a produção do espaço geográfico também ocorreu sobre essas relações de poder, que mais recentemente, na história da humanidade, ganhou a forma de Estados nacionais, como se conhece, atualmente.

Nesse sentido, o Estado emerge como mais um legitimador dessas desigualdades, pois garante a manutenção de interesses e dominação sobre os mais desprovidos, situação representada pelo conflito de classes.

Nessa óptica, A. Moraes, (2005, p.122), destaca essa característica intrínseca do Estado, ao analisar, reflexivamente, a obra de Lacoste, diferenciando a Geografia dos professores e a Geografia dos Estados Maiores, no sentido de afirmar que a Geografia praticada pelo Estado, o garante “[...] uma visão integrada e articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares, e isto se transforma numa arma a mais de dominação”, pois se estrutura em uma ação prática e no estabelecimento de estratégias de controle do espaço geográfico.

Esse destaque da relação de dominação entre Estado e espaço geográfico também é apontado por M. Santos, (1990, p.184), quando afirma que:

“[...] cada opção realizada pelo Estado em matéria de investimento, mesmo improdutivo, atribui a um determinado lugar uma vantagem que modifica imediatamente os dados da organização do espaço. Assim, se tomamos os problemas do ponto de vista das relações internacionais ou se levamos em consideração os problemas da vida cotidiana do mais modesto cidadão, o Estado aparece como um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerado com o elemento fundamental de seu estudo [...]”.

O Estado, portanto, pode então, basicamente, ser concebido como “conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, policiais, administrativas, econômicas etc., sob um governo autônomo e ocupando um território próprio e independente”, (JAPIASSÚ; MARCONDES. 2006, p.94).

Partindo dessa caracterização, o Estado nacional atual se originou no período final da idade média, marcado pelo absolutismo e mercantilismo, estruturado na relação entre burguesia e reis.

Assim, para K. Marx, (1999), o Estado passa a basear a organização necessária para garantir o lucro e a propriedade privada, estruturada em uma estratificação social, longe de constituir-se como um instrumento de obtenção do bem comum social, sendo um produto dos interesses de uma classe dominante, que detém e controla os meios de existência sobre os demais, conseqüentemente, de forma ilusória, estrutura o ideal do bem coletivo, enquanto mantem as contradições da sociedade.

Com isso, indo ao encontro dessa concepção marxista de Estado, F. Engels, na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*³¹, dentre

³¹ Para mais detalhes, conferir bibliografia.

outros aspectos, reflete que a formação do Estado – sua análise foi construída, principalmente, sobre os casos, grego, romano e germânico – ocorreu em detrimento das *gens*, (clãs e tribos), com o aprofundamento da divisão social do trabalho, estratificação social, intensificação do comércio e constituição da propriedade privada.

Como resultado, houve a elevação da complexidade das relações entre esses segmentos, resultando no surgimento de estruturas organizacionais que desencadearam, por sua vez, a formação do Estado, em detrimento dessas comunidades. Assim:

“O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado”. (ENGELS. 1974, p.191).

Nessa óptica, durante a construção do espaço geográfico, concomitantemente, também se produziu o território, pois:

“[...] é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim, como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente”. (SOUZA. 2012, p.96).

Com isso, pode-se apontar que representa, espacialmente, as relações de dominação e poder, assim como M. Souza, (2012, p.78), o destaca sendo “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”³².

Essa relação é destacada por E. Sposito, (2004, p.116), ao afirmar que o território é “[...] condição básica e referência para a consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força seu caráter político”.

Nesse sentido, R. Haesbaert, (2007, p.21), destaca que essa percepção de território, enquanto condição básica para reprodução socioespacial capitalista, assume um caráter unifuncional, pois é representado pelo Estado, “[...] defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial [...] não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades”.

Entretanto, para o mesmo autor, (2007), o território tem caráter múltiplo, por causa da intensa dinâmica das atividades humanas, mais ainda, atualmente, dado ao conjunto técnico-científico-informacional, que produzem, constantemente, processos de desterritorialização e reterritorialização, fato que se deve a relação de união entre território e rede, assim garantindo “[...] um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência, concomitante, de diversos territórios –

³² O mesmo autor, (2012), ao longo da sua análise, aponta que conceitualmente, território, está muito além da sua relação com Estado-nação, e isso, é apenas um pequeno, de múltiplos vínculos de desenvolvimento possíveis de serem contemplados em uma abordagem.

configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento”, tendo em vista:

“[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade". (HAESBAERT **apud** HAESBAERT. 2007, p.34-35).

Logo, sob essa concepção multiterritorial, em que há a articulação, ao mesmo tempo, entre diferentes territorialidades, é produzido um conjunto de desdobramentos³³, dentre os quais, estariam questões de governança migratória e identidades nacionais. Assim, sob a óptica política e cultural é:

“[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par da sua complexidade interna, defini, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os “insiders”) e os “outros” (os de fora, os estranhos os “outsiders”)”. (SOUZA. 2012, p.86).

Dentro desse contexto, o Estado nação, é um gerenciador do poder das classes dominantes sobre um grupo de pessoas pobres, interferindo na sua circulação nacional e internacional, já que:

³³ “Geograficamente falando, pensar multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes (ou "governanças") quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e mesmo em múltiplas funções (a "multifuncionalidade" econômica) - em síntese, um debate complexo em prol da perspectiva maior de construção de outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas”. (HAESBAERT. 2007, p.43).

“[...] nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”. (ENGELS. 1974, p.193).

Com isso, há uma regulação feita pelo Estado para explorar o trabalho, assim servindo ao capital dominante, pois “[...] o poder público é o poder organizado de uma classe para opressão de outra”, (ENGELS; MARX. 2007, p.61), logo ocorre uma forte concentração de renda, enquanto se empobrece e explora a massa desfavorecida.

Os mesmos Estados não exercem controle total sobre as migrações internacionais, no máximo influenciam, parcialmente, a mobilidade desses migrantes, isto é, não tem meios suficientes para conter ou direcionar, totalmente, as pessoas, internacionalmente, para determinados países e, nacionalmente, para estados e municípios, naquilo que suas vontades possam desejar, por mais que gaste-se dinheiro e aplique-se planos de contingência e fiscalização, as migrações continuam ocorrendo sob sua revelia, em menor ou maior proporção e com uma dinâmica que (re)constroem novos pontos de migração internacional. Como ilustra a seguinte citação:

“Os movimentos migratórios parecem impossíveis de ser detidos. As fronteiras do Estado são menos porosas para as pessoas e para mão-de-obra do que são para o capital, mais ainda são suficientemente porosas. A imigração é um assunto muito importante em todo o mundo (inclusive para o próprio movimento trabalhista). A organização do trabalho, em face da considerável diversidade étnica, racial, religiosa e cultural gerada pelos movimentos migratórios, suscita problemas específicos, que o movimento socialista nunca achou fácil tratar quanto mais solucionar. Na atualidade, a Europa,

por exemplo, tem de enfrentar todas as dificuldades que afetaram os Estados Unidos durante muitos anos”. (HARVEY. 2005, p. 212).

Contexto, em que é interessante pensar que, concomitantemente, os Estados participam da produção desigual da realidade socioespacial, da qual, surgem fluxos migratórios internacionais. Eles não têm como os controlar totalmente, pois estão presos a um laço de intenções com um grupo dominante econômico, nessa empreitada pelo máximo capital.

Logo, quando muito, conseguem influenciar, por vezes, violentamente, o ingresso das pessoas que fazem parte desse tipo de fluxo internacional, principalmente dos mais pobres, através do controle das fronteiras de seus territórios, por uma seletividade, pontuada, no capítulo anterior.

Nesse sentido, o Estado assume um importante papel, pois é o organismo responsável pelo grau de permeabilidade entre a realidade socioeconômica nacional e internacional, como pode ser observado na citação, a seguir:

“Os grandes movimentos de homens são uma outra característica do mundo atual que não pode ser controlados, guiados, orientadas pelo Estado. Estas trocas multiplicadas, que são o comum da economia internacional de hoje, dão ao Estado um papel no qual ele não pode ser substituído [...] O fato de ser único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional, renova o papel do Estado no período atual. Cabe-lhe decidir a *abertura* para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial”. (SANTOS. 1990, p. 180-181).

Considerando a diferença da realidade socioeconômica entre os Estados-nacionais e sua inserção na contemporânea realidade globalizada, nota-se que

existe uma complexa relação entre os mesmos, que concretiza uma determinada ordem mundial.

Esse cenário constitui-se sob a relação de exploração e dominação, em que os países mais desfavorecidos, têm em seus governos, a fragilidade de serem mais pressionados e, literalmente, servirem, mais intensamente, do que os outros, aos ditames das relações políticas e econômicas hierárquicas internacionais, tendo em vista que, “[...] leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais pela ação anterior do capital, contribuindo para manter ou agravar as diferenças”, (SANTOS. 2007, p.23).

Com isso, sua realidade socioeconômica é extremamente comprometida, porque é, fortemente, vinculada aos interesses externos, já que apresentam um profundo vínculo de dependência aos organismos econômicos mundiais e Estados mais desenvolvidos, fato que garante a duplicidade dessa relação, que por um lado, garante a exploração humana e natural, e por outro, alicerça o apoio humanitário e financeiro mínimo e dependente. Tal situação é apontada na citação, a seguir, tendo em vista que:

“Estados fracos são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova *desordem* mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir. Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel e distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais”. (BAUMAN. 1999, p.76).

Logo, populações e seus respectivos espaços são atingidos pelo resultado dessas intenções dominantes e estranhas aos seus locais, tirando as condições necessárias de sua existência e, no lugar, oferecendo outros que

garantem, no máximo, o seu subsistir, baseada em farelos que são deixados pela concentração socioespacial de toda positividade gerada pelo funcionamento e produção da nossa sociedade atual, fato que é reforçado pela citação, abaixo:

“Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, distorção na destinação dos recursos, proteção, tornada indispensável, às atividades que sustentam o “crescimento” e o comércio exterior, com o conseqüente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não-emprego, da pobreza, das condições de *habitat*, educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto”. (SANTOS. 2007, p.20).

Conforme o que foi desenvolvido, deve-se aprofundar o pensamento sobre as causas da migração internacional, no sentido de destacar que sua ocorrência tange à produção desigual socioespacial, com destaque para as relações de poder, nele existentes, e de como isso exerce uma influência na perpetuação desse acontecimento.

Tal fato é fruto da intenção de uma classe dominante, composta por organizações privadas e também pela participação dos Estados, na garantia desses ideais, que concernem à maximização de obtenção de lucros privados.

Nessa óptica, os países mais desfavorecidos socioeconomicamente, encontram-se em uma situação de maior subserviência ao funcionamento do grande capital, já que não possuem os recursos, que lhes garantiriam outro papel nessa ordem mundial.

Assim, são desses países que surgem os principais fluxos migratórios, pessoas destituídas da sua própria integridade, que imersas em pressões e desespero, optam por buscar melhores condições socioeconômicas, nem sempre reais, em outras nações, transformando-se em mercadorias, sob a óptica da realidade hegemônica do capital.

2.2.1 Migrações internacionais: globalização e espaço geográfico

“O impacto da globalização está se fazendo sentir de forma cada vez mais forte e difusa. A sua recepção inicial foi marcada pelo entusiasmo otimista, mas com o correr do tempo este foi sendo substituído pelo temor e pelo desencanto”, (SINGER. 2000, p.7).

Conforme foi desenvolvido no subcapítulo anterior, a produção do espaço geográfico, refletindo o modo de produção capitalista, reproduziu uma realidade desigual, em que estrutura econômica e subestruturas sociais, políticas e ideológicas desencadearam as possibilidades necessárias, para que parcelas da população mais desfavorecidas fossem usadas na perpetuação e adensamento desse contexto.

Portanto, os migrantes internacionais se originam de diversas partes do espaço geográfico que apresentam semelhanças, assim como a maioria dessas pessoas, pois foram incorporadas, de forma exploratória ou segregadas da acumulação de capital, contribuindo para o surgimento de várias situações negativas, marcadas por violências, miséria e exclusão.

Dadas as bases de maior concretude da globalização, meados do século XX, foram intensificados os fluxos migratórios globais, que na prisão de conseguir

uma vida melhor em outro lugar, servem a máquina que processa nossa realidade social, econômica, política e cultural, nessa fase da história.

Logo, o seu uso econômico é antes alicerçado por estruturas sociais, políticas e culturais que encontram, todas, em simbiose. Assim, sob uma visão estruturalista³⁴:

“[...] acentuam a incapacidade do capitalismo de engendrar um processo de inclusão social verdadeiramente para todos e enxergam os excluídos como vítimas da lógica do capitalismo ou do *laissez-faire*. Consideram como dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo de diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades de trabalho, redistribuindo terras subutilizadas entre os camponeses etc. A luta ativa contra a discriminação de raça e de gênero seria outra importante forma de geração de um processo de inclusão social patrocinado publicamente”. (SINGER. 2000, p.62-63).

Com isso, essa modalidade de deslocamento espacial foi se intensificando no decorrer dos anos, isto é, o número de pessoas que não está vivendo em seu país de residência atingiu valores, cada vez mais elevados, como mostra, a seguir, figura 15, sendo o período de maior e mais acelerado crescimento o do Pós Segunda Guerra Mundial.

³⁴ De acordo com Singer, (2000), a exclusão social e, em geral, a pobreza e a desigualdade, podem ser vistas sob duas óticas, a individualista e a estruturalista. A primeira aponta que as desigualdades estariam vinculadas as diferenças de individualidade, (objetivos e ambição), de cada pessoa. Enquanto, a segunda, destaca que as desigualdades são geradas pela própria estrutura do modo de produção.

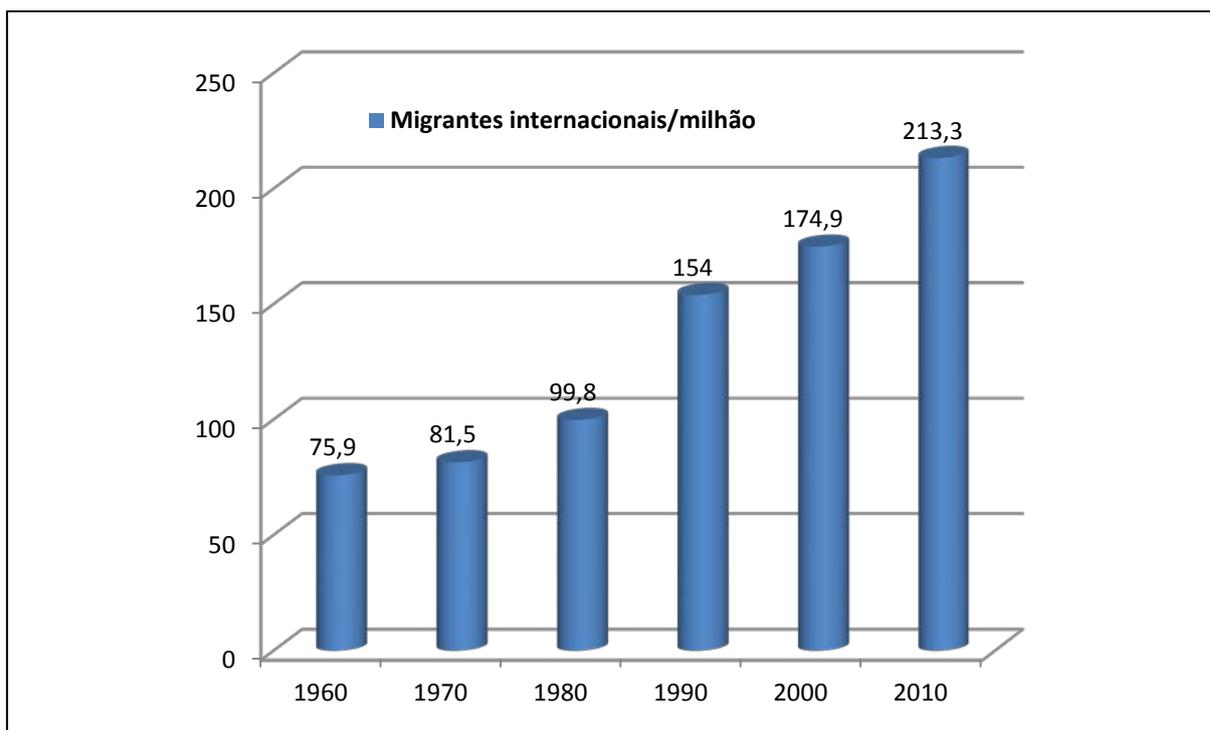


Figura 15: Quantidade de migrantes internacionais por década e em milhões.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2014.³⁵

Essa grande elevação migratória mundial foi possibilitada pelo aumento da inter-relação social, política, econômica e cultural entre os países, graças à entrada da humanidade em um novo estágio técnico, que viabilizou as condições necessárias para que houvesse as alterações, na forma como o ser humano se relaciona entre si e com o espaço geográfico, como destaca M. Santos, (2011, p.177), ao apontar que “os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre si, formas de informação, formas de discurso e interlocução”.

O novo estágio técnico, mencionado, tange aquele que se consolida justamente após a Segunda Guerra Mundial, com a chamada Terceira Revolução

³⁵ A quantidade estimada de migrantes internacionais no período entre 1960-2000 foi obtida no *World Economic and Social Survey 2004 – International Migration*, p.VIII. Já a do período de 2000-2010 na representação gráfica do documento *International migrant stock, total*, do Banco Mundial, disponível em <http://search.worldbank.org/data?qterm=immigration&language=EN&format=>.

Industrial ou Revolução Técnico-científica, que em um grau mais profundo, do que as anteriores, promoveu uma aceleração, contundente, no desenvolvimento de novas tecnologias, sua aplicação industrial e oferta para consumo e uso.

Além disso, das transformações sociais e da produção do espaço, atualmente, caracterizado como técnico-científico-informacional, no qual, destaca-se a forte integração da técnica, da ciência e da informação, tecnociência, (questão tratada anteriormente), que “[...] atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização” (SANTOS. 2011, p.239). Embora esta globalização

“[...] que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje [...] começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação [...]”. (SANTOS. 2008b, p.14).

Fase da globalização, por conseguinte, que “[...] expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”, (IANNI. 2001, p.11), como também destaca M. Santos, (2008b, p.23), ao afirmar que é “[...] o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, intensificando as atividades humanas, que mais dinâmicas e interconectadas perpetuam o adensamento e expansão do modo de produção capitalista e das suas, respectivas, mudanças na sociedade e no espaço geográfico, como ilustra a citação, abaixo:

“Está em curso o novo surto de universalização do capitalismo. O desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização das mercadorias. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar”. (IANNI. 2001, p.13).

Para M. Santos, (2008b), a atual fase da globalização pode ser compreendida pela unicidade das técnicas, convergência de momentos, cognoscibilidade do planeta e pelo seu motor único.

Com relação ao primeiro item, o autor destaca que a história do homem é a história das técnicas, em outras palavras, que as condições técnicas têm relação de causa e efeito com o processo histórico, mas que nunca atingiram a escala mundial, como agora.

Já no segundo item, o autor aponta que houve uma confluência temporal, pois os tempos dos lugares são usados em favor da produção, graças ao conjunto técnico instalado.

Quanto ao terceiro item, afirma que hoje, o homem tem maior conhecimento dos recursos do planeta e capacidade de transformação, inventando matérias-primas, não naturais, para servir na base produtiva, fato que também estaria alicerçado no progresso técnico-científico.

Por último, no quarto item, o autor revela que o motor único desse processo é a mais-valia, ou busca por maior lucratividade, que move as intenções internacionalizadas do grande capital.

Nesse sentido, tanto O. Ianni, (2001), quanto M. Santos, (2011), destacam que os centros de decisão, execução e consequências podem se encontrar muitos quilômetros de distância entre si, compondo um movimento, intencional e planejado, graças aos aportes técnicos, científicos e informacionais tecidos no espaço geográfico, condicionando uma realidade humana mais volátil, efêmera, dinâmica e urbana.

Contexto, em que há a maior convergência e divergência de interesses globais e nacionais, em que estabelecidas as condições estruturais e organizacionais, cria-se o cenário de expansão do capital, na forma das principais instituições financeiras, organizações diversas, indústrias e etc., em busca de lucratividade, impondo a perpetuação das relações de poder, ao mesmo tempo, em que Estados equilibram-se em um jogo público-privado, para mediar sua situação socioeconômica, surgindo objetos e forças hierárquicas globais que são:

“[...] decisivas na criação e generalização de relações, processos e estruturas que articulam e tencionam o novo mapa do mundo [...] Naturalmente apoiam-se também em estados nacionais, centrais e periféricos, dominantes e subalternos, ao sul e ao norte, ocidentais e orientais. As estruturas de poder globais evidentemente não prescindem das nacionais e regionais, dos sistemas regionais de integração econômica e dos blocos geopolíticos. Umas vezes apoiam-se neles, assim como em outras combatem-nos”. (IANNI. 2001, p.18).

Processo que se apresenta em uma escala mundial, introduzindo nas sociedades e em seus territórios, intenções verticais e exógenas, que se perpetuam através das redes estabelecidas entre os Estados, permitindo a concretização de ações impositivas hegemônicas.

Nesse contato, entre interesses nacionais e globais, surge uma cadeia de desdobramentos, mais nocivas aos países menos desenvolvidos, pois sem as condições de infraestrutura, capital e já imersos em uma ordem mundial desigual e dominante, assumem uma posição secundária, embora não menos importante, que se limita praticamente a servir, fornecendo mercado consumidor aberto, produtos primários, secundários de menor valor agregado, mão de obra barata no próprio país e aquela que irá abandoná-lo devido, especialmente, às adversidades socioeconômicas para constituí-la em outro e, dentre outros fatores, que possam garantir e legitimar os interesses despóticos do mercado, tendo em vista que sua conexão:

“[...] cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma autorreferência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da humanidade”. (SANTOS. 2011, p.334).

A globalização, portanto, viabilizou uma integração maior das populações e dos territórios sob a liderança de uma organização exógena, vertical e multiterritorializada de práticas e intenções dominantes de mercado, acompanhadas daquelas políticas, sociais e culturais, compondo uma realidade funcional, de tal forma, que do ponto de vista, das novas relações socioespaciais produtivas e de trabalho, as populações nacionais tornaram-se um único e grande contingente de trabalhadores globais como aponta O. Ianni, (2001, p. 21-22), ao destacar que:

“[...] provoca a busca de força de trabalho barata em todos os cantos do mundo como promove as migrações em todas as direções. O

exército industrial de trabalhadores, ativo e de reserva, modifica-se e movimenta-se, formando contingentes de desempregados mais ou menos permanentes ou subclasses, em escala global”.

Nessa óptica, a globalização é destacada como fabula para M. Santos, (2008b), pois a ideia de uma aldeia global, baseada em um mundo unificado, espaço-temporalmente – pelos modernos meios de transporte e telecomunicações – e desterritorializado – garantindo a livre circulação – apenas é a imagem vendida no mundo, pois, concretamente, essa realidade é cerceada dos mais desfavorecidos, sendo produzida em bases político-econômicas dominantes neoliberais, que beneficiam a classe dominante que a produz.

Logo, essa fabula, “facilita a entronização de um subsistema ideológico, sem o qual a globalização, em sua forma atual, não se explicaria”, (SANTOS. 2008b, p.43).

Assim, os migrantes internacionais pobres e de baixa formação constituem uma parte do montante dos desempregados globais, que sob a óptica da atual doutrina funcional da economia internacionalizada, cumprem um importante papel na regulação das condições e de valores salariais do trabalho, os contendo e reduzindo gastos produtivos. Fato é, que dotados da mobilidade espacial são usadas para regular, segundo tendências de mercado, as condições das produções nacionais.

Nota-se que, nesse contexto, houve um adensamento tanto quantitativo, quanto qualitativo de cunho técnico das redes de transporte e de telecomunicações, que permitiu a aceleração dessa interação socioespacial.

Com esse aporte técnico e científico, mais incisivo, as dinâmicas socioespaciais entraram em um novo patamar de movimento e força, já que são as

viabilizadoras dos fluxos globalizantes, (i)materiais dos mais diversos e em quantidades possíveis.

Portanto, condutores de todo dinamismo e do elevado nível de intensidade do atual momento socioespacial, que concretiza uma nova realidade, dada pela sua repaginação espaço-temporal, conferida pelo sistema técnico-científico-informacional, disponível.

Nesse cenário, desencadeia-se um conjunto de transformações socioespaciais como, por exemplo, nova divisão internacional do trabalho e da produção, surgimento de novos balizadores do funcionamento econômico mundial, aumento da produção-consumo e de problemas ambientais, elevação da circulação (i)materiais e de pessoas, maior interatividade e interconectividade e entre outros.

Embora, nessa conjuntura, praticamente, manteve-se uma estrutura hierárquica pré-existente, ou seja, a globalização contribuiu para proporcionar a perpetuação das desigualdades socioespaciais, pois dentro da atual ordem mundial vigente, as amarras de poder foram fortificadas, cobrando sacrifícios, principalmente da população mais desprovida, socioeconomicamente, que se concentra, majoritariamente, nos países menos desenvolvidos.

Ainda mais, porque parte do progresso, alicerçado no acúmulo de riqueza, que alguns desses países, menos desenvolvidos, obtiveram, nas últimas décadas, foi erguido sobre o sacrifício dessas pessoas e do meio ambiente, na busca por fatias maiores de participação no mercado global.

Com isso, pode-se dizer, que o seu nível socioeconômico, mais elevado, é oco, pois traz apenas benefícios momentâneos e restritos a determinadas partes dos territórios nacionais e grupo de pessoas, classe dominante.

Enquanto, a maioria, torna-se as sapatas da sua fundação como, por exemplo, evidenciasse essa realidade nos países do sudeste asiático, na própria China e Índia, ou mesmo, na situação geral dos países africanos. Como ilustra o trecho citado, a seguir, do relatório *Even It Up: Time to end extreme inequality*, publicado pela Oxfam³⁶, em 2014:

“Tendências de renda podem contar uma história clara: o fosso entre ricos e pobres atingiu novos extremos e ainda está crescendo, enquanto o poder está, cada vez mais, nas mãos das elites. Entre 1980 e 2002, a desigualdade entre os países aumentou, rapidamente, atingindo um nível muito alto. Desde então tem caído ligeiramente, devido ao crescimento em países emergentes, particularmente a China [...] Mas é a desigualdade dentro dos países que mais importa para as pessoas, como a luta mais pobres para sobreviver enquanto seus vizinhos prosperar, e isso está a aumentar rapidamente na maioria dos países. Sete em cada 10 pessoas vivem em países onde o fosso entre ricos e pobres é maior do que era há 30 anos. Em países de todo o mundo, uma minoria rica está tomando uma parcela, cada vez maior, da renda de sua nação [...] Em todo o mundo, a desigualdade de riqueza individual é, ainda, mais extrema. No início de 2014, a Oxfam calculou que as 85 pessoas mais ricas do planeta possuíam a mesma renda da metade mais pobre da humanidade [...] Os líderes, ao redor do mundo, estão debatendo novas metas globais para acabar com a pobreza extrema até 2030. Mas, se não for definido um esforço no combate à desigualdade econômica, essa meta não terá sucesso e incontáveis vidas serão perdidas”. (OXFAM. 2014, p.8-9, tradução do autor³⁷).

³⁶ Rede internacional que congrega 17 ONGs, que atuam em mais de noventa países, com o objetivo de minimizar a situação de pobreza vivenciada por muitas pessoas.

³⁷ Do texto original: “Trends in income and wealth tell a clear story: the gap between the rich and poor has reached new extremes and is still growing, while power increasingly lies in the hands of elites. Between 1980 and 2002, inequality between countries rose rapidly reaching a very high level. It has since fallen slightly due to growth in emerging countries, particularly China [...] Seven out of 10 people live in countries where the gap between rich and poor is greater than it was 30 years ago. In countries around the world, a wealthy minority are taking an ever-increasing share of their nation’s income [...] Worldwide, inequality of individual wealth is even more extreme. At the start of 2014, Oxfam calculated that the richest 85 people on the planet owned as much as the poorest half of humanity [...] Leaders around the world are debating new global goals to end extreme poverty by 2030. But unless they set a

A partir da citação, mais precisamente do seu trecho final e, também, pelo que foi desenvolvido até o momento, pode-se afirmar, que as profundas desigualdades socioespaciais continuaram permanentes, enquanto não se atacar o cerne da questão, que está na forma de produção e reprodução socioespacial, que são, exatamente, os grilhões que perpetuam essa realidade.

Logo, atitudes de governos ou de organizações em promover uma melhoria do bem-estar e, dessa forma, reduzir o número de excluídos, são paliativas, pois a forma como essas estruturas de poder e todas as suas dinâmicas, correspondentes, estão organizadas, não geram a efetiva solução ou a consolidação de outros rumos de vida mais solidários.

Com isso, percebe-se que mesmo após a recente crise econômica mundial, há um esforço em retomar o crescimento, econômico, é claro, baseado no recrudescimento das relações neoliberais³⁸, em detrimento de um melhor equilíbrio social.

O que em outras palavras, significa promover contenções de investimentos públicos em setores sociais, concomitante, a sua ampliação nos meios de reprodução do capital³⁹ como, por exemplo, o Brasil, que nesse início de ano, 2015, está optando por manter e ampliar as exportações de *commodities*

goal to tackle economic inequality they cannot succeed – and countless lives will be lost”. (OXFAM. 2014, p.8-9).

³⁸ Por mais contraditório que possa parecer, já que durante a última crise, que teve seu pior pico entre 2009-2012, muitos Estados-nacionais agiram contrariamente as tendências neoliberais, na tentativa de minimizar impactos negativos econômicos e, também, para salvar diversas organizações da falência.

³⁹ O que na verdade, somente contribuiria para manter essa reprodução desumana e perversa socioespacial.

agrícolas, enquanto reduz gastos em setores sociais, que na educação, significa sete bilhões, a menos.

A globalização, em curso, potencializa estruturas socioespaciais de produção de pobreza, que ocorrem, nacionalmente, mas que são derivadas da racionalidade do capital internacionalizado. Como destaca M. Davis, (2011), em seu livro *Planeta favela*, ao apontar uma intensificação da pauperização do sul global, onde, houve um crescimento de problemas sociais⁴⁰, concomitante, a maior concretização, mundial, de práticas neoliberais. Nesse contexto:

“Enquanto isso, o fornecimento da infraestrutura de sobrevivência arrasta-se bem atrás do ritmo da urbanização, e, muitas vezes, as áreas de favela periurbanas não oferecem nenhum serviço público nem saneamento básico [...] por toda parte os pobres urbanos são forçados a habitar terrenos perigosos e nada apropriados para a construção – encostas muito íngremes, margens de rios e alagados. Do mesmo modo, instalam-se à sombra mortal de refinarias, indústrias químicas, depósitos de lixo tóxico ou à margem de ferrovias e autoestradas”. (DAVIS. 2011, p.201-202).

⁴⁰ Dos quais, destaca a situação habitacional, favelas – *slums* – e da sua realidade de vida.

3. ESTUDO DE CASO: MIGRAÇÃO HAITIANA PARA SÃO PAULO

“Nossas sociedades capitalistas de mercado são sociedades “paradoxais” por produzirem, ao mesmo tempo, aumento exponencial da riqueza e pauperização de largas camadas da população”. (SAFATLE. 2014, p.21).

Início o último capítulo dessa dissertação com a epígrafe acima, pois as palavras desse autor destacam, significativamente, a produção desigual e exploratória socioespacial, trabalhada no capítulo anterior, que acarreta o subsistir perverso dos mais desprovidos.

É assim que começa a jornada dos haitianos para São Paulo, pois sua condição de pobreza e falta de perspectivas é a garantia, inescrupulosa, da sua marginalização e vulnerabilidade.

Despossuídos de condições adequadas de vida, haitianos buscam por dias melhores em outros países. Da vida fora do Haiti, o Brasil tornou-se um importante destino de seus migrantes.

Sua jornada é marcada por violências e desespero, mas, provavelmente, em meio a tudo isso, a esperança mantém viva a força de conseguir alcançar uma existência digna e, assim, superar as agruras que marcam sua vida.

3.1 Migração haitiana: considerações gerais das condições socioeconômicas do Haiti

“O processo de independência do Haiti teve originalmente *caráter econômico, político e social*. Surgiu das contradições sociais existentes na colônia [...] Foi um amplo movimento em que a força decisiva estava nas massas dirigidas pela elite mulata e pelos elementos revolucionários da classe de escravos, com o objetivo de

estabelecer uma nova ordem econômica sob controle democrático”. (OSCAR. 2008, p.205).

O Haiti apresenta importante marcos de pioneirismo e retrocesso na sua história e também na das Américas, pois, respectivamente, foi o segundo país a se tornar independente na América, o primeiro a abolir a escravidão e a única República Negra a se formar nesse continente, mas, por outro lado, atualmente, amarga o posto de país mais pobre das Américas, como destaca a seguinte citação:

“As palavras “miséria”, “diáspora” e “instabilidade” costumam se repetir nas narrativas veiculadas sobre a história e a realidade do Haiti. Tendo sido uma nação pioneira na obtenção da independência e na abolição da escravidão, o país e a população são, no entanto, lembrados atualmente na agenda internacional como incapazes de se recuperar e desenvolver, passadas décadas de crises políticas e pobreza, acompanhadas de intervenções externas e ajuda internacional”. (THOMAZ. 2013, p.131).

A sua história pós-independência é marcada pelo embargo das potências capitalistas da época⁴¹, intversões militares francesas e americanas, por movimentos de governos ditatoriais e corrupção que contribuíram para retardar o seu desenvolvimento socioeconômico, já que o descreditaram de investimentos internacionais e, ao mesmo tempo, desorganizaram sua infraestrutura e, por fim, a própria qualidade de vida da população. Assim:

“A Independência formal fora obtida, mas o imperialismo tinha uma “lição” a dar aos escravos, pobres e negros do mundo: num misto de vingança e juízo final, sob ordens diretas de Napoleão, uma ofensiva francesa realizou gigantesco massacre no Haiti, e ateou fogo e toda a ordem de destruição às fazendas e demais instalações e bases produtivas do país. O país sofreu também forte embargo econômico

⁴¹ Já que a conquista da soberania representava um exemplo de luta por liberdade. que poderia ser seguido por outras colônias.

por parte das principais forças capitalistas mundiais, sendo impedido com isto de reunir os elementos materiais necessários à sua reconstrução soberana [...] O que revela o revide do imperialismo é a necessidade de dar um exemplo de disciplinamento ao mundo, particularmente aos países periféricos, e demonstrar que, não obstante o sucesso da Independência Negra no Haiti, não é possível existir caminho nacional que escape ao controle e ao domínio das estruturas de poder do imperialismo [...] O resultado foi a esterilização completa do solo haitiano, e uma marginalização global que condenou o país, outrora colônia mais próspera do mundo, a país mais miserável da América, sob olhos e mãos atentos do imperialismo". (MAGALHÃES. 2014, p.5-6).

Além disso, nos últimos quinze anos, eventos naturais castigaram esse país, agravando, ainda mais, essa situação. Em 2008, figura 16, foram dois furacões e duas tempestades tropicais que totalizaram mais de oitocentos mortos.



Figura 16: Situação da cidade de Gonaïves após tempestade tropical Hanna.

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1444885-5602,00->

FURACOES+E+TEMPESTADES+TROPICAIS+MATARAM+MAIS+DE+NO+HAITI+EM.html. Acesso em 27 jan. 2015.

Já, em janeiro de 2010, a ocorrência de um terremoto, matou mais de trezentas mil pessoas e deixou um milhão e meio desabrigadas – em 2015, após cinco anos dessa catástrofe natural, a reconstrução é lenta, como se observa na figura 17, devido a sua frágil situação econômica – e, além disso, “no mesmo ano um surto de cólera chegou ao país, matando mais de 8.000 pessoas. Em 2012, dois furacões, Issac e Sandy, atingiram duramente o Haiti, impactando fortemente a sua produção agrícola, importante fonte de recursos econômicos”, (FERNANDES (coord.). 2014, p. 11).



Figura 17: Situação atual do terremoto que atingiu o Haiti, 2015

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/fotos-mostram-dificil-reconstrucao-do-haiti-5-anos-depois-de-terremoto.html>. Acesso em 28 jan. 2015.

Nesse contexto de instabilidade social, política e econômica, agravado por desastres naturais, os dados de IDH, (Índice de Desenvolvimento Humano), divulgados pela ONU, através do PNUD, (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ratificam essa situação de desestrutura, pois o IDH haitiano permanece em um patamar baixo desde 1980, apesar de uma pequena melhoria, insuficiente, subiu de 0,352, em 1980, para 0,471, em 2013, verificado na figura 18, abaixo:

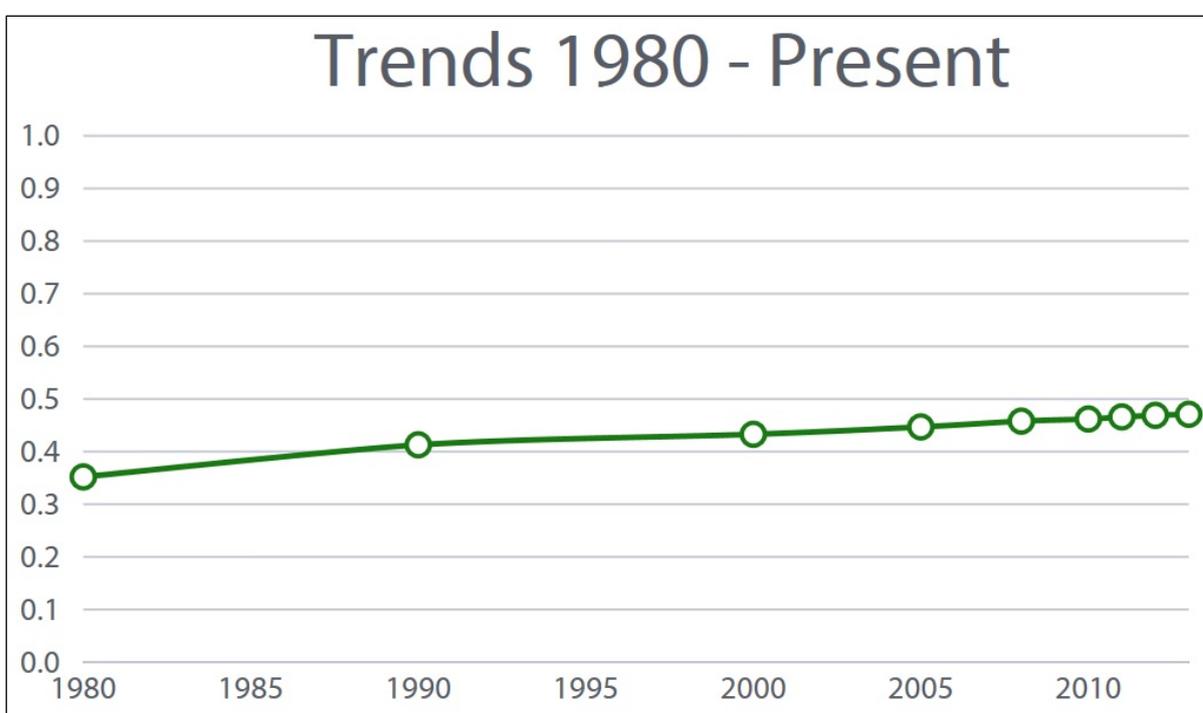


Figura 18: Evolução do IDH haitiano, desde 1980.

Fonte: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/HTI>. Acesso em 17 fev. 2015.

Com isso, a produção socioespacial capitalista no Haiti manteve esse país dependente e dominado, pelas potencias mundiais, reproduzindo a pobreza à maioria da população, enquanto restringia às elites locais e organizações internacionais os espólios desse cárcere socioeconômico.

Conseqüentemente, a migração para outros países, passou a ser uma possibilidade, cada vez mais, requisitada na busca por melhor nível de qualidade de vida. Fato que será abordado, no próximo subcapítulo:

3.2 Migração Haitiana: do Haiti para o Brasil

“[...] a imigração é um “fato social completo” [...] é, em primeiro lugar um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico [...] Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]”. (SAYAD. 1998, p. 15).

Segundo o relatório *The migration and remittances factbook 2011*, do Banco Mundial, (2011), é possível notar uma taxa de migração internacional de 9,9% do total da população haitiana, na época, cerca de dez milhões de pessoas.

Fato que representou a saída de, aproximadamente, um milhão de haitianos até 2011, embora segundo M. Castro e D. Fernandes, (2014, p.80), “[...] outras fontes indicam que o deslocamento forçado de haitianos já teria ultrapassado a casa de três milhões de pessoas [...]”.

Com isso, no Haiti, foi produzida uma tradição migrante diante do cenário de pauperização social, como destaca a citação a seguir:

“A produção, portanto, de uma tradição migrante no país é um processo histórico que se refere à própria forma com a qual o capitalismo desenvolve-se no país, criando e recriando desigualdades nacionais e vinculando até a medula o sistema econômico, político e social do país às exigências do capitalismo central. O fenômeno migratório internacional, por suas complexidades e particularidades, refere-se sempre a dois ou mesmo mais países. É um produto da relação entre eles, especialmente da desigualdade entre eles”. (MAGALHÃES. 2014, p.6).

Nesse contexto, os cinco países com maior número de migrantes haitianos, em 2012, de acordo com o MPI (Migration Policy Institute⁴²), (2014), foram EUA (664 mil), República Dominicana (259 mil), França (77 mil), Canadá (74 mil) e Bahamas (40 mil).

Diferente dos EUA, onde de acordo com L. Magalhães, (2014, p.9), a presença haitiana [...] existe desde a primeira metade do século XX [...] chegando, atualmente, a representar 1,5% de toda a população imigrante norte-americana [...]", no Brasil, data, com maior intensidade, do início da década de 2010, já que:

“Os motivos de sua incorporação “[...] na rota do processo migratório dos haitianos, não são muito claras. Fernandes (2010) e Silva (2013) indicam, em seus estudos, que a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente, no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso. Estes autores citam, também, a realização do Jogo da Paz como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país. Por outro lado, dentre o leque de razões para a escolha do novo destino, há o entendimento de que o governo brasileiro teria feito um convite explícito aos haitianos para que emigrassem para o Brasil. Tal “convite” teria ocorrido durante a visita do Presidente Lula àquele país em fevereiro de 2010 [...]”. (CASTRO; FERNANDES. 2014, p.80).

Com isso, nota-se que um conjunto de fatores introduziu o Brasil no fluxo migratório haitiano, com maior destaque, a partir de 2010, decorrente do cenário de destruição, causado pelo grande terremoto e das outras catástrofes naturais seguidas, citadas anteriormente, somado, a popularização do Brasil pela presença

⁴² É uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos com sede em Washington, que analisa os movimentos de pessoas no mundo, site: <http://www.migrationpolicy.org/>.

de suas tropas no controle da missão de paz da ONU⁴³ e pela maior restrição migratória, adotada pelos países desenvolvidos, com destaque para os EUA e a França, como ilustra a seguinte citação:

“Entretanto, apesar dos discursos públicos e das ações que buscavam aliviar o sofrimento da população haitiana e contribuir para a reconstrução do país devastado, uma postura menos generosa foi geralmente adotada para com os haitianos que atravessaram fronteiras internacionais em busca de segurança e sobrevivência. Dois exemplos que se destacam, nesse sentido, correspondem às atitudes assumidas pelos Estados Unidos e pela França. No caso do primeiro, apesar de se constituir no principal provedor de ajuda ao Haiti após o terremoto, ele não aceitou os migrantes forçados que se seguiram ao desastre em seu território com base no argumento de que eles não correspondiam à definição de refugiado presente na lei estadunidense. No caso do segundo, também um doador de destaque, a postura foi bastante próxima, chegando a providenciar o fechamento das fronteiras da Guiana Francesa – um de seus departamentos ultramarinos na América Latina – de modo a inibir o que é considerada uma rota ilegal em direção a suas fronteiras europeias”. (THOMAZ. 2013, p.132).

Com base no mesmo autor, (2013), o Brasil não se tornou o principal centro de atração de haitianos, embora está recebendo um número crescente, cuja rota é alicerçada com forte atuação de uma rede de tráfico humano, como pode ser conferido em um trecho da reportagem, a seguir:

“Ao longo de todo o percurso, há relatos de achados de policiais peruanos, que exigem propina para não denunciar a condição irregular no país - peças de roupa e tênis viram pagamento de

⁴³ A missão de paz da ONU no Haiti chamada de MINUSTAH, (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), está estruturada por uma coalização de soldados e funcionários de diversos países e, principalmente, brasileiros, inclusive, que coordenam as ações, juntamente com o governo haitiano. Foi criada em 2004, em um cenário de intensificação da violência e de instabilidade política que levou a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide que, atualmente, cumpre pena domiciliar, por causa do envolvimento com tráfico de drogas, corrupção e desvio de dinheiro.

propina. Os "coiotes" exigem altas somas para atravessá-los pelas fronteiras e também criam uma taxa de câmbio clandestina para trocar os dólares por soles (moeda peruana) ou reais. [...] A haitiana Velouse Dominique, de 30 anos, teve que deixar na mão de policiais corruptos boa parte do dinheiro que o marido Gustave Michel demorou mais de um ano para juntar como pedreiro em Chapecó (AC) para que ela viesse morar com ele. "Eles nos ameaçam e temos que dar o dinheiro". (ZYLBERKAN. 2014, s.p.).

É nessa realidade de desumanidade que os haitianos chegam ao Brasil, principalmente através de dois trajetos:

"[...] o primeiro indica saída de Porto Príncipe, passagem pelo Panamá, Equador, Peru e finalmente Tabatinga (Manaus), no Brasil; o segundo, saída da República Dominicana, passagem pelo Equador e Peru, entrando no Brasil pela cidade de Brasiléia, no Acre. Esses trajetos coincidem com os relatados por vários autores (FARIA, 2012; SILVA, 2013) que pesquisaram a imigração de haitianos para o Brasil". (FERNANDES (coord.). 2014, p.72)

A partir da citação, é possível verificar os detalhes dos trajetos mais comuns, realizados pelos haitianos até o Brasil, figura 19, embora, C. Andrade, B. Mattos e I. Moraes, (2013, p. 100), afirmam que também "[...] há rotas nos estados de Roraima, Mato Grosso e Amapá", mas de menor fluxo de pessoas.



Figura 19: Principal rota de haitianos para o Brasil
 Fonte: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/rotas_de_haitianos_para_o_brasil/rotas_de_haitianos_para_o_brasil.html Acesso em: 4 mar. 2015.

Para tentar organizar a migração haitiana, que ganhou grandes proporções rapidamente, figura 20, o governo brasileiro, por meio do Conselho

Nacional de Imigração, (CNIg), apresentou duas Resoluções Normativas 97 e 113, ver anexo⁴⁴, respectivamente, em 2012 e 2014.



Figura 20: Haitianos na fronteira do Brasil, em ação emergencial para regularização de visto, 24 abr. 2013.

Fonte: <http://www.bemparana.com.br/tupan/itamaraty-quer-mais-controle-sobre-migracao-no-norte/>. Acesso em 6 mar. 2015.

A primeira resolução regula a emissão de vistos aos haitianos e apresenta os tramites burocráticos para consegui-lo. Já, a segunda, prorroga a efetividade da Resolução 97, até quinze de outubro de 2015. A justificativa para isso pode ser conferida na citação, a seguir:

Segundo o discurso dos ministros, o que teria motivado a decisão de estipular uma cota na emissão dos vistos seria a preocupação do

⁴⁴ Nas páginas XLIV e XLV.

governo brasileiro com os cidadãos haitianos que, em seu trajeto para o Brasil, tornavam-se vítimas de “intermediários inescrupulosos” (Patriota; Cardozo, 2012), sendo extorquidos e estando sujeitos a violências e abusos. Com relação a esse argumento, é importante destacar sua fraqueza, já que uma grande proporção dos deslocamentos forçados envolvem esse tipo de realidade, na qual pessoas em fuga são vítimas desse tipo de intermediários. Além disso, pode-se deduzir logicamente que ao se restringir a possibilidade de entrada legal dos haitianos ao Brasil, o trabalho dos chamados “coiotes” é automaticamente valorizado, e não impedido. (THOMAZ. 2013, p.141).

Assim, como destacou o autor, na citação acima, essa ação do governo brasileiro contribuiu para reforçar o contingente de migrantes, que passou a recorrer a esse tipo de possibilidade migratória, pois estabeleceu concessões de visto muito abaixo da procura e burocracia morosa.

Essa situação política, ilustrada nos parágrafos anteriores, que envolve os haitianos, ilustra a provisoriedade continuada vivida por esses migrantes, no Brasil, apontada por A. Sayad, (1998).

Já que, as resoluções normativas 97 e 113 destacam, claramente, a quantidade de vistos a serem ofertados por ano e o seu tempo de duração, bem como, da própria existência dessa política migratória, institucionalizando:

“[...]” um estatuto que o instala na provisoriedade enquanto estrangeiro [...] e que, assim, nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente [...] consente em tratá-lo, ao menos, enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou pudesse se prolongar de maneira indeterminada”. (SAYAD. 1998, p.46).

Com isso, pode-se cogitar que o interesse do governo, ao promulgar essas resoluções, era de não se contradizer quanto ao seu posicionamento referente à questões humanitárias e, ao mesmo tempo, de não desagradar os

setores mais conservadores da sociedade, que bombardearam críticas diante da permissividade do governo – sob sua ótica – no ingresso numeroso de haitianos.

Dualidade também apontada por D. Thomaz, (2013, p.139), que destaca uma coincidência entre a criação da Resolução 97, com o aumento e tipo de abordagem das notícias veiculadas pela mídia sobre a migração haitiana para o Brasil, ao afirmar que:

“[...] quando noticiários brasileiros começaram a reportar uma suposta “invasão” desses migrantes no norte do país, especialmente através do Acre [...] o tópico passou a ser largamente discutido na mídia e entre instâncias governamentais [...] A resposta formal do governo brasileiro a esse quadro foi dupla: ele assumiu a responsabilidade de regularizar a situação dos aproximados quatro mil haitianos que tinham entrado no país até o final de 2011, ao passo em que introduziu um sistema de cotas para a aceitação de novos migrantes do país caribenho”.

Com isso, considerando os números de haitianos no Brasil, a partir de dados fornecidos pela Polícia Federal, através do SINCRE (Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros), registrou-se um total de 11.916 haitianos documentados, em 2014, embora se estime que esse número ultrapasse os 50 mil se forem contabilizados os indocumentados.

3.3 Haitianos no município de São Paulo: aspectos gerais de cotidiano e inserção

“A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”. (SANTOS. 2008b, 65).

Nessa última parte da dissertação, embasado no que foi desenvolvido nos capítulos anteriores, é apresentado um panorama geral, sobre a inserção dos haitianos no cotidiano do município de São Paulo.

Para tanto, além das leituras bibliográficas realizadas, de certa forma, ainda escassas, pois esse fato é recente e em franco acontecimento, também foi necessário o acompanhamento dos noticiários jornalísticos, (impresso ou televisivo), e do desenvolvimento de algumas atividades de campo em São Paulo, durante os anos de 2013 a 2015.

Com relação aos trabalhos de campo, os respectivos foram estruturados e orientados segundo notícias veiculadas pela mídia, por moradores, nos locais visitados e por uma entrevista com a assistente social Monica Quenca da Missão Paz⁴⁵, que foi, extremamente, fundamental para auxiliar no apontamento dos possíveis bairros com maior presença haitiana, seu processo de chegada e dificuldades encontradas, já que os dados e informações dos governos estadual e municipal são diminutos.

Nesse sentido, quatro dúvidas marcaram os questionamentos sobre sua situação de vida, na capital paulista.

A primeira refere-se ao motivo da concentração, acima da média nacional, em São Paulo. A segunda tange à veiculação midiática do bairro do Glicério como principal reduto haitiano. A terceira está relacionada às características da sua distribuição em outros bairros. Por fim, a quarta concerne à inserção de haitianos no mercado de trabalho paulistano.

⁴⁵ É uma organização não governamental que engloba a Casa do imigrante, Centro de Estudos Migratórios, Paróquias, Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, site: <http://www.missaonspaz.org/>.

No contexto da primeira dúvida, a maior presença haitiana na capital paulista, figura 21, é produto da sua polarização migratória, (importante centro econômico), da rede de acolhimento mais estruturada que a média nacional e de uma praxe política-burocrática.

Nesse sentido, quanto à questão da polarização migratória exercida por São Paulo, deve-se considerar que está alicerçada em dois aspectos. O primeiro concerne a sua produção socioespacial, já que é uma importante área de concentração de renda, infraestrutura e dinamismo socioeconômico. E, o segundo, da sua representatividade exercida no imaginário migrante, como terra de oportunidades.

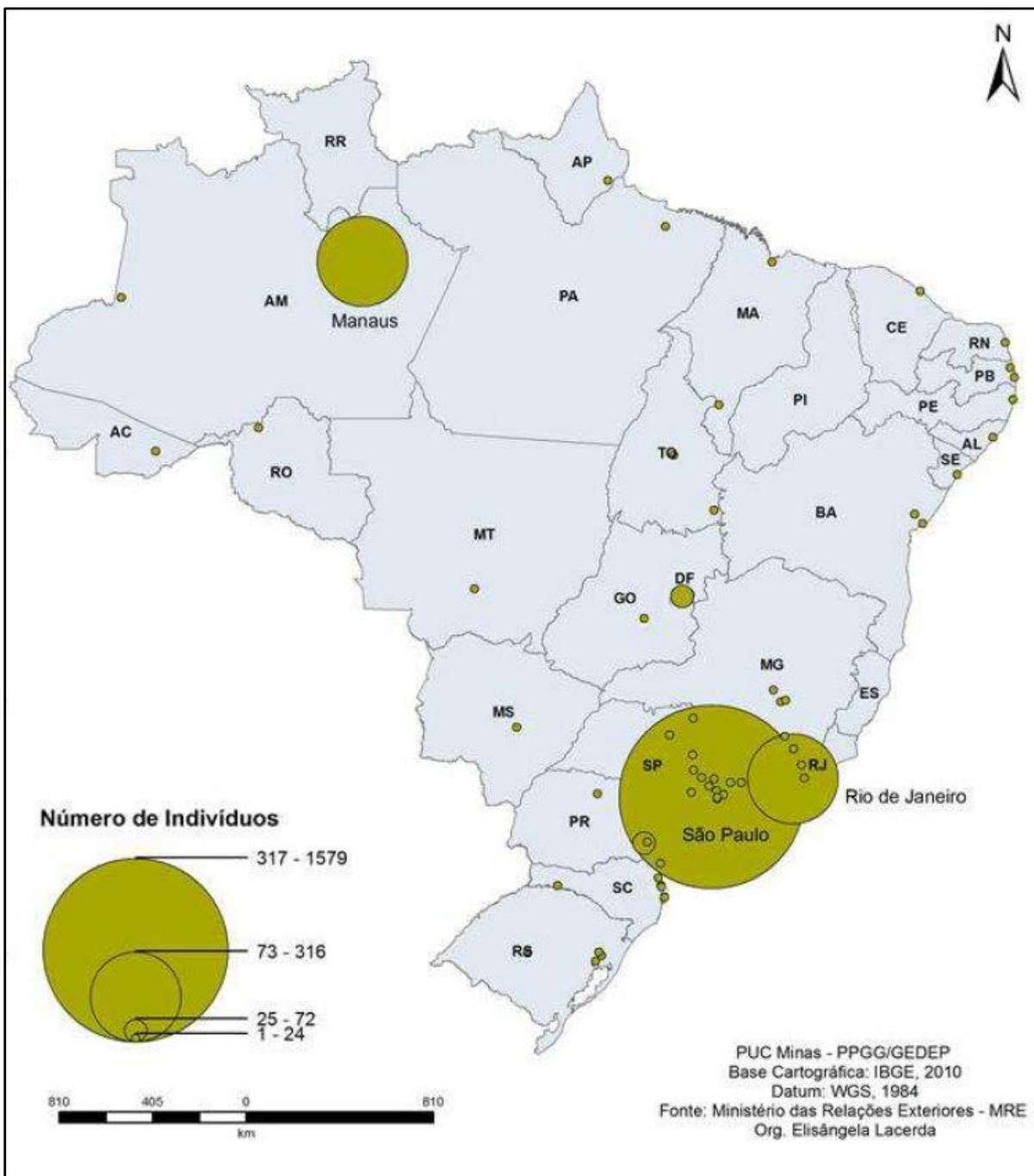


Figura 21: Local de destino no Brasil indicado pelos haitianos 2012/2013.
Fonte: FERNANDES (coord.). 2014, p.37.

Logo, também interferiu na polarização de haitianos. Dessa forma, a maioria daqueles que chegam a São Paulo, declaram ter vindo por motivos relacionados a maior possibilidade de emprego. Fato destacado pelo Padre Paolo⁴⁶

⁴⁶ É o responsável por organizar as atividades de recebimento dos migrantes que chegam até a Missão Paz, no Glicério.

em várias entrevistas como, por exemplo, a que se segue, em que é perguntado sobre o perfil dessas pessoas:

“O perfil é de busca de emprego. A maioria é homem, com idade entre 20 e 45 anos, e metade tem formação média. Eles aceitam qualquer tipo de trabalho, mas não se deixam explorar. Grande parte trabalha com limpeza ou em restaurantes. Há médicos de lá que se tornaram pedreiros. E a saúde da família é geral”. (METRO JORNAL. 2015, s.p.).

Corroborando com isso, outro trecho da pesquisa *Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral*, (2014), destaca que os haitianos que pleitearam o visto junto a Polícia Federal ou representações consulares brasileiras, apontaram como seu principal destino o município de São Paulo.

Nessa óptica, em uma conversa realizada com Monica Quenca, (2015), foi apontado que, inicialmente, os haitianos tinham como grande objetivo de destino, São Paulo e que, gradualmente, conforme sua inserção e estabelecimento no território nacional, passaram a formar redes migratórias para outros municípios e parte dessa situação mudou.

Deve-se considerar também que a opção de destino intencionada pelo migrante, nem sempre é o local, realmente, final para onde ele se desloca, dessa forma, isso também é um fato para os haitianos, pois “[...] a sua mobilidade espacial na busca por emprego leva a outros deslocamentos após a chegada ao país”. (FERNANDES (coord.). 2014, p.36).

Destacadas as explicações realizadas quanto à questão da polarização migratória, exercida por São Paulo, a partir desse momento, propor-se-á apontamentos sobre a rede de acolhimento e da praxe política-burocrática.

Com relação à rede de acolhimento, a referência haitiana ao deixar o Acre, com destino a São Paulo, não diz respeito aquela oferecida pelos órgãos de assistência social da prefeitura paulista, mas da própria Missão Paz. Além disso, o contato oficial entre os governos envolvidos não existia.

A descoberta desse fato foi revelador, pois demonstra o descompasso da funcionalidade do sistema, no tocante à significativa ausência de articulação das instâncias governamentais desse país, no tratamento oferecido ao migrante. Nesse contexto, Monica, (2015), relata que:

“[...] em abril do ano passado, eles começaram a chegar em grupos grandes [...] o que acontece, Brasília não estava mais suportando, então, Nilson Mourão entrou em contato aqui na Missão Paz e não com governo, mas nós tínhamos alguns contatos, que sabiam que esse pessoal ia chegar. Eu me lembro que fui dia 10 de abril de 2014, na rodoviária da Barra Funda, para esperar que eles chegassem, só que assim, iriam chegar três ônibus por dia [...] a ideia era recebe-los ali [...] então fazíamos uma rápida triagem e já encaminhávamos para equipamentos da prefeitura, mas eles já saiam do estado do Acre, com o nosso endereço na mão, então era “*super*” engraçado assim: eles me encontravam lá no terminal, eu dava mapas de outros equipamentos [...] e eles olhavam para mim, como quem diz: Por que eu vou para lá, não sei quem é essa mulher, não sei o que ela está falando aqui [...] Daí eles vinham para cá – Missão Paz – e quando eles me encontravam aqui, falavam: - mas a senhora é daqui?: - pois é, sou daqui, respondia. Não falei para vocês, então diziam: é, mais aqui é melhor, meu amigo, vizinho, primo, irmão já vieram e não tem lugar melhor para ficar do que aqui, os padres são muito bons [...]”.

Além, dessa vivência pessoal da assistente social, que ilustra os bastidores da situação, reportagens também destacam que a Missão Paz tornou-se

essa referência no acolhimento haitiano como, por exemplo, a seguinte notícia intitulada *Paróquia em SP vira referência para centenas de haitianos vindos do Acre*, que relata, em geral, o contexto do extremo crescimento da migração haitiana para São Paulo em 2014 e o papel da Missão Paz:

“Nos últimos sete dias, a Paróquia Nossa Senhora da Paz, na Rua do Glicério, na região central de São Paulo, recebeu aproximadamente 400 imigrantes encaminhados pelo governo do Acre. A maioria é de jovens haitianos dispostos a engavetar o diploma em troca de qualquer tipo de trabalho [...] No fim da tarde [...] 92 pessoas estavam acampadas no salão da igreja, sede da Missão Paz, braço da Igreja Católica que presta apoio aos imigrantes e refugiados. A sede é uma casa ao lado da paróquia, que está com lotação máxima. Nela ficam as mulheres, crianças e pessoas que falam apenas os próprios dialetos. Segundo o padre Luís Espineli, é uma forma de proteger esse grupo, alvo de exploração, já que têm poucas condições de se proteger e se comunicar [...] os haitianos passam o dia no pátio da paróquia [...]”. (G1. 2014, s.p.)

Nesse sentido, as medidas governamentais para providenciar o acolhimento dessas pessoas parecem ocorrer, principalmente, na proporção com os picos da sua chegada e, aparentemente, não são frutos de um planejamento perpetuado ao longo do tempo e, em sincronia, com a ação de ONGs e da própria igreja que atua nesse meio.

Para exemplificar esse despreparo, em São Paulo foram criadas no último ano, 2014, auge da migração haitiana, mais vagas e serviços de recebimento, como a Casa de Passagem Terra Nova e dois Centros de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI). Embora, a infraestrutura total, ainda não é suficiente, para acolher os migrantes de diversas nacionalidades que já estão presentes em São Paulo, sem considerar os que podem chegar.

Sobre essa questão, o acolhimento migrante não pode estar polarizado, tão somente, pelo emprego, pois apesar de ser fundamental, é insuficiente, já que o processo de inserção dessas pessoas não se restringe a renda, mas também a questões sociais, políticas e culturais. Assim como destaca G. Lipovetsky, (2007, p.17), ao analisar o caso dos jovens migrantes que vivem na periferia de Paris:

“[...] o êxito na integração da comunidade nacional exige, como condição necessária, a integração pelo trabalho. Entretanto, condição necessária não significa condição suficiente, ainda mais em nossa época [...] Falando claramente, será preciso promover iniciativas que permitam coibir práticas discriminatórias, aquilo de que as minorias costumaram ser alvo na empresa, na mídia, nos partidos políticos... No âmbito educacional, igualmente, será necessário fomentar a concessão de bolsas de estudo, sem contar outros dispositivos de apoio, no sentido de favorecer a obtenção de graus universitários aos “excluídos” e aos jovens egressos da imigração. Obviamente, isso só existirá mediante a adoção de políticas apropriadas, em face das diversas minorias existentes. Será preciso, também, lançar mão de outros recursos cabíveis, no terreno do voluntariado, tendentes a assegurar uma maior igualdade de oportunidades”.

Já, quanto à praxe política-burocrática, a mesma consiste na situação de governos municipais e estaduais e da polícia federal em organizarem o envio de haitianos para São Paulo, conforme já ficou explícito no relato, anterior, da Monica, que em outro trecho, da nossa conversa, destacou mais características e outro exemplo dessa prática:

“[...] é a mesma coisa os africanos, a passagem aérea mais barata é Cabo Verde – Fortaleza, [...] no aeroporto, pedem na Polícia Federal o visto de refúgio, pois querem ficar aqui e trabalhar e a resposta é: se você quer ficar, vai para São Paulo, que é o melhor lugar. Então, fornecem um papelzinho com o endereço da Missão Paz e a quem procurar, no caso, Monica ou Simone, e eles já chegam aqui com nosso nome. Aí, aqui você vê um papelzinho e outro e outro igual, no outro mês, a mesma coisa. Então, perguntei, quem fornecia esse

papel? E, eles respondem, a Polícia Federal. E não tem timbre e ou nenhuma identificação, simplesmente, eles pegaram uma folha de sulfite e escreveram essas informações, xerocaram e distribuem para os migrantes que chegam lá. E como os migrantes se comunicam, quando outros chegam ao aeroporto, eles já vêm direto para cá, sem passar pela Polícia Federal [...] O que começou a pegar muito pesado nessa história do Acre, foi que ali, onde eles estavam entrando era floresta [...] o governo dispôs trailers para receber os haitianos. Eu vi vídeos que documentam isso [...] os haitianos chegavam em solo brasileiro e já eram organizados e entravam em filas de trailers. Um da Polícia Federal, que fornecia o protocolo de entrada, regularizando a situação documental do migrante. Em outra fila e trailer, retiravam o CPF, já nas próximas, a carteira do SUS, a de trabalho [...] nesse processo, eles não sabiam, exatamente, o que estava acontecendo. Então, caminhonetes traziam comida para essas pessoas. Basicamente, o dia deles era de fila, depois de comer, faziam outra, em que entravam em ônibus com motoristas instruídos a não dizer o destino, mas lá pelo segundo dia de viagem, descobriam que estavam indo para São Paulo, sem saberem disso, quando saíram do Acre [...] Assim, como fizeram fila para tudo, sem saber, exatamente, os motivos, eles pegaram a fila do ônibus e vieram direto para São Paulo. Depois de um tempo, em que os haitianos já estão mais distribuídos pelo Brasil, alguns deles, não queriam vir para São Paulo, mas ir encontrar parentes e amigos em outros lugares, embora pelo sistema de recebimento no Acre, ninguém perguntava para onde eles queriam ir. Então, continuavam sendo mandados para São Paulo [...]”.

Nesse sentido, entre os meses de maio, junho e julho de 2015, o governo do Acre tem por meta enviar para a capital paulista, 968 haitianos, em viagens de ônibus financiadas pelo governo federal, conforme ilustra reportagem em anexo⁴⁷, sem considerar, todos aqueles que já chegaram a esse município paulistano, por meio dessa mesma praxe, na mão de traficantes, por conta própria, redes migratórias e, ou auxiliados por organizações e outros.

Logo, sem um aparato migratório nacional de acolhimento, de fato, estruturado e em funcionamento sincrônico, ações governamentais, pautadas no imediatismo, fazem com que, literalmente, despejem-se haitianos de municípios e

⁴⁷ Na página XLVI.

estados primário receptores para outros, sem qualquer tratamento mais humanizado, para além daquele burocrático, claramente, ilustrado na citação anterior.

A ideia captada, diante dessa situação, é a de se livrar do problema – como se pessoas, em si mesmas, pauperizadas socioeconomicamente, fossem um problema e não vítimas – resolvendo essa questão através da sua expulsão para outras localidades.

Após a apresentação das considerações mais específicas sobre a primeira pergunta. Deste momento, em diante, será desenvolvido os apontamentos das outras três questões, que possuem uma significativa relação entre si.

Dessa maneira, o bairro do Glicério é apontado nas notícias veiculadas pela mídia, como o bairro dos haitianos ou como o seu principal reduto em São Paulo, entretanto em meados de 2015, essa é mais uma imagem de uso noticiário, do que propriamente concreta, pois já se distribuem por outros locais da capital paulista, região metropolitana, interior e litoral do Estado.

De fato, o Glicério já concentrou, pioneiramente, um número mais elevado de haitianos, do que qualquer outra localidade no município, dos quais, uma parcela significativa ainda permanece.

A polarização inicial no Glicério deve-se ao fato da presença da Missão Paz, que tornou-se a referência no seu acolhimento em São Paulo⁴⁸, na existência, nos seus arredores, de edificações com custo de aluguel mais baixo, que

⁴⁸ A chegada dos primeiros haitianos em São Paulo, segundo A. Caffeu e D. Cutti, (2014), ocorre em 2009, de maneira tímida e, a partir de 2012, de forma mais constante e, gradualmente, numerosa, chegando em 2014, de acordo com os relatos da assistente social da Missão Paz, Monica, a atingir números ainda mais elevados – momento de pico no seu deslocamento entre Acre-São Paulo.

começaram a ocupar, conforme conseguiam emprego e, também, da rede migratória que se formou nesse local.

Uma observação pontual, sobre a rede migratória. Durante os trabalhos de campo, algo destacou-se, significativamente, a quantidade de *lan houses*, próximas da Missão Paz, figura 22, a venda de cartões telefônicos internacionais e que a maioria dos haitianos possuía aparelho celular, figuras 23 e 24.



Figura 22: Lan house, no Glicério.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

Esse fato, destaca a existência de uma comunicação entre os haitianos que estão aqui com seus conhecidos, amigos e familiares, localizados em outros locais, o que proporciona o restabelecimento de vínculos, bem como, sua manutenção, minorando as dores causadas pela saudade, daqueles que não estão e também da terra natal. Como aponta A. Sayad, (1998, p.137):

“Todo grupo dispõe a todo o momento, para poder comunicar-se com seus membros ausentes [...] de um conjunto de instrumentos que constituem um sistema: mensagens orais (e às vezes escritas) entregues a intermediários encarregados de levá-las a seus destinatários, cartas encaminhadas pelo correio e, última a chegar, a mensagem gravada numa fita cassete⁴⁹”.

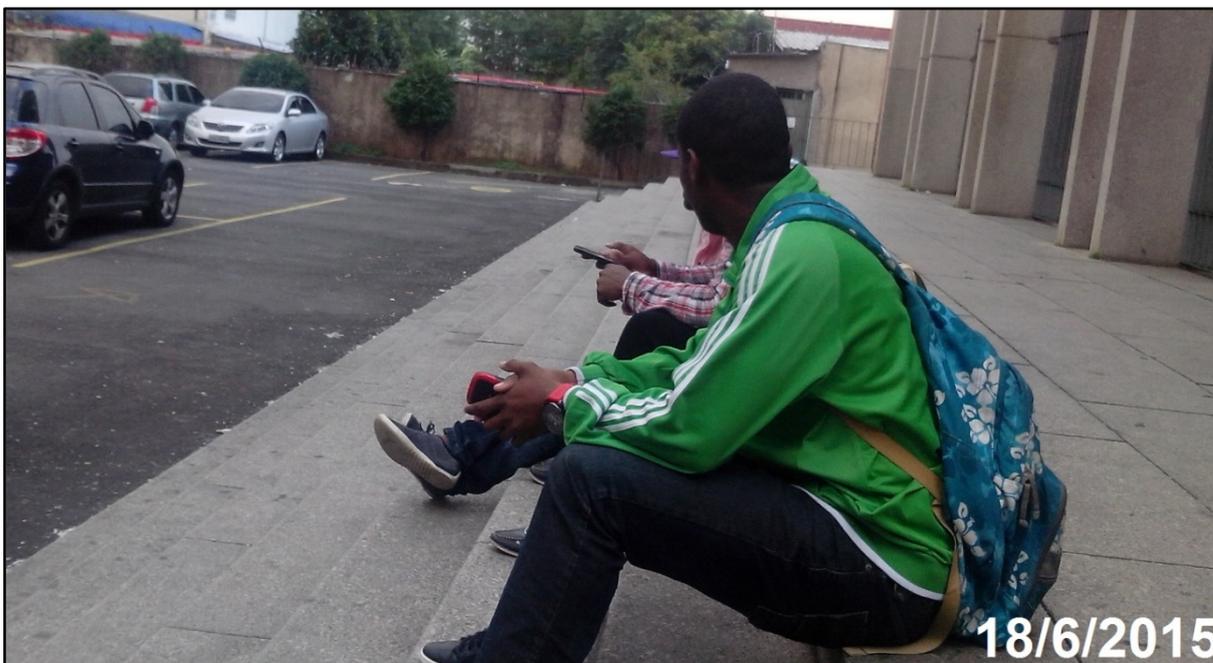


Figura 23: Haitianos com telefones celulares.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

Retomando a questão, das moradias em que vivem os haitianos, em geral, são constituída por prédios e casas antigas, figuras 25 e 26, sendo que alguns apresentam problemas de conservação, segurança, falta de recursos básicos como, por exemplo, água ou luz, ou mesmo, regularização predial junto à prefeitura.

⁴⁹ Das tecnologias do contexto de 1985, apontadas na citação. Atualmente, a internet e o telefone constituem-se com opções tecnológicas mais concretas na comunicação entre os migrantes.



**Figura 24: Haitiano utilizando seu telefone celular.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.**



Figura 25: Exemplo de moradia de haitianos, no Glicério.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

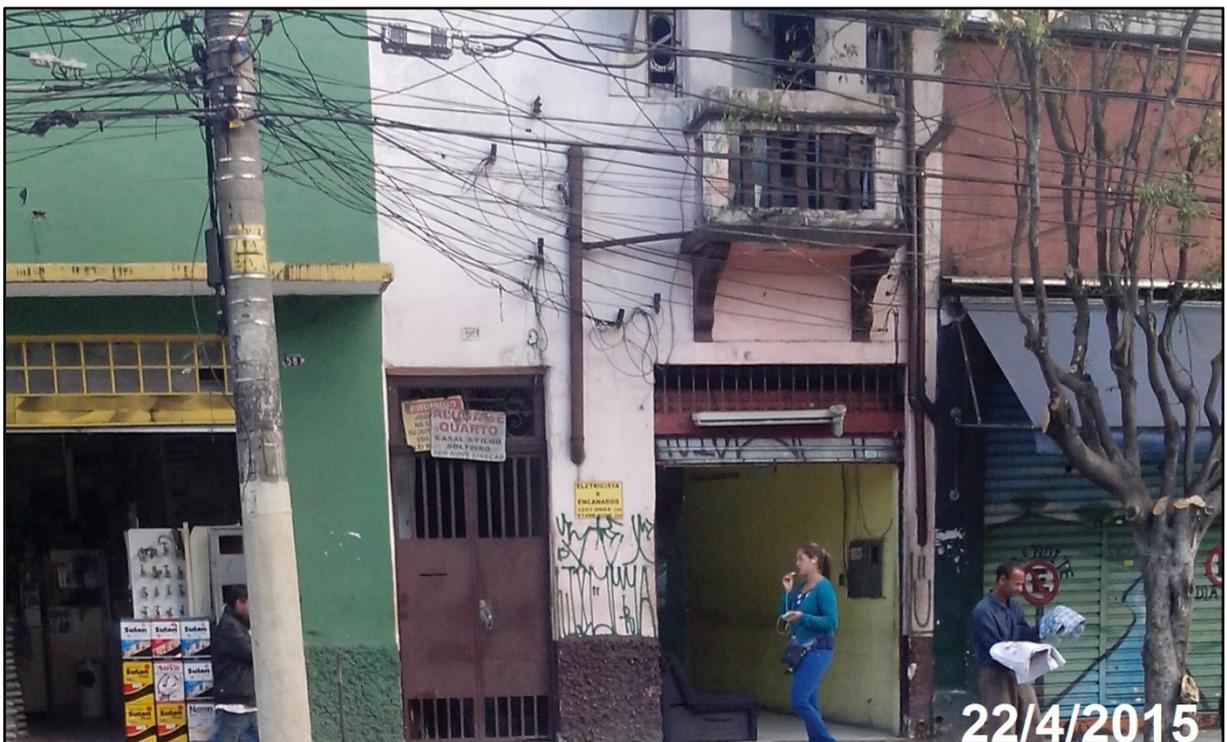


Figura 26: Moradia de haitianos, no Glicério.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

Nesse contexto, não tinha conseguido averiguar como se estabelecia o contrato e toda documentação envolvida no processo de locação de imóveis por haitianos. Com isso, pontuei essa dúvida na conversa com a Monica, (2015), que

destacou que “[...] eles alugam casas, de uma maneira, totalmente, informal, fazendo contratos de gaveta [...] e a grande maioria vai pagar adiantado, então ele entra hoje e faz pagamento mensal. No mês seguinte, ele não pagou, ele é despejado, sem dó ou piedade [...]”.

Assim, essa praxe é realizada tanto por imobiliárias, quanto por locatários particulares dos imóveis, ou então, com o responsável da ocupação de prédios fechados por dívidas ou problemas judiciais, que são muito comuns na região central do município.

Com isso, é perceptível uma associação entre os custos dos alugueis, a significativa informalidade nos contratos e a qualidade dos imóveis.

Dessa maneira, pode-se considerar um conjunto de fatores que direciona o migrante, nesse caso, o haitiano, para alugar essas moradias como, por exemplo, o déficit habitacional municipal, (problema social que atinge, principalmente, às parcelas mais desfavorecidas da população), aquecimento do mercado imobiliário paulistano, nos últimos cinco anos, que inflacionou os preços e alugueis de imóveis e, em geral, aos baixos salários recebidos e a ausência de referências financeiras, documentação ou fiador⁵⁰.

Nesse cenário, de bolha imobiliária, os imóveis da região, mais central de São Paulo, também vivenciaram um processo de especulação e valorização, inclusive, sendo objetos de novos empreendimentos residenciais ou comerciais.

Com isso, conforme os haitianos fixam-se (morar e trabalhar), em números, cada vez maiores, em São Paulo, outras localidades do município passam a recebê-los, além do Glicério, ou mesmo da região central, já que no mapeamento

⁵⁰ Logo, os migrantes também passam a vivenciar os problemas do local, onde se fixam, nesse caso, o habitacional é um exemplo, com isso, mesmo documentados, com emprego e salários fixos, muitas vezes, devido aos custos dos alugueis, não conseguem locar imóveis adequados.

realizado⁵¹, a grande maioria está localizada nas áreas mais periféricas, onde os custos de vida, em geral, são menores.

Assim, gradualmente, consegui reunir informações que apontam os locais, onde há uma maior presença haitiana em São Paulo⁵², embora não se descarte a possibilidade de também estarem vivendo em outras localidades, não levantados, pela pesquisa.

Dessa forma, os haitianos apresentam maiores comunidades, segundo os levantamentos, nos distritos do Cambuci, Liberdade, República, Tucuruvi, Campo Limpo, Cidade Tiradentes, Guaianazes, São Miguel, Ermelino Matarazzo e na divisa entre os municípios de São Paulo e Santo André, respectivamente, nos distritos do São Lucas e Utinga, conforme figura 27, a seguir:

⁵¹ O respectivo foi construído, com base em noticiários, (televisivo e jornais impressos), trabalhos de campo e da entrevista com a Monica, assistente social da Missão Paz.

⁵² Para ilustrar esse trabalho de mapeamento, por exemplo, descobri que os haitianos estavam morando na Cidade Tiradentes – extremo leste – ao conversar com um frentista de um posto de gasolina, no Glicério, que afirmou que os haitianos pegavam o mesmo ônibus que ele, quando retornava para casa a noite. Logo, confirmei essa informação, indo até o terminal de ônibus na Cidade Tiradentes, no horário indicado. Fato que, posteriormente, foi ratificado pela assistente social Monica, que na sua relação com os haitianos, sabia que estavam morando, também, nessa parte do município.

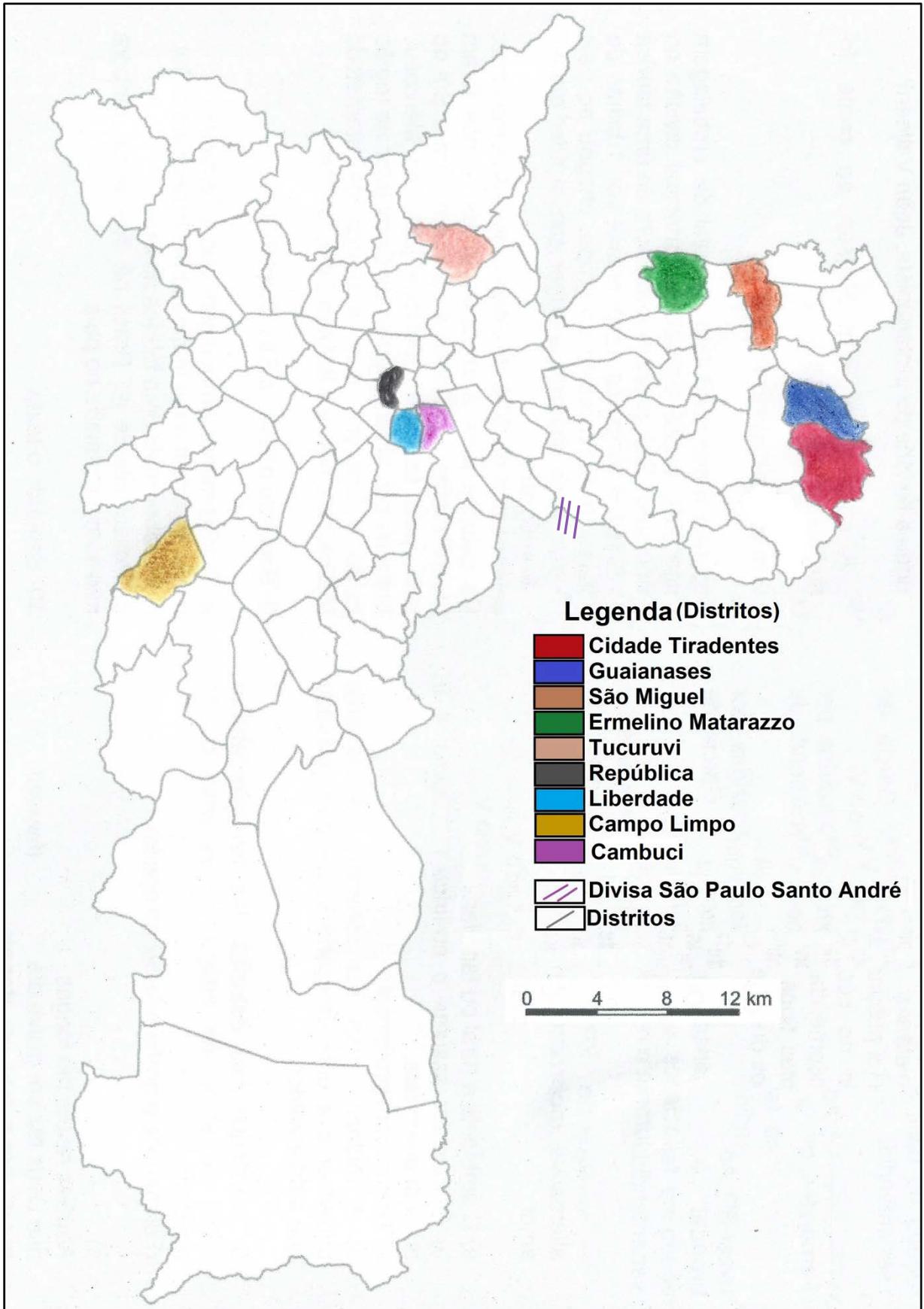


Figura 27: Localização preliminar dos haitianos no município de São Paulo
 Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

Por fim, quanto à última dúvida, relacionada à inserção dos haitianos no mercado de trabalho. De maneira mais destacada, ocupam empregos que estão inseridos em atividades de comércio, serviço e da construção civil.

Além disso, em algumas atividades de campo, no centro de São Paulo, encontrei haitianos trabalhando no comércio informal, como camelôs, figuras 28, 29 e 30, principalmente, nos distritos da Sé, República e Luz⁵³.

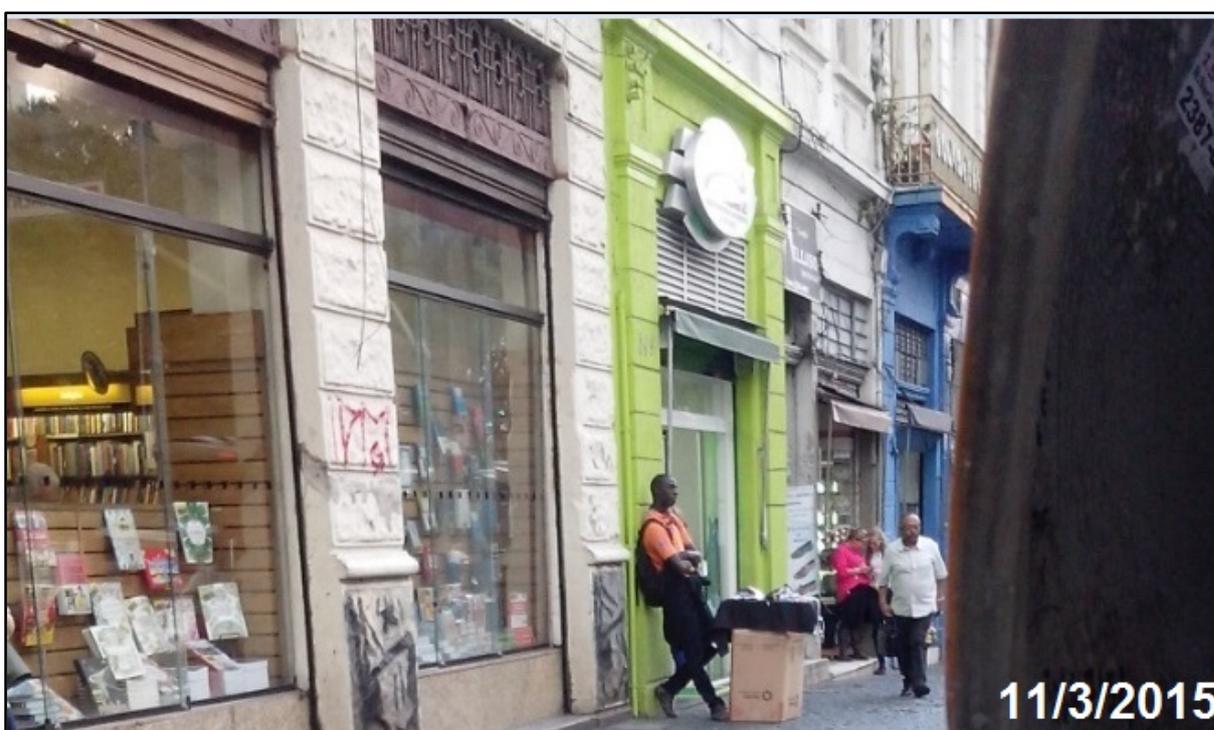


Figura 28: Comércio de acessórios para eletroeletrônicos.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

⁵³ Essa localização foi conseguida pela constatação de campo e em conversas informais, com policiais militares e guardas civis metropolitanos, que trabalham na região central de São Paulo.

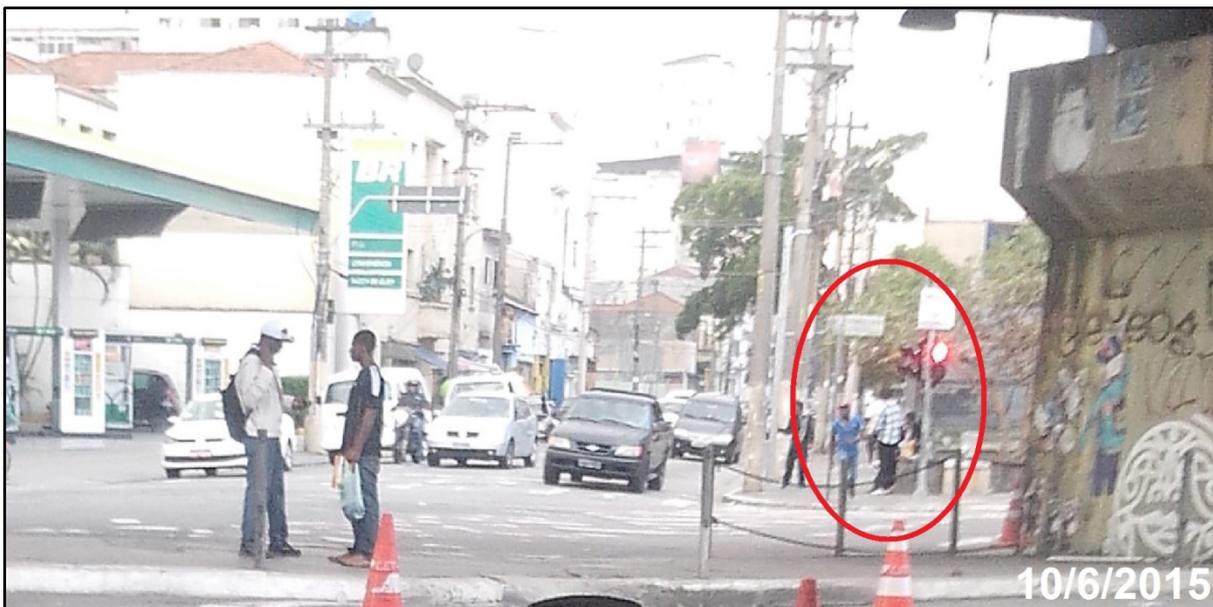


Figura 29: Comércio de perfumes.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.



Figura 30: Comércio de roupas e calçados.
Fonte: Diego Segobia Bocci, 2015.

Infelizmente, também nesses campos, no Glicério, presenciei um haitiano traficando drogas em uma rua próxima a sede da Missão Paz, no caso, naquele

momento, cocaína. Inclusive, essa situação foi confirmada por um trabalhador do comércio local⁵⁴.

O caso exposto no parágrafo anterior, somente reforça a situação inadequada do processo de ingresso no Brasil que, basicamente, é assistido de maneira burocrática pelo governo federal e que se suporta, aqui em São Paulo, com um aparato de acolhimento insuficiente dos governos municipal e estadual.

Com isso, na falta de perspectivas e no desespero da fome, de onde morar e de outras preocupações, são cooptados pela criminalidade, ou ainda, vítimas de escravidão ou de condições de trabalho inadequadas e informais.

Sobre a questão trabalhista de informalidade, para exemplificar, um haitiano me revelou – conversa informal – que estava contratado em um emprego na construção civil, no regime de experiência, após o fim desse período, seu patrão não queria readequar sua situação de trabalho ou, muito menos, aumentar seu salário, como orienta a legislação.

Outro exemplo é sobre trabalho escravo, envolvendo haitianos, que aumentaram nos últimos meses, coincidindo com o momento de maior chegada deles, na capital paulista, conforme ilustra a citação, a seguir, baseada em uma reportagem de agosto de 2014:

“São Paulo – Fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) anunciaram hoje (22) o resgate dos primeiros haitianos vítimas de trabalho escravo no estado de São Paulo. O flagrante ocorreu no dia 5 em uma oficina de costura no Brás, centro da capital, que presta serviço para a atacadista de confecções femininas As Marias [...] No local, os auditores encontraram 12 imigrantes originários do país caribenho – sete mulheres e cinco homens – produzindo peças de vestuário em condições análogas à

⁵⁴ No momento em que percebi a situação, o trabalhador, com quem conversa, parou de falar, pois o fato ocorreu na porta do estabelecimento, onde estávamos conversando.

escavidão. Com eles havia ainda um casal de bolivianos, mantido na mesma situação, e sua filha de 4 anos. Foram eles que fizeram a denúncia ao Sindicato das Costureiras de São Paulo, entidade que auxiliou a operação da SRTE junto com o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) [...] De acordo com Elisabete Sasse, fiscal responsável pela operação, os haitianos cumpriam jornadas de 11 a 15 horas diárias em ambiente que não apresentava “condições mínimas de segurança”. As instalações elétricas eram precárias e os três extintores de incêndio da oficina estavam vencidos. Os empregados moravam no local de trabalho, em alojamentos improvisados e sujos, com restos de comida e colchões espalhados pelo chão, ventilação precária, paredes mofadas e infiltrações [...] “Os haitianos foram contratados em 5 de junho. Apesar de estarem registrados, quando fizemos a fiscalização, três meses depois, ainda não haviam recebido qualquer tipo de pagamento. Contavam apenas com moradia e alimento”, explica Elisabete. A fiscal relata que, em 31 de julho, os trabalhadores se revoltaram com a situação e exigiram seus salários [...] “No dia seguinte receberam R\$ 100 cada um. Não ficaram satisfeitos e decidiram paralisar suas atividades. Então, a contratante cortou a alimentação”, continua. “Quando chegamos, quase não havia mais mantimentos na geladeira ou nos armários da cozinha. Provavelmente, tiveram que se alimentar fora da oficina, recorrendo aos R\$ 100 que haviam recebido [...] “Esse primeiro resgate de haitianos vítimas de trabalho escravo em São Paulo nos deixa muito preocupados”, lamenta o superintendente regional do Trabalho e Emprego, Luiz Antônio de Medeiros. “Tememos que a perda de controle no ingresso desses imigrantes no país acabe fazendo com que sejam empregados em condições precárias e degradantes [...]”. (REDE BRASIL ATUAL. 2014, s.p.).

Dessa forma, é brutal ler a notícia e perceber que diante da pressão dos trabalhadores sobre a proprietária, em relação ao salário e condições de trabalho, a mesma, simplesmente, cortou o fornecimento de comida, como não bastasse a situação degradante, em que já estavam.

Essa atitude, somente enaltece, mais um exemplo da busca pela maximização das margens de lucro, que sacrifica as pessoas mais vulneráveis, socioeconomicamente, e que insiste em ocorrer diante da morosidade, de certa, brandura judicial e de problemas de fiscalização, constituindo um cenário

socioespacial que produz a situação social explosiva destacada por V. Safatle, (2014, p.22), ao afirmar que:

“[...] a partir dos anos 1980 [...] o capital conheceu durante esse período oportunidades múltiplas de investimento, oferecendo taxas de lucros em geral mais elevadas que em épocas anteriores, por outro, a flexibilização do trabalho, o desenvolvimento tecnológico e o declínio das políticas estatais de proteção provocaram uma situação potencialmente explosiva [...] sem forte intervenção de políticas estatais de redistribuição, nossas sociedades tendem a entrar em situação de profunda fratura social por desenvolverem uma tendência radical de concentração de riquezas”.

É nessa perdição de falta de entrosamento entre as escalas do governo, mergulhados em ações executadas no calor dos acontecimentos, na perpetuação de burocracias e na subserviência das políticas neoliberais internacionais que cultuam o lucro e o consumo ao desnecessário, valorizado midiaticamente, que pessoas continuarão e engrossar o caldo dos explorados, na nossa sociedade.

Assim, mantendo a perversidade que atenta contra essas pessoas, pois nesse turbilhão burocrático, político e econômico, continuaram a vivenciar situações de fome, agressões psicológicas e físicas, além da exploração da sua força de trabalho e aliciamento pela criminalidade.

Logo, não se pode permitir, que esses acontecimentos percam-se do debate social na política, que parece ter sido esvaziado dele e monopolizado por discussões de administração governamental, ou seja, das possíveis formas de gestão da governabilidade, em alicerces político econômicos neoliberais, que criam um crescente pessimismo na sociedade sobre a política, diante da perpetuação das desigualdades, tendo em vista que:

“[...] somos obrigados a ouvir compulsivamente [...] que não há mais nada a esperar da política, a não ser discussões sobre a melhor maneira de administrar o modelo socioeconômico hegemônico nas sociedades ocidentais. Não se trata mais de pensar a modificação dos padrões de partilha de poder, de distribuição de riquezas e de reconhecimento social. Trata-se de uma questão de gestão de modelos que se reconhecem como defeituosos, mas que ao mesmo tempo se afirmam como únicos possíveis”. (SAFATLE. 2014, p.14-15).

Ao encontro disso, G. Lipovetsky, (2007), aponta que um dos motivos da existência de um sentimento de pessimismo político da sociedade decorre, justamente, dessa subserviência do Estado aos interesses dos fluxos internacionais econômicos. Assim, nas suas palavras:

“[...] ideia de que, na prática, somos mais dirigidos pela autoridade obscura dos fluxos financeiros do que pelos representantes eleitos pelo povo. Como um esvaziamento político desse nível poderia não instilar o veneno da desmobilização e do desencanto? Como a impotência de controlar o curso das coisas poderia não acarretar desilusão nas sociedades em que, ao menos, em tese, o povo é considerado soberano e senhor de seu destino?”. (LIPOVETSKY. 2007, p.42).

CONCLUSÃO

A presente dissertação, construída ao longo dos últimos dois anos e meio, materializa os esforços de pesquisa trilhados. Buscou-se contribuir com o fortalecimento do discurso acadêmico, contrário as desigualdades e perversidades sociais, que estão muito presentes em nossa sociedade.

Diante de desumanidades, cada vez mais intensas, não se pode calar e ou desanimar, mas tê-las, também, como motivo de perpetuar o esforço em combatê-las, diariamente, mesmo que por meio de pequenos atos, que acredito, enquadrar-se esse trabalho.

A tirania socioeconômica está imposta, globalmente, para todos os seres humanos e, isso significa, que muitas pessoas estão sendo massacradas pela imposição de desejos, inescrupulosos, que visam a maximização do acúmulo de dinheiro, mesmo que isso signifique, a continuidade da destruição ambiental e do consumo da vida de muitas pessoas.

Aos milhares, essas pessoas, vivenciam um cativeiro exploratório, que traz uma forma de escravidão contemporânea, repaginando a senzala e o chicote, colocando-os como engrenagens necessárias a maximização dos lucros pela redução dos custos de produção.

Fato verificado pelos aspectos analisados, ao longo dessa dissertação, sendo imprescindível destacar, que a atual produção socioespacial capitalista construiu essa realidade desigual.

Nesse contexto, o fluxo de pessoas pobres, desprovidas de tudo, tornou-se uma mercadoria, comercializada em distintas localidades e, enquanto tal, segundo J. Gaudemar, (1977), é um axioma ao lado da fluidez do capital, necessária

para reprodução dessa realidade socioespacial capitalista, já que o “[...] capitalismo supõe a mobilidade do trabalho, e que se desenvolve tanto melhor quanto esta mobilidade é perfeita”, (GAUDEMAR. 1977, p.209), fato reforçado por A. Sayad, (1998, p.238), ao afirmar que:

“Quanto mais pobre é um país e quanto mais é dominado (entende-se com isso: quando mais é forçado a oferecer a seu parceiro vantagens políticas e vantagens substanciais) mais vantajosa é, em todos os sentidos, a imigração oriunda desse país”.

Nesse cenário, a globalização reforçou a sua reprodução, já que intensificou o enraizamento, global, de uma ideologia hegemônica, tendo em vista que:

“[...] serve de alicerce às ações hegemônicas dos Estados, das empresas e das instituições internacionais, o papel da ideologia na produção das coisas e o papel ideológico dos objetos que nos rodeiam contribuem, juntos para agravar essa sensação de que agora não há outro futuro senão aquele que nos virá como um presente ampliado e não como outra coisa”. (SANTOS, 2008b, p.159).

Com isso, a migração, para essas pessoas, constitui-se como uma via de duas mãos, que de um lado, pode proporcionar a esperança de se conseguir uma vida melhor, mas por outro, pode representar a continuidade da sua exploração e de outras tantas injustiças e violências.

Dentro desse cenário, o estudo de caso sobre a migração haitiana para o município de São Paulo, demonstrou, exatamente, esses dois lados.

Já que, a principal preocupação governamental, no acolhimento haitiano, está alicerçada e muito limitada na regulação documental, possibilitando sua

inserção quase, exclusivamente, pelo trabalho que é insuficiente para garantir um acolhimento mais adequado, como destacou Lipovetsky, (2007).

Na contra mão dessa praxe político-burocrática, a prefeitura de São Paulo, iniciou nos últimos anos, a estruturação de uma política mais integral de acolhimento com os CRAIs, mas que ainda não assistem, na mesma proporção, os migrantes já presentes no município. Embora, espera-se que no decorrer do tempo, essa ação afirme-se e proporcione um acolhimento mais adequado, com isso, minimizando possibilidades de cooptação criminal, da informalidade trabalhista e das senzalas contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, ARJUN. O medo do pequeno número. *Ensaio sobre a geografia da raiva*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ANDRADE, Carlos A. A. de; MATTOS, Beatriz R. B.; MORAES, Isaias A. de. *A imigração haitiana para o brasil: causas e desafios*. Revista Conjuntura Austral, Rio Grande do Sul, vol. 4, n. 20, out.-nov., 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>. Acessado em 8 mar. 2015.

ANDRADE. Manuel C. de. A Segunda Guerra Mundial e as modificações no pensamento geográfico. In: ANDRADE. Manuel C. de. *Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 94-114.

ANDRADE. Manuel C. de. A busca de novos paradigmas. In: ANDRADE. Manuel C. de. *Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 105-115.

ANDRADE. Manuel C. de. Geografia e ação. In: ANDRADE. Manuel C. de. *Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-130.

AGÊNCIA BRASIL. *M.Officer pode ser banida do mercado por trabalho escravo*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/mofficer-pode-ser-banida->

do-mercado-por-trabalho-

escravo, fac1c39e42a67410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html. Acesso em 28 dez. 2014.

ARANTES, Paulo E. Vida e obra. In: FLORIDO, Janice (Coord.). *Hegel*. São Paulo: Nova Cultural, 2006. p. 5-19.

BARBOSA, Rubens Antônio. *Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil*. Rev. bras. polít. int. Brasília, v. 45, n. 1, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100003. Acesso em 2 fev. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. Depois da Nação-Estado, o quê?. In: BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 63-84.

BBC. *Bolivianos, paraguaios e chineses estão entre imigrantes que vieram ao país atrás de oportunidades, mas acabaram vítimas de formas contemporâneas de escravidão*. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2013-05-13/estrangeiros-resgatados-de-trabalho-escravo-no-brasil-sao-ponta-de-iceberg.html>. Acesso em 28 dez. 2014.

BECKER. Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro Iná E. de. et a. (Org.) *Explorações geográficas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 p. 319-367.

BLOG DO TUPAN. Itamaraty quer mais controle sobre migração no Norte. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/tupan/itamaraty-quer-mais-controle-sobre-migracao-no-norte/>. Acesso em 6 mar. 2015.

BRZOZOZWSKI, Jan. *Migração internacional e desenvolvimento econômico*. Estud. av. São Paulo, v. 26 n.75, 2012. p.137-156. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009. Acesso em 15 jan. 2015.

CAFFEU, Ana P.; CUTTI, Dirceu. *Só Viajar! Haitianos em São Paulo: um primeiro e vago olhar*. Travessia – Revista do migrante, São Paulo, n. 70, p. 107-113, jan.-jun. 2012.

CASTRO. Maria da C. G. de; FERNANDES, Duval. *A emigração dos haitianos para cidades brasileiras: desafios para políticas públicas de integração*. In: III Simpósio de Ciências Sociais: Cidade e Democracia, Belo Horizonte, 2014, p. 78-92.

CAPEL. Horacio. El historicismo y la Geografía. In: CAPEL. Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: Una introducción a la Geografía*. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1981. p. 313-365.

CAPEL. Horacio. Neopositivismo y Geografía Cuantitativa. In: CAPEL. Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: Una introducción a la Geografía*. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1981. p. 367-401.

CAPEL. Horacio. La quebra del positivismo y las Geografías Radicales. In: CAPEL. Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: Uma introducción a la Geografía*. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1981. p. 403-455.

CBN. *Ônibus com 45 haitianos chega a São Paulo*. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2015/06/27/ONIBUS-COM-45-HAITIANOS-CHEGA-A-SAO-PAULO.htm>. Acesso em 28 jun. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 113, de 09 de dezembro de 2014.

CORRÊA. Roberto L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 25-34.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). *Recommendations on Statistics of International Migration - Revision 1*. Statistical Papers Series M. n. 58. New York: United Nations, 1998.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). *World Economic and Social Survey 2004: International Migration*. Statistical Papers Series M. n. 5. New York: United Nations, 2004.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). *Migration levels and trends: Global assessment and policy implications, 2012*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/meetings/tenthcoord2012/V.%20Sabine%20Hennin%20-%20Migration%20trends.pdf>. Acesso em 20 fev. 2015.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). *International Migration 2013*. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/wallchart2013.pdf>. Acesso em 17. dez. 2104.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). *International Immigration 2013: Migrants by origin and destination*. Population Facts. n. 2013/3 rev.1, April 2014. Disponível em: http://esa.un.org/unmigration/documents/PF_South-South_migration_2013.pdf. Acesso em 20 fev. 2015.

DEUTSCHE WELLE (DW). *No safe haven: The EU's refugee policy*. Disponível em: <http://www.dw.de/no-safe-haven-the-eus-refugee-policy/g-17767611>. Acesso em 10 jan. 2015.

ENGELS, Friedrich. Barbárie e civilização. In: ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 177-202.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&P, 2009.

EXAME. *Como Zara e 5 grifes reagiram à acusação de trabalho escravo*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/o-que-a-zara-e-5-grifes-fazem-mesmo-com-o-trabalho-escravo>. Acesso em 28 dez. 2014.

FERNANDES, Duval (Coord.). *Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral*. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.brasil.iom.int/images/estudio/Relatorio%20final%20sobre%20Migracao%20Haitiana%20ao%20Brasil%20-%20Estudo%20da%20OIM.PDF>. Acesso em 18 jan. 2015.

FEUERBACH, Ludwig. *Princípios da filosofia do futuro*. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/feuerbach_ludwig_principios_filosofia_futuro.pdf.

Acesso em 10 jan. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In:

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*.

Lisboa: Estampa, 1977. p. 185-211.

GIANNOTTI, José Arthur. Vida e obra. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os pensadores:*

Marx. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 5-18.

GLOBO. *M. Officer é processada por manter trabalhadores em situação semelhante à escravidão*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/m-officer-processada-por-manter-trabalhadores-em-situacao-semelhante-escravidao-13339153#ixzz3NJ451d4>. Acesso em 28 dez. 2014.

GOMES, Paulo C. da C. *Geografia e Modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GORENDER, Jacob. *Introdução*. In: MALAGODI, Edgard et al. (Trad.) *Os economistas: Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. VII-XXIII.

G1. *Furacões e tempestades tropicais mataram mais de 700 no Haiti em 2008.*

Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1444885-5602,00-FURACOES+E+TEMPESTADES+TROPICAIS+MATARAM+MAIS+DE+NO+HAITI+EM.html>. Acesso em 27 jan. 2015.

G1. *Fotos mostram difícil reconstrução do Haiti 5 anos depois de terremoto.*

Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/fotos-mostram-dificil-reconstrucao-do-haiti-5-anos-depois-de-terremoto.html>. Acesso em 28 jan. 2015.

G1. *Paróquia em SP vira referência para centenas de haitianos vindos do Acre.*

Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/parouquia-em-sp-vira-referencia-para-centenas-de-haitianos-vindos-do-acre.html>. Acesso em 2 jun. 2015.

HAESBAERT. Rogério. Território e multiterritorialidade: *um debate*. GEOgraphia - Ano IX – n. 17, p.19-45. 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205> . Acesso em 6 mar. 2015.

HARNECKER. Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, 1973⁵⁵.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.

⁵⁵ Esse livro não possui editora e local de publicação.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 127-162.

HARVEY, David. A geografia do poder de classe. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 191-218.

HASHIZUME, Maurício; PYL, Bianca. *Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava*. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/>. Acesso em 28 dez. 2014.

HÉRITIER. O eu, o Outro e a intolerância. In: ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS. *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 1-27.

IANNI, Octavio. Globalização e diversidade. In: IANNI, Octavio. *A era da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 11-32.

IANNI, Octavio. Trabalho e capital. In: IANNI, Octavio. *A era da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 121-147.

ILKAOTILIA.BLOGSPOT. Xenofobia na Europa: *Os padrões atuais de migração internacional*. Disponível em: <http://ilkaotilia.blogspot.com.br/2012/07/xenofobia-na-europa-os-padroes-atuais.html>. Acesso em 20 fev. 2015

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

JÚNIOR, Durval M. A.. Preconceito contra a origem e de lugar: *fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 1-31.

MARINUCCI, Roberto. *Breve panorama das migrações internacionais, entre 180 e 2005*. Disponível em: http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm. Acesso em 15 jan. 2015.

MARX, Karl. Introdução: à crítica da economia política. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os pensadores: Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 25-48.

MARX, Karl. Prefácio: à crítica da economia política. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os pensadores: Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 49-54.

MARX, Karl. As lutas de classe na França – de 1848 a 1850. In: IASI, Mauro L (Coord.). *Assim lutam os povos: A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 37-196.

MARX, Karl. O 18 Burmário de Luís Bonaparte. In: IASI, Mauro L (Coord.). *Assim lutam os povos: A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 199-336.

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. In: IASI, Mauro L (Coord.). *Assim lutam os povos: A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 339-437.

LA SALLE UNIVERSITY. *Major population movements 1500-1914*. Disponível em: http://www.lasalle.edu/~mcinneshin/251/wk09/images/Major_Population_Movements_1500-1914.jpg. Acesso em 28 fev. 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade da Decepção*. Barueri, SP: Manole, 2007.

MAGALHÃES Luís F. A.. O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9036&Itemid=456. Acessado em 30 abr. 2015.

MARZZITELLI, Edna. *Conhecendo o materialismo histórico e o marxismo: conhecendo Marx*. In: V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO, Florianópolis. 2011, p. 1-19. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/EdnaMarzzitelliPereira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em 25 jan. 2014.

METRO JORNAL. Com proibição, haitianos pagam viagem para São Paulo. Disponível em: <http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/com-proibicao-haitianos-pagam-viagem-para-sao-paulo-193493>. Acesso em 1 jun. 2015.

MORAES, Antônio C. R. *Geografia: Pequena Histórica Crítica*. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 35-49.

MOREIRA, Ruy. *Marxismo e Geografia: (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias)*. GEOgraphia, Niterói, v. 6, n.11, p. 21-37, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/140/135>.

Acesso em 27 mar. 2014.

MOREIRA, Ruy. Epistemologia. In: MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 59-129.

MOREIRA, Ruy. Ser-tões: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa. In: MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 161-172.

MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica*. São Paulo: Contexto, 2012.

MORENTE, Manuel G. *Fundamentos de Filosofia: Lições preliminares*. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

NETTO, José P. *O que é marxismo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NUNAN Carolina; PEIXOTO, João. *Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal*. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. Brasília, v. 20 n.38, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852012000100014&script=sci_arttext. Acesso em 2 fev. 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Imigrantes Latinos engrossam luta por moradia na cidade. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,imigrantes-latinos-engrossam-luta-por-moradia-na-cidade,1024893>. Acesso em 8 jun. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U de. Espaço tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton. *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 66-110.

OPERA MUNDI. Governo japonês vai financiar retorno dos imigrantes desempregados ao Brasil. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/336/governo+japones+vai+financiar+retorno+dos+imigrantes+desempregados+ao+brasil.shtml>. Acesso em 8 jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT, 2006.

OSCAR, Aquino J.. *História das Sociedades Americanas*. 12. ed.. Rio de Janeiro: RECORD, 2008, p. 196-222.

OXFAM. *Even it up: time to end extreme inequality*. Disponível em: <http://www.oxfamamerica.org/static/media/files/even-it-up-inequality-oxfam.pdf>.

Acesso em: 05 jan. 2015.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações e nova fronteira utópica. In: PAIVA, Odair da Cruz. *Migrações Internacionais: desafios para o século XXI*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007. p. 13-27.

PEET, Richard. Desigualdade e Pobreza: Uma teoria geográfico-marxista. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

PLEKHÂNOV, Georgi V. *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

REDE BRASIL ATUAL. *As Marias - Fiscalização resgata primeiros haitianos vítimas de trabalho escravo em São Paulo*. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/08/fiscalizacao-resgata-primeiros-haitianos-vitimas-de-trabalho-escravo-em-sao-paulo-7073.html>. Acesso em 17 jun. 2015.

REPÓRTER BRASIL. *Ação por trabalho escravo na produção de roupas da marca Fenomenal pode ultrapassar um milhão de reais*. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/acao-por-trabalho-escravo-na-producao-de-roupas-da-marca-fenomenal-pode-ultrapassar-um-milhao-de-reais/>. Acesso em 28 dez. 2014.

REPÓRTER BRASIL. *Especial: flagrantes de trabalho escravo na indústria têxtil no Brasil*. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>. Acesso em 28 dez. 2014.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. 5. reimpr. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas: 2014.

SALIM, Celso Amorim. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A07.pdf>. Acesso em 1 jun. 2015.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Douglas. O fim do feudalismo e o nascimento do espaço métrico. In: SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 33-50.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-99, jun. 1977.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método*. Terra Livre, São Paulo, n.5, p. 9-20, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

SANTOS, Milton. O presente como espaço. In: SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2007. p. 13-45.

SANTOS, Milton. A economia: A sociedade e o espaço. In: SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2007. p.65-90.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. 6. reimpr. São Paulo: Edusp, 2011.

SAYAD. Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: EDUSP. 1998.

SENADO NOTÍCIAS. Rotas de haitianos para o Brasil. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/rotas_de_haitianos_para_o_brasil/rotas_de_haitianos_para_o_brasil.html. Acesso em: 4 mar. 2015.

SENE, Gláucia Malerba. *Caminhos pré-colombianos*. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/uploads/docs/images/images/povoamento_amea_aa.jpg. Acesso em 15 fev. 2015.

SINGER. Paul. Introdução. In: SINGER. Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-10.

SINGER. Paul. Globalização, precarização do trabalho e exclusão social. In: SINGER. Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-33.

SINGER. Paul. A exclusão social sob duas óticas. In: SINGER. Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 84-117.

SINGER. Paul. Uma solução não-capitalista para o desemprego. In: SINGER. Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 118-125.

SIQUEIRA, Bruna. *Governo japonês vai financiar retorno dos imigrantes desempregados ao Brasil*. OPERA MUNDI, 2 abr. 2009. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/336/governo+japones+vai+financiar+retorno+dos+imigrantes+desempregados+ao+brasil.shtml>. Acesso em 1 fev. 2015.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRAMENTO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS - SINCRE. *Dados do SINCRE sobre haitianos no Brasil 2010-2014* . Disponível em: <http://www.brasil.iom.int/>. Acesso em 26 dez. 2014.

SODRÉ, Nelson W. *Fundamentos do materialismo dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SORRE, Maximilien. Migrações e mobilidade do ecúmeno. IN: SORRE, Maximilien. *Les migrations des peuples: Essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion, 1995. p. 124-139.

SOUZA. Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, Roberto L. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu S. Conceitos. In: SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 87-119.

TIME. *The Great Wall of America*. Disponível em: http://content.time.com/time/photogallery/0,29307,1814377_1723612,00.html. Acesso em 10 jan. 2015.

THOMAZ, Diana Z. *Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas*. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013.

VESENTINI, José William. *O que é Geografia Crítica*. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm>. Acesso em 15 jan. 2014.

VIEIRA, Ana Maria da Costa Leitão. Apresentação. In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). *Migrações Internacionais: desafios para o século XXI*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007. p. 7-8.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Global Report on Trafficking in Persons*. New York: United Nations, 2014.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Haiti – Human Development Indicators*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/HTI>. Acesso em 17 fev. 2015.

ZYLBERKAN, Mariana. *Perigo, dificuldades e integração*. Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2014/02/04/perigo-dificuldades-e-integracao/>. Acesso em 8 fev. 2015.

WEFFORT, Francisco C. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. 11. ed. São Paulo: Ática, vol. 2. 2006. p. 225-252.

WORLD BANK. *International migrant stock, total*. Disponível em:

[http://search.worldbank.org/data?qterm=immigration&language=EN&format=.](http://search.worldbank.org/data?qterm=immigration&language=EN&format=)

Acesso em 17. fev. 2014.

WORLD BANK. *Migration and remittances factbook – 2011*. Disponível em:

<http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf>.

Acesso em 6 abr. 2015.

ANEXOS

GOVERNO JAPONÊS VAI FINANCIAR RETORNO DOS IMIGRANTES DESEMPREGADOS AO BRASIL

Bruna Siqueira | De Tóquio - 02/04/2009 - 10h01

O governo japonês acaba de tirar do papel o ponto mais polêmico de um pacote de medidas criado para combater a recessão financeira global: o financiamento de passagens aéreas para que imigrantes desempregados possam retornar aos seus países de origem.

O Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social informou no dia 30 de março que subsídios individuais de US\$ 3 mil serão concedidos a partir de abril a brasileiros e outros estrangeiros com ascendência japonesa que queiram ser repatriados. Os dependentes desses imigrantes receberão US\$ 2 mil cada.

O nó da questão é que, ao aderir ao programa, os beneficiados serão impedidos de retornar ao arquipélago no futuro. Atualmente, mais de 300 mil brasileiros vivem em situação regular no país, mas por conta da crise, muitos perderam os empregos que mantinham nas fábricas de eletroeletrônicos e montadoras de veículos.

“Essa é uma medida desesperada. O Japão não se preparou para ser um país de imigrantes e agora trata essa mão-de-obra como se fosse descartável”, opina Roberto Maxwell, mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Shizuoka e especialista em migrações internacionais.

Essa é a primeira vez que o país toma uma decisão desse porte desde que nikkéis latino-americanos conquistaram o direito à residência no Japão, estabelecido por lei em 1990.

Desemprego cresce

De acordo com o ministério, o índice de desemprego em solo nipônico aumentou 4,4% desde o segundo semestre de 2008, o que se configura no pior desempenho dos últimos três anos. O governo calcula que, até junho, cerca de 192 mil trabalhadores terão sido cortados do mercado formal.

Os dados vêm sendo coletados desde outubro, quando multinacionais como Toyota, Honda, Sony e Mitsubishi anunciaram cortes de funcionários, redução de salários e fechamento de linhas de produção devido à queda das exportações para os Estados Unidos.

Dois em cada três demitidos até o momento, segundo relatório divulgado pelo governo, haviam sido contratados por meio de intermediadores. Isto é, agências que entre os imigrantes são conhecidas como “empreiteiras”. “Somente ontem (1) recebemos mais de cem telefonemas de pessoas que queriam saber mais sobre essa ajuda do governo”, comenta Carlos Zaha, diretor da Associação Brasil Fureai. A entidade é uma das organizações não-governamentais criadas para auxiliar os dekasseguis na recolocação profissional.

Investimento em capacitação

Ainda não há um orçamento definido para atender os candidatos ao programa, mas algumas províncias, como a de Tóquio, também têm investido em treinamento profissional e ensino do idioma aos estrangeiros. De acordo com o jornal Mainichi, o governo da capital japonesa acaba de destinar mais de US\$ 10 milhões à capacitação de 5 mil trabalhadores.

“Essa opção pela volta é bastante complicada, porque o Brasil exige uma capacitação profissional que muitos não possuem. Também existe o processo de readaptação ao país e à qualidade de vida. Muita gente não tem nada, está morando de favor, mas ainda assim quer ficar no Japão”, comenta Gisélia Oda, presidente do Serviço de Assistência aos Brasileiros no Japão (Sabja), organização que há dez anos fornece atendimento psicológico, médico e jurídico gratuito aos imigrantes.

Antes de o gabinete do primeiro-ministro Taro Aso anunciar que bancaria o processo de repatriação dos dekasseguis, a província de Gifu, um dos pólos industriais do país, já havia lançado um pacote semelhante.

Financiamentos destinados à compra de 700 passagens aéreas foram oferecidos a brasileiros que comprovassem não dispor de renda para voltar para casa. O empréstimo, liberado no início de março, seria corrigido a juros de 1,5% ao ano e parcelado em até cinco anos.

Só poderia solicitar o empréstimo quem residisse na província há pelo menos um ano e comprovasse não dispor de recursos, assim como não possuir bens ou poupança.

Box 1. Definition of country of usual residence, of long-term international migrant and of short-term international migrant	
<i>Country of usual residence</i>	The country in which a person lives, that is to say, the country in which he or she has a place to live where he or she normally spends the daily period of rest. Temporary travel abroad for purposes of recreation, holiday, visits to friends and relatives, business, medical treatment or religious pilgrimage does not change a person's country of usual residence.
<i>Long-term migrant</i>	A person who moves to a country other than that of his or her usual residence for a period of at least a year (12 months), so that the country of destination effectively becomes his or her new country of usual residence. From the perspective of the country of departure the person will be a long-term emigrant and from that of the country of arrival the person will be a long-term immigrant.
<i>Short-term migrant</i>	A person who moves to a country other than that of his or her usual residence for a period of at least 3 months but less than a year (12 months) except in cases where the movement to that country is for purposes of recreation, holiday, visits to friends and relatives, business, medical treatment or religious pilgrimage. For purposes of international migration statistics, the country of usual residence of short-term migrants is considered to be the country of destination during the period they spend in it.

Tabela 1: Definição de residência e migrante internacional, segundo critérios da ONU.
Fonte: DESA. 1998, p.18.

Texto em língua original, citado na nota de rodapé 12:

“[...] for leisure, recreation, holiday, visits to friends or relatives, medical treatment or religious pilgrimage and that excursionists (same-day visitors) include persons living in border areas that make day trips to the neighbouring country for leisure, recreation, shopping, visits to friends or relatives, medical treatment or religious pilgrimages as well as cruise passengers who arrive in a country on a cruise ship and return to the ship each night to sleep on board and crew members who do not spend the night in the country.” (DESA. 1998 p.24).

Box 2 (continued)

8. *Nomads*: Persons without a fixed place of residence who move from one site to another, generally according to well-established patterns of territorial mobility. When their trajectory involves crossing current international boundaries they become part of the international flows of people. Some nomads may be stateless persons because, lacking a fixed place of residence, they may not be recognized as citizens by any of the countries through which they pass.

D. Categories relevant for the compilation of international migration statistics

9. *Citizens departing to study abroad • Foreign students*: Foreigners admitted under special permits or visas allowing them to undertake a specific course of study in an accredited institution of the receiving country. If their dependants are admitted, they are also included in this category.
10. *Citizens departing to be trained abroad • Foreign trainees*: Foreigners admitted under special permits or visas allowing them to undertake training that is remunerated from within the receiving country. If their dependants are admitted, they are also included in this category.
11. *Citizens departing to work abroad • Foreign migrant workers*: Foreigners admitted by the receiving State for the specific purpose of exercising an economic activity remunerated from within the receiving country. Their length of stay is usually restricted as is the type of employment they can hold. Their dependants, if admitted, are also included in this category.
12. *Citizens departing to work for an international organization abroad • Foreigners admitted as international civil servants*: Foreigners admitted under special visas or residence permits as employees of international organizations located in the territory of the receiving country. If their dependants and employees are admitted, they are also included in this category.
13. *Citizens departing to exercise their right to free establishment • Foreigners having the right of free establishment*: Foreign persons who have the right to establish residence in the receiving country because of special treaties or agreements between their country of citizenship and the receiving country. Their dependants, if admitted, are included in this category.
14. *Citizens departing to settle abroad • Foreigners admitted for settlement*: Foreign persons granted the permission to reside in the receiving country without limitations regarding duration of stay or exercise of an economic activity. Their dependants, if admitted, are also included in this category.
15. *Citizens departing to form a family or join immediate relatives abroad • Foreigners admitted for family formation or reunification*: This category includes the foreign fiancé(e)s and foreign adopted children of citizens, the foreign fiancé(e)s of other foreigners already residing in the receiving country, and all foreign persons allowed to join their immediate relatives already established in the receiving country.
16. *Citizens departing to seek asylum • Refugees*: Foreign persons granted refugee status either at the time of admission or before admission. This category therefore includes foreign persons granted refugee status while abroad and entering to be resettled in the receiving country as well as persons granted refugee status on a group basis upon arrival in the country. In some cases, refugee status may be granted when the persons involved are still in their country of origin through “in-country processing” of requests for asylum. Refugee status may be granted on the basis of

Box 2 (continued)

the 1951 Convention^a relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol,^b other pertinent regional instruments, or humanitarian considerations.

E. Other categories relevant for the measurement of international migration but encompassing persons whose duration of stay in the receiving country is uncertain

17. *Citizens departing to seek asylum • Foreigners seeking asylum:* A category that encompasses both persons who are eventually allowed to file an application for asylum (asylum-seekers proper) and those who do not enter the asylum adjudication system formally but are nevertheless granted the permission to stay until they can return safely to their countries of origin (in other words, foreigners granted temporary protected status).
18. *Citizens departing without the admission documents required by the country of destination • Foreigners whose entry or stay is not sanctioned:* This category includes foreigners who violate the rules of admission of the receiving country and are deportable, as well as foreign persons attempting to seek asylum but who are not allowed to file an application and are not permitted to stay in the receiving country on any other grounds.

^aUnited Nations, Treaty Series, vol. 189, No. 2545.

^bIbid., vol. 606, No. 8791.

**Tabela 2: Definição de residência e migrante internacional, segundo critérios da ONU.
Fonte: DESA. 1998, p.21-23**

Migration levels and trends: Global assessment and policy implications



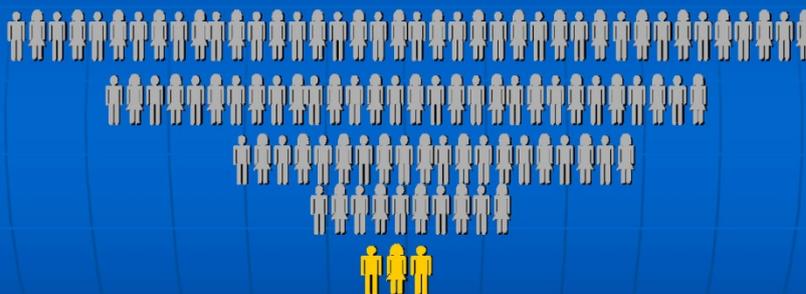
Sabine Henning
Migration Section, Population Division
Department of Economic and Social Affairs (DESA)
United Nations, New York

New York, 10 February 2012

International migrant stock: Global trends

United Nations
Population Division/DESA

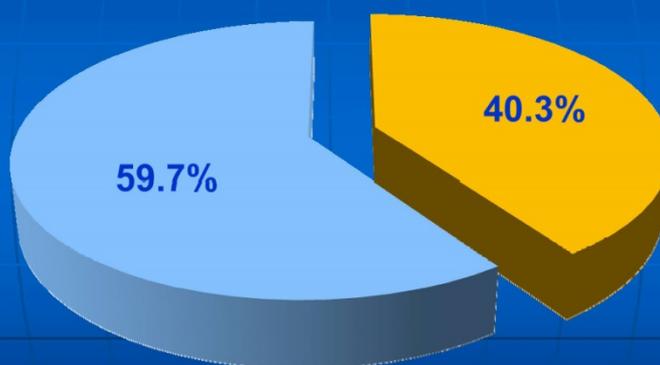
Of the 6.9 billion people in the world in 2010



... 214 million or 3.1 per cent were
international migrants

United Nations
Population Division/DESA

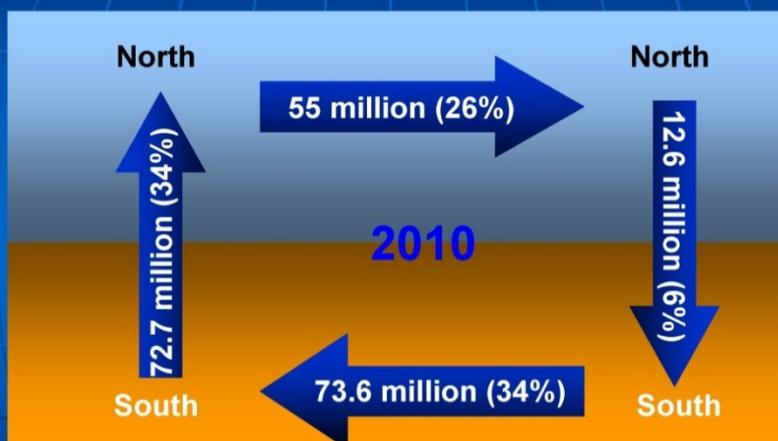
In 2010, the majority of all international migrants live in more developed regions



■ Less developed regions ■ More developed regions

United Nations
Population Division/DESA

South-South migration is as common ...



as South-North migration

(based on migrant stock data; North: more developed regions; South: less developed regions)

United Nations
Population Division/DESA

Migration corridors, 2010 (in thousands)

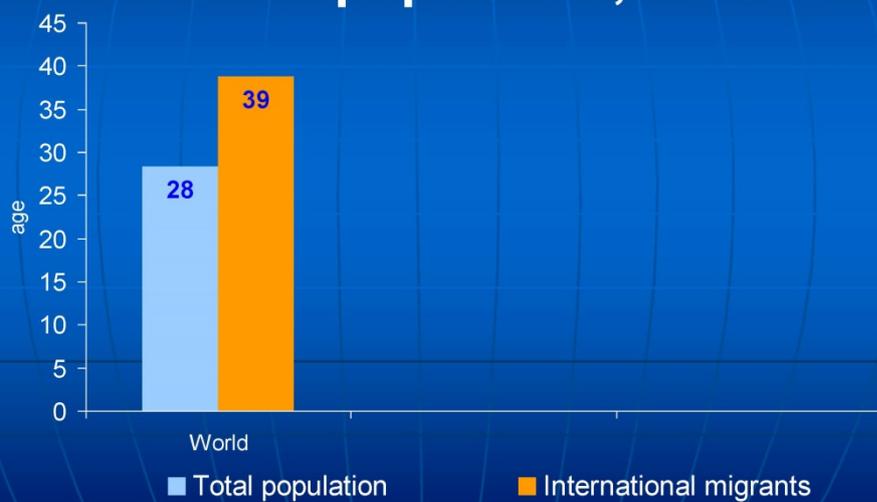
		Receiving						Total	Per cent origin
		Africa	Asia	Europe	LAC	NA	Oceania		
Sending	Africa	17,171	4,459	7,571	32	1,875	339	31,447	55
	Asia	572	48,213	18,531	321	13,861	1,946	83,445	58
	Europe	1,361	7,602	38,504	1,518	9,101	2,618	60,702	63
	LAC	97	545	4,092	4,621	23,571	102	33,029	14
	NA	51	430	848	981	1,373	163	3,845	36
	Oceania	11	75	272	8	262	848	1,476	57
Total		19,263	61,324	69,819	7,480	50,042	6,015	213,944	
Per cent destination		89	79	55	62	3	14		

United Nations
Population Division/DESA

Migrants by age and sex

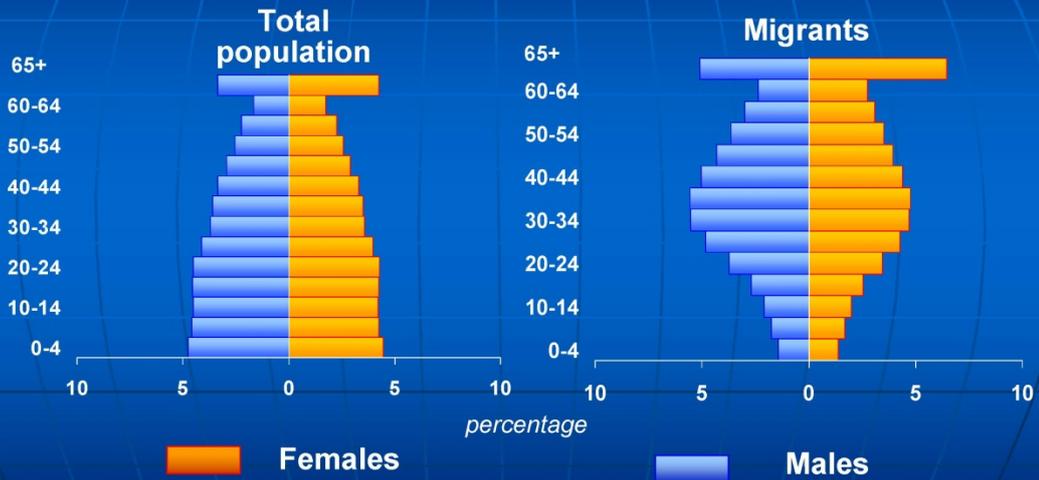
United Nations
Population Division/DESA

Median age of international migrants and total population, 2010



United Nations
Population Division/DESA

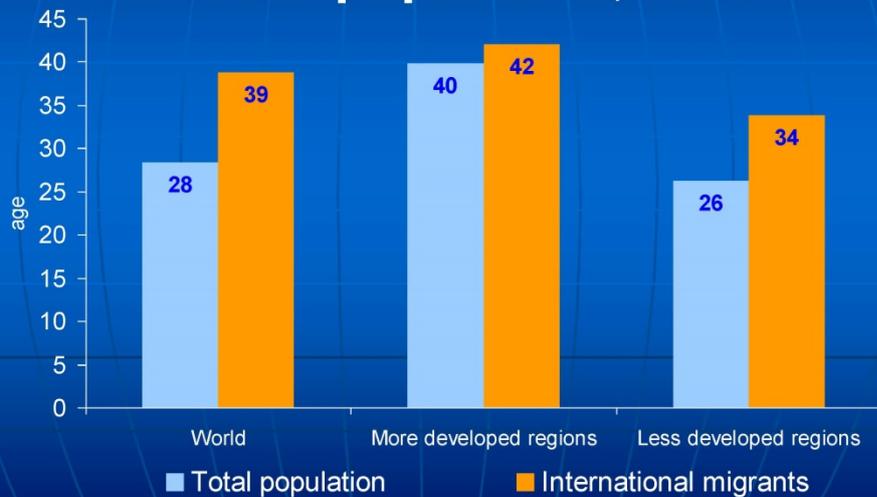
Compared to the total population, the young are underrepresented among international migrants ...



... while those of working age and over age 65 are overrepresented

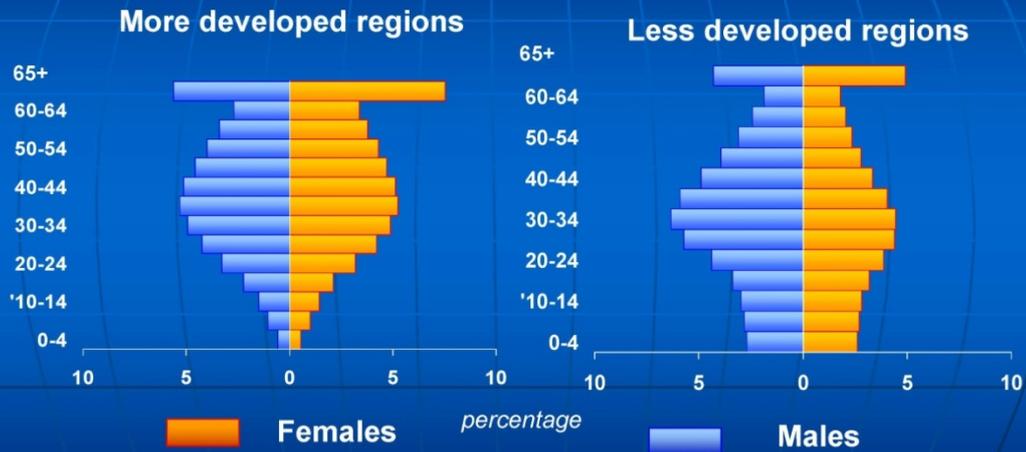
United Nations
Population Division/DESA

Median age of international migrants and total population, 2010



United Nations
Population Division/DESA

International migrants in more developed regions are older

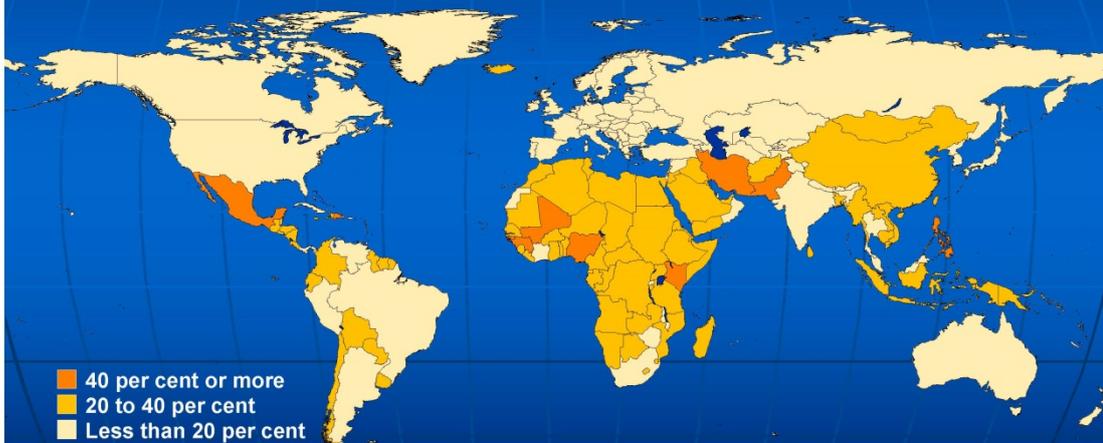


... while those in less developed regions are younger

United Nations
Population Division/DESA

International migrants in Africa and Asia are relatively young ...

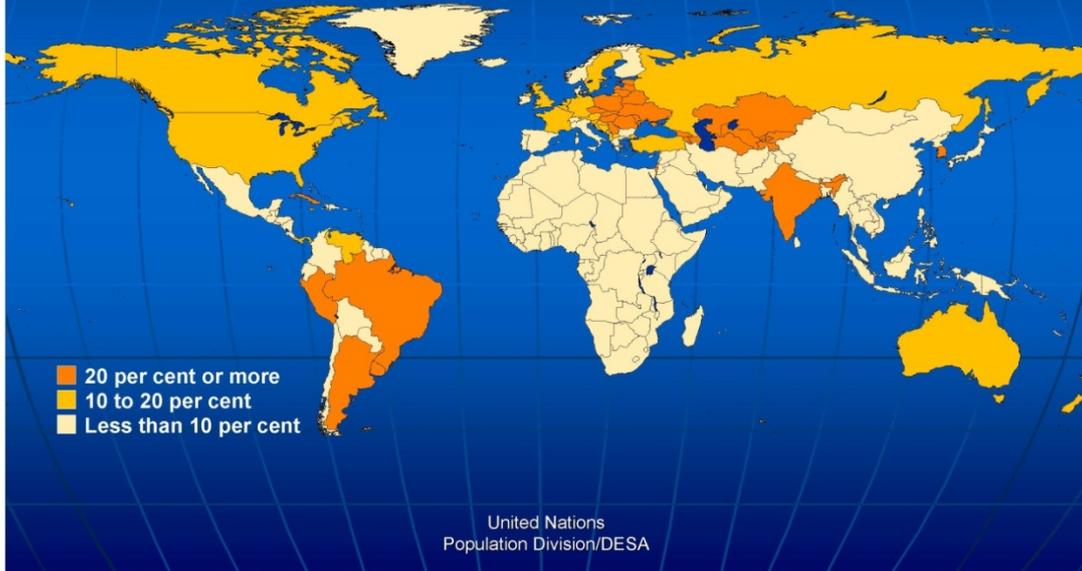
Percentage of migrant stock under age 20, 2010



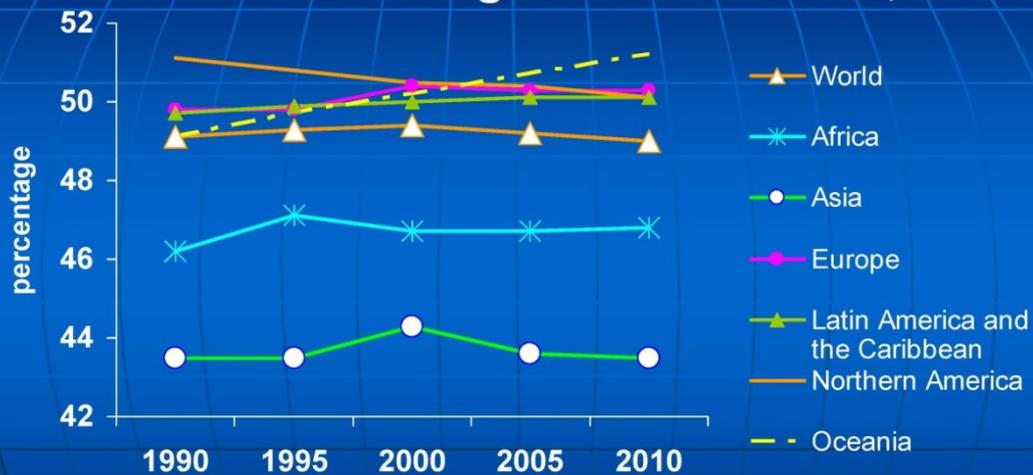
United Nations
Population Division/DESA

... while they are older in Latin America and Europe

Percentage of migrant stock age 65 or over, 2010



For major areas, the share of females in the international migrant stock varies,



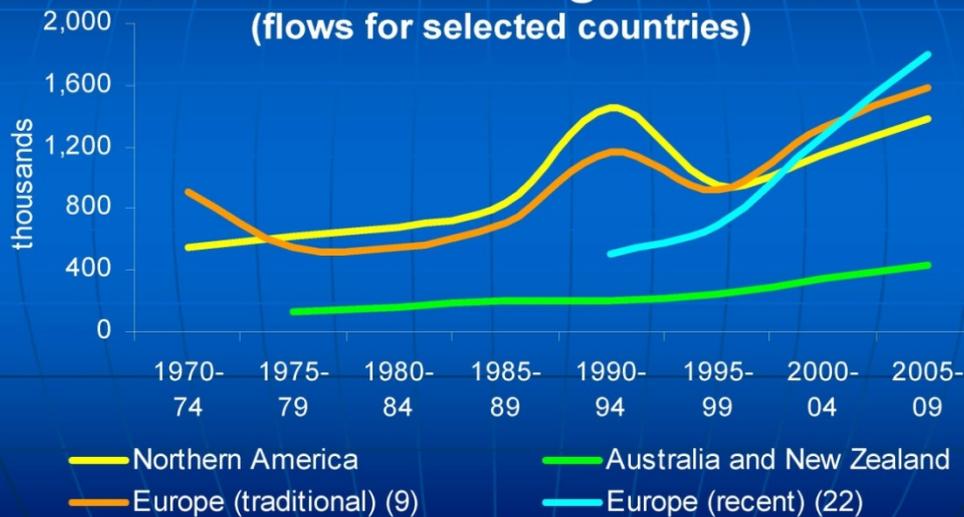
... however, there is no evidence for increasing feminization of migration at the global level

United Nations
Population Division/DESA

International Migration Flows

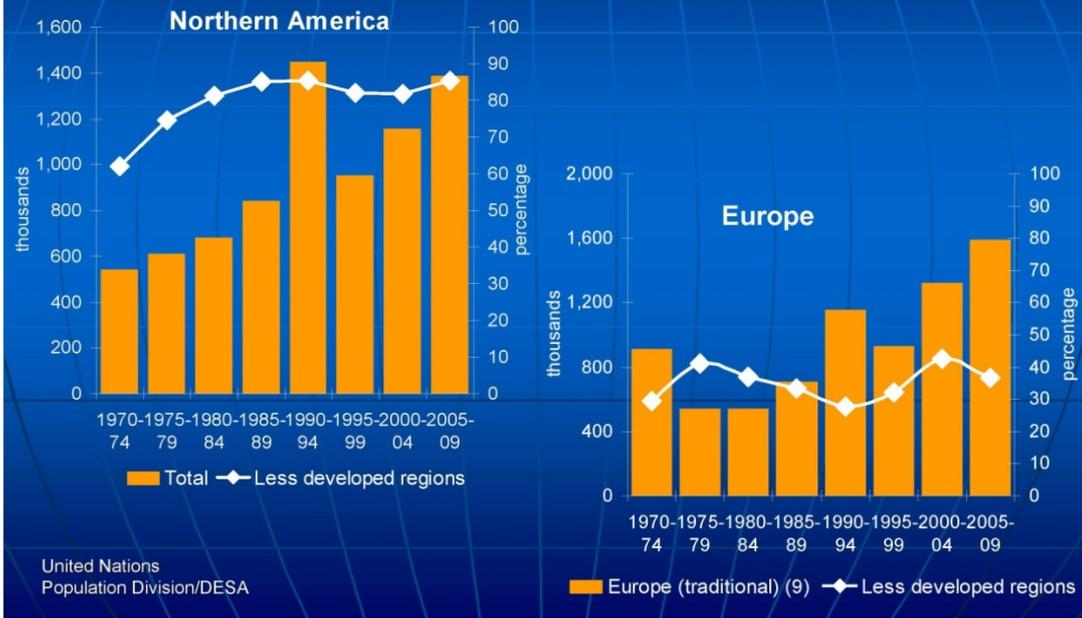
United Nations
Population Division/DESA

Annual average foreign immigrant inflows increased in many countries of the world starting in the 1990s (flows for selected countries)

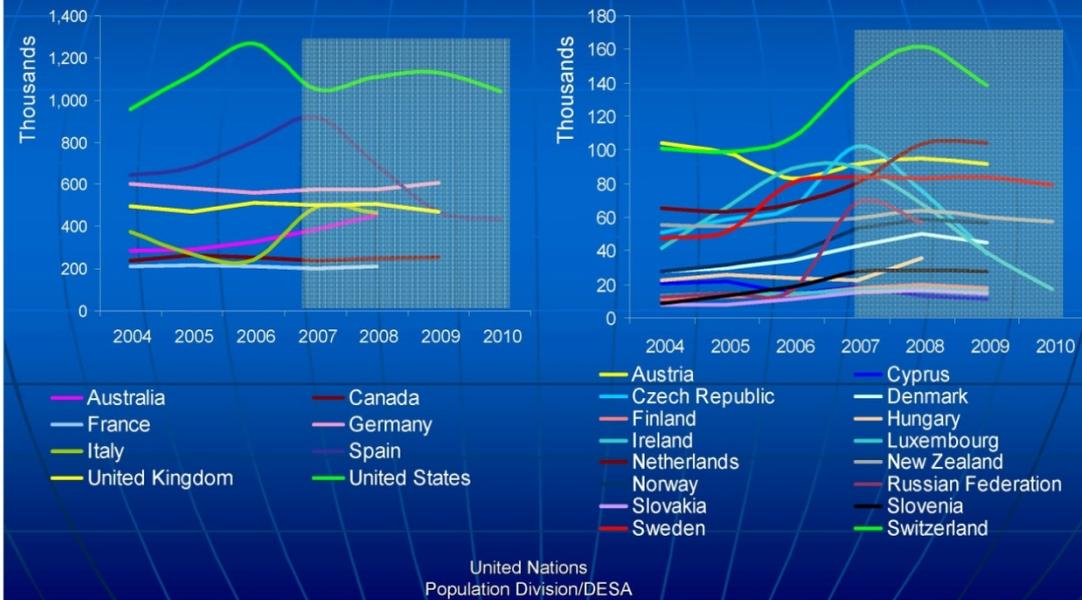


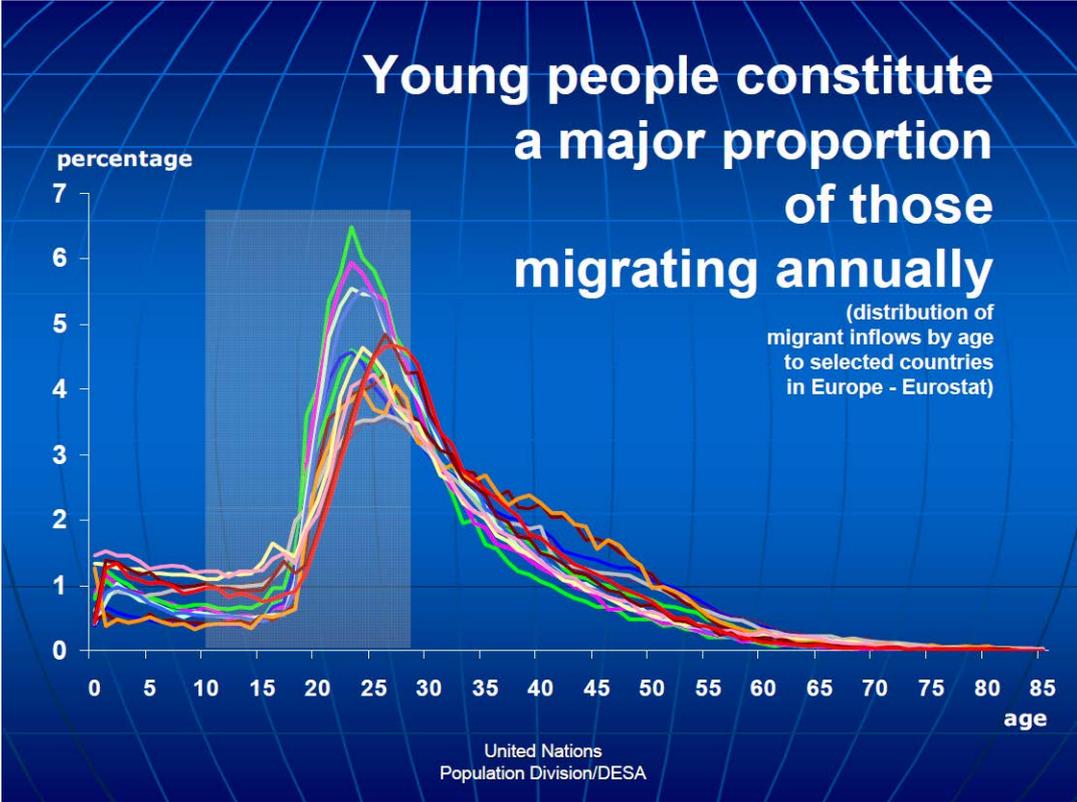
United Nations
Population Division/DESA

Role of South - North migration in immigration flows



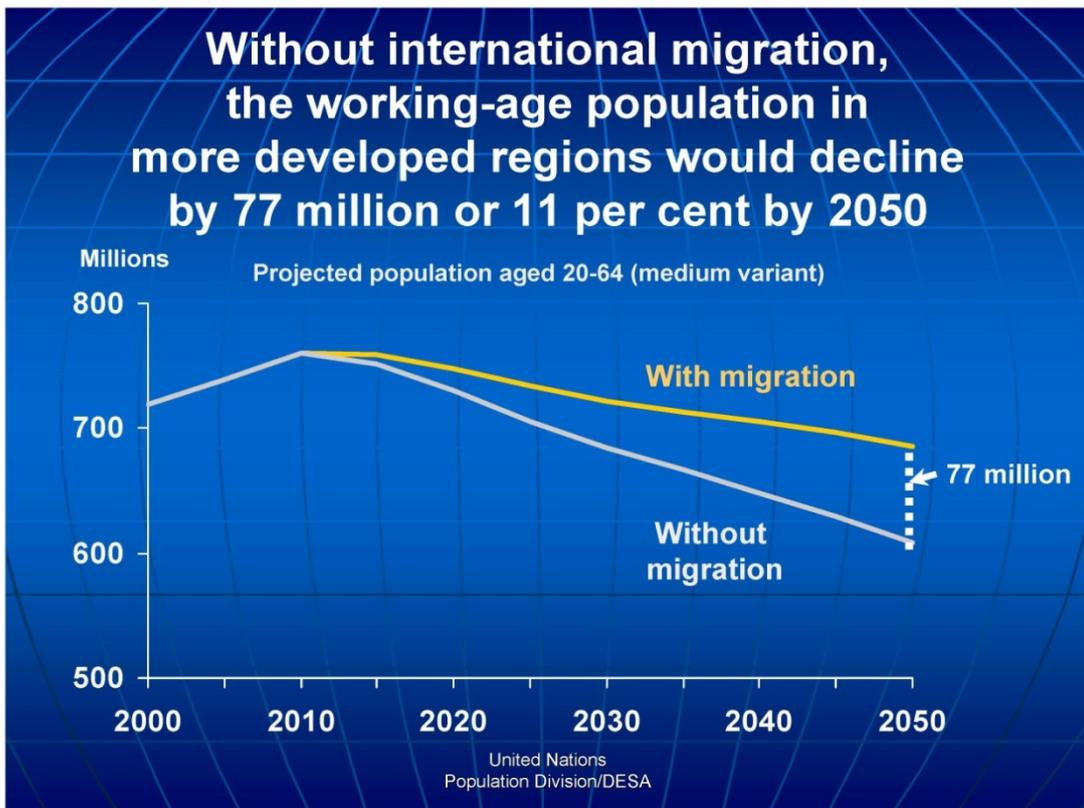
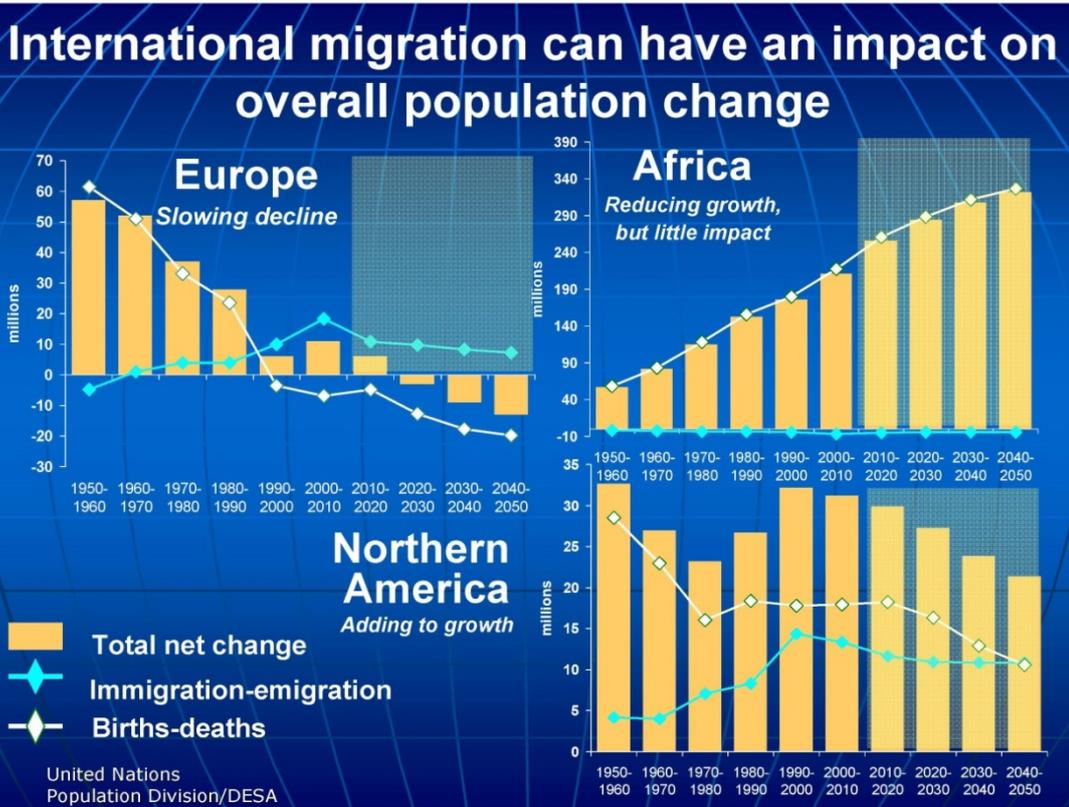
Impact of the financial crisis: inflows of foreigners



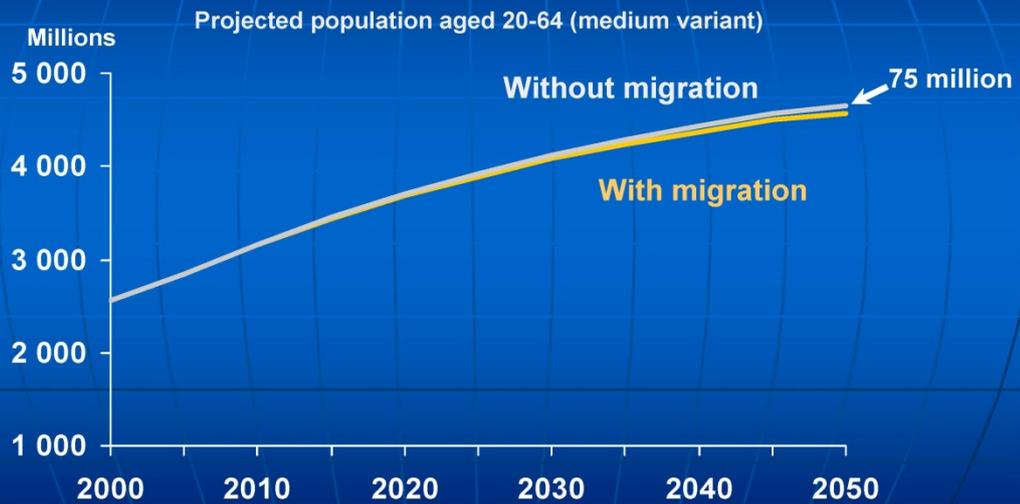


Net Migration

United Nations
Population Division/DESA

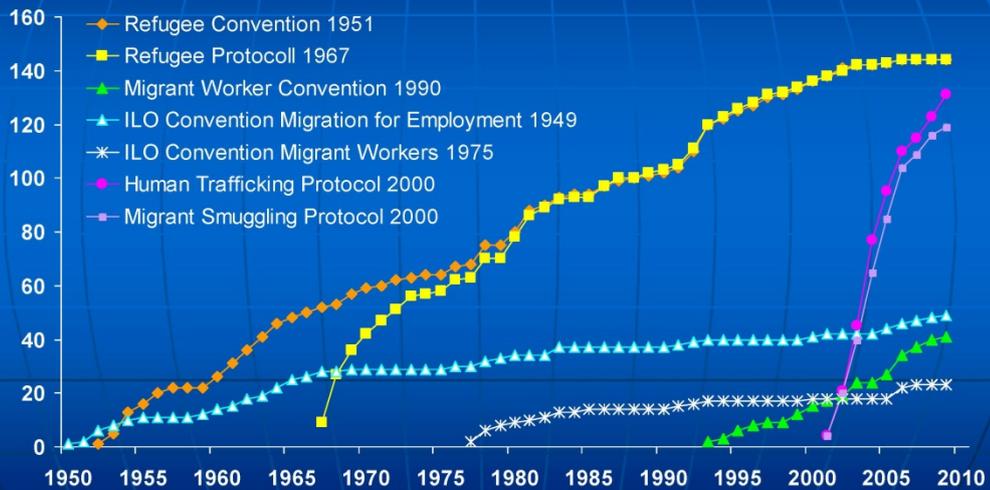


While in less developed regions, the impact of international migration on the size of the working-age population is negligible



United Nations
Population Division/DESA

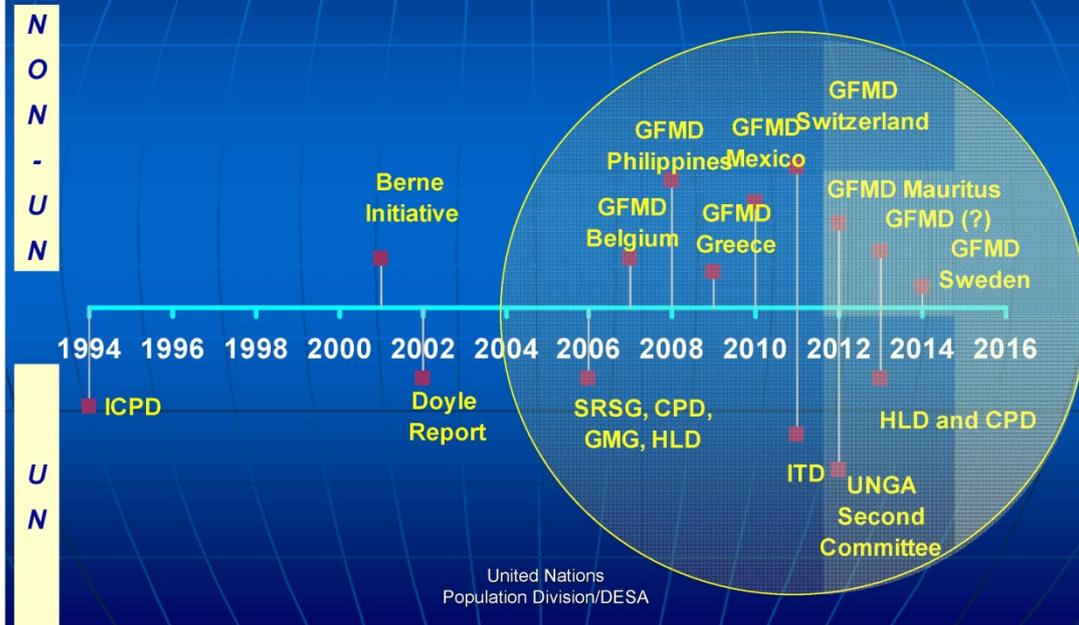
Status of ratification of legal instruments related to international migration by Member States, 1950-2009*



*Of Member States of the United Nations (192) or of them International Labour Organization (183); as of July 2009.

United Nations
Population Division/DESA

International migration and development – the global agenda



New and forthcoming from the Population Division

www.unmigration.org
www.unpopulation.org

TRENDS IN INTERNATIONAL MIGRANT STOCK: MIGRANTS BY AGE AND SEX
 POP/DB/MIG/Stock/Rev.2010
 United Nations Population Division

World Population Prospects: The 2010 Revision
 Excel and ASCII Formats
 United Nations

INTERNATIONAL MIGRATION FLOWS TO AND FROM SELECTED COUNTRIES: The 2010 Revision
 POP/DB/MIG/Flow/Rev.2010
 United Nations Population Division

The Age and Sex of Migrants 2011
 United Nations Department of Economic and Social Affairs Population Division

International Migration Report 2009: A Global Assessment
 Economic & Social Affairs
 United Nations

International Migration 2013: Migrants by origin and destination¹

1. South-South migration is as common as South-North migration

In 2013, about 82.3 million international migrants who were born in the South were residing in the South.² This number was slightly higher than the number of international migrants born in the South and living in the North (81.9 million). The number of international migrants from the North who also resided in the North stood at 53.7 million, whereas 13.7 million international migrants from the North were living in the South (figure 1).

Slightly more than a third (36 per cent) of international migrants were born in the South and were living in the South in 2013. Another third (35 per cent) were born in the South and were living in the North. Further, slightly less than a quarter (23 per cent) of international migrants worldwide were born and living in the North, whereas only six per cent were from the North and living in the South (figure 1).

A majority of international migrants in the world originated in the South. Of the 232 million total foreign-born in 2013, 71 per cent, or 164 million, were born in the South.

2. Since 1990, South-North migration has been the main driver of global migration trends, but South-South migration remains the largest category

From 1990 to 2013, the number of international migrants born in the South and residing in the North doubled, increasing from 40 to 82 million and growing more than twice as fast as the global total. Over the same period, the migrant population originating in the South and living in the South grew from 59 million to 82 million (a 41 per cent rise) (figure 2). Fifty-four per cent of the growth in the number of international migrants was attributable to growth in South-North migration, while 31 per cent was due to an increase in South-South migration.

Figure 1. Distribution of international migrants by origin and destination, 2013 (millions and percentage)

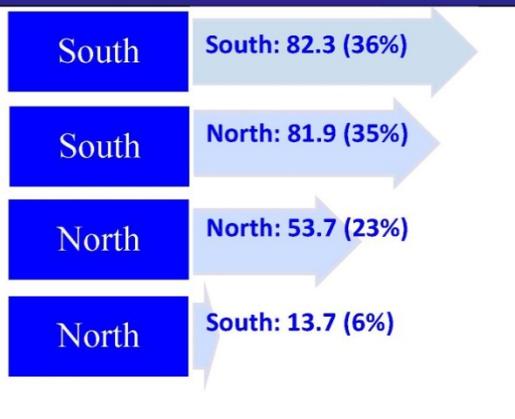
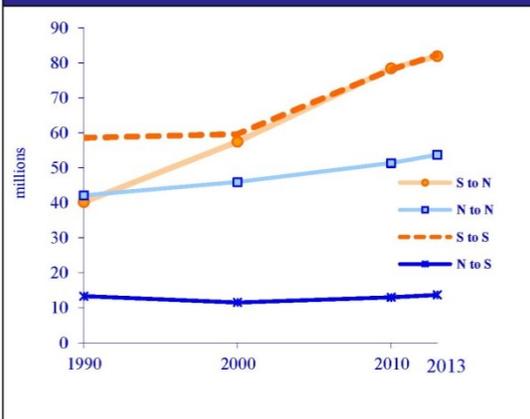


Figure 2. Numbers of international migrants by origin and destination, 1990-2013



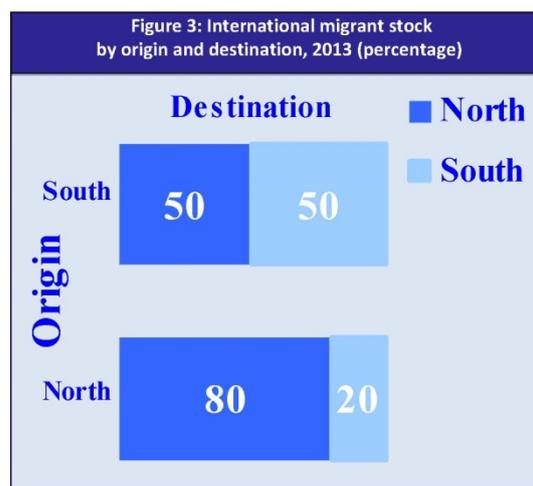
South-South and South-North migration reached similar levels, with both increasing from about 60 million in 2000 to about 82 million in 2013. As a result, they each now account for roughly 40 per cent of the overall growth in foreign-born populations.

Since 1990, the growth of migrant populations living in the North was fuelled largely by an increase in the number of migrants from the South. Between 1990 and 2013, the migrant population in the North increased by 53 million persons, of whom 42 million (78 per cent) were born in the South. The remaining 12 million migrants in this region (22 per cent) were born in other countries of the North.

The growth of the migrant population in the South was fuelled almost entirely by an increase in the number of migrants from the South. Between 1990 and 2013, the foreign-born population in the developing regions increased by 24 million. Almost all of these migrants were born elsewhere in the South.

3. International migrants differ with regard to their tendency to remain within their region of birth

In 2013, about 80 per cent of migrants born in the North were residing in the North, while only half of all international migrants born in the South had remained in the South. Over time, there has been very little change, with international migrants born in the North being more likely to remain in the North and about half of all Southern-born international migrants residing outside the South (figure 3).



The majority of international migrants born in Europe, Asia and Oceania were living in a country within their region of birth. Out of the 58 million international migrants born in Europe, 38 million were residing in Europe (65 per cent), compared to 54 million of the 92 million international migrants from Asia who were living in Asia (58 per cent), and 1.1 million of the 1.9 million foreign-born from Oceania living in Oceania (58 per cent) (table 1).

The majority of international migrants born in Latin America and the Caribbean (85 per cent), Northern America (72 per cent) and Africa (51 per cent) were residing in a country outside their major area of birth.

In 2013, 31.3 million international migrants of the 36.7 million foreign-born from Latin America and the

Table 1. International migrant populations by major area of origin and destination, 2013 (millions)

Destination	Origin								Retention by destination (%)
	Africa	Asia	Europe	LAC	NAM	Oceania	Various	TOTAL	
Africa	15.3	1.1	0.8	0.0	0.1	0.0	1.4	18.6	82
Asia	4.6	53.8	7.6	0.7	0.6	0.1	3.4	70.8	76
Europe	8.9	18.6	37.8	4.5	0.9	0.3	1.3	72.4	52
LAC	0.0	0.3	1.2	5.4	1.3	0.0	0.2	8.5	64
NAM	2.0	15.7	7.9	25.9	1.2	0.3	0.0	53.1	2
Oceania	0.5	2.9	3.1	0.1	0.2	1.1	0.1	7.9	14
TOTAL	31.3	92.5	58.4	36.7	4.3	1.9	6.4	231.5	
Retention by origin (%)	49	58	65	15	28	58			

Note: "LAC" stands for "Latin America and the Caribbean" and "NAM" for "Northern America". Retention by destination is calculated as the number of persons residing in a destination (major area) who were also born in the same major area. Retention by origin is calculated as the number of persons from an origin (major area) who were also residing in the same major area

Caribbean were living in a different major area. Latin America and the Caribbean had the lowest intra-regional migration levels. Of those living outside Latin America and the Caribbean, 83 per cent were living in Northern America. For foreign-born from Northern America, Latin America and the Caribbean was the preferred major area of residence.

4. Foreign-born living in Africa, Asia, Latin America and the Caribbean, and Europe generally were born in a country within the same major area

In 2013, 82 per cent of international migrants living in Africa, 76 per cent in Asia, 64 per cent in Latin America and the Caribbean and 52 per cent in Europe were living in the major area in which they were born.

In Northern America, only 2 per cent of current foreign-born residents were born in a country of the region. About 14 per cent of foreign-born residents in Oceania were born in Oceania (figure 4).

In 2013, Asians represented the largest diaspora group residing outside their major area of birth. They accounted for about 19 million foreign-born living in Europe, 16 million in Northern America and 3 million in Oceania. Migrants born in Latin America and the Caribbean represented the second largest diaspora group with the majority living in Northern America (26 million). Europeans, the third largest group, were primarily residing in Northern America (7.9 million) and Asia (7.6 million).

Foreign-born from Asia only recently overtook foreign-born from Latin America and the Caribbean as the largest diaspora group. In 1990, international migrants

born in Asia and Europe accounted for the largest number of foreign-born living outside their major areas, both numbering about 21 million. By 2010, Asians had increased to 37 million, foreign-born from Latin America and the Caribbean to 30 million and foreign-born Europeans numbered 20 million.

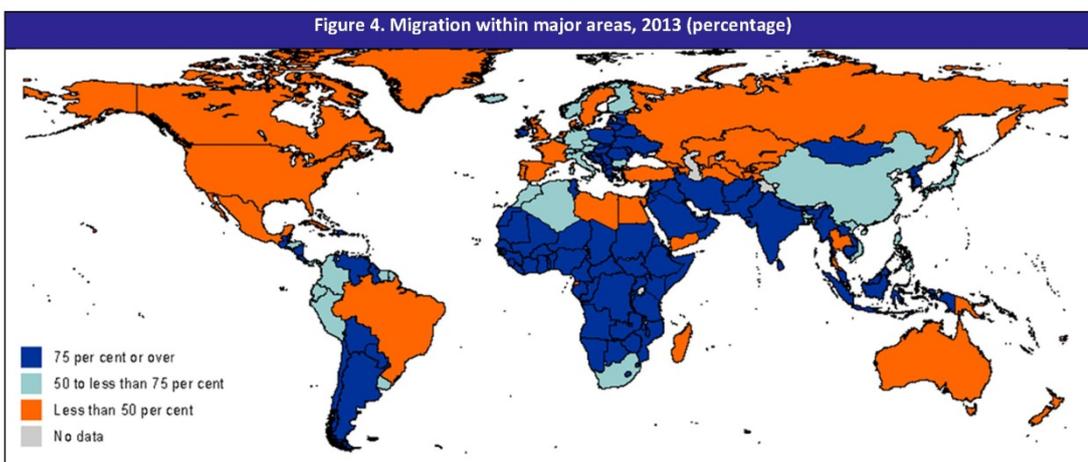
Within Asia, foreign-born from Southern Asia were the most likely to reside outside their region of birth (23 million). Oil-producing countries in Western Asia were the preferred destination for these migrants (13.5 million).

Within Latin America and the Caribbean, international migrants from Central America were the most likely to reside outside their region of birth (17 million). The majority of these migrants were living in the United States of America (16.5 million).

5. At smaller geographic levels, retention of international migrants varies considerably

More than 90 per cent of international migrants born in the Caribbean, Central America, Central Asia, Melanesia and Northern Africa resided outside their region of birth. In contrast, less than 60 per cent of foreign-born from **Australia and New Zealand, Eastern Africa, Southern Africa, Western Africa and Western Asia were living outside their region of birth.** Western Africa was the only region in the South where the majority of its international migrants were residing within their region of birth (68 per cent).

In Europe, international migrants from Northern Europe were the most likely to reside outside their region of birth (77 per cent). In contrast, Eastern Europeans were the least likely to live outside their region of birth (64 per cent).



Note: The boundaries on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations. The data refer to the proportion of foreign-born living in a particular country that were born in the major area of birth in which they are currently residing.

6. In the South, Southern and Western Asia are host to some of the largest “bilateral stocks” of international migrants

In 2013, the main “bilateral stocks” of international migrants in the global South consisted of a combination of long-term residents, migrant workers and refugees. Migrants from Afghanistan living in Pakistan and the Islamic Republic of Iran (around 2.3 million persons in each country), most of whom were refugees, constituted two of the main “bilateral stocks” of international migrants within the region.

Oil-producing countries in Western Asia hosted many foreign-born migrant workers from Southern Asia. Some 2.9 million international migrants from India were residing in the United Arab Emirates and an additional 1.8 million in Saudi Arabia (table 2).

Table 2. Selected corridors, 2013 (millions)		
Destination: South		
Place of birth*	Place of residence	
India	United Arab Emirates	2.9
Russian Federation	Kazakhstan	2.4
Afghanistan	Pakistan	2.3
Afghanistan	Iran (Islamic Republic of)	2.3
China	China, Hong Kong, SAR	2.3
State of Palestine	Jordan	2.1
Myanmar	Thailand	1.9
India	Saudi Arabia	1.8
Burkina Faso	Côte d'Ivoire	1.5
Pakistan	Saudi Arabia	1.3
Destination: North		
Mexico	United States	13.0
Russian Federation	Ukraine	3.5
Ukraine	Russian Federation	2.9
Kazakhstan	Russian Federation	2.5
China	United States	2.2
India	United States	2.1
Philippines	United States	2.0
Puerto Rico	United States	1.7
Turkey	Germany	1.5
Algeria	France	1.5

Note: “United States” stands for United States of America and “China, Hong Kong, SAR” stands for China, Hong Kong Special Administrative Region. “Place of birth” refers to present-day territories.

7. In the North, the United States, Germany and France host some of the largest “bilateral stocks” of international migrants

The world’s largest corridor of international migration is between the United States and Mexico.

In 2013, the United States hosted some 13 million persons born in Mexico. There were also about 2.2 million foreign-born from China, 2.1 million from India and 2.0 million from the Philippines living in the United States. Since 2000, however, the number of international migrants born in China or India and living in the United States has doubled, whereas the number of Mexican foreign-born has only increased by about 31 per cent.

Germany and France hosted the largest bilateral migrant stocks in Europe. In 2013, about 1.5 million international migrants born in Turkey were residing in Germany. Many of these migrants came to Germany under guest worker programmes in the 1960s and 1970s and opted to stay. Some 1.5 million international migrants born in Algeria, a former French colony, were residing in France.

Some successor states of the former Soviet Union retain close migratory ties. Bilateral migrant stocks are especially large for Kazakhstan, the Russian Federation and Ukraine.

NOTES

¹ The estimates of the migrant stock were prepared by the Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. The data presented here refer to the international migrant stock defined as a mid-year estimate of the number of people living in a country or area other than the one in which they were born or, in the absence of such data, the number of people of foreign citizenship. Most statistics used to estimate the international migrant stock were obtained from population censuses, population registers and nationally representative household surveys. The refugee data used to estimate the migrant stock were based on figures reported by the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees and the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. The following source should be cited when referring to the data in this fact sheet: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Trends in International Migrant Stock: The 2013 Revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2013). See www.unmigration.org.

² The term “North” refers to countries or regions traditionally classified for statistical purposes as “developed,” while the term “South” refers to those classified as “developing.” The developed regions include Europe and Northern America plus Australia, New Zealand and Japan. These terms are used for statistical convenience and do not express a judgment about the stage reached by a particular country or area in the development process.

BOLIVIANOS, PARAGUAIOS E CHINESES ESTÃO ENTRE IMIGRANTES QUE VIERAM AO PAÍS ATRÁS DE OPORTUNIDADES, MAS ACABARAM VÍTIMAS DE FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESCRAVIDÃO



No dia em que o Brasil comemora 125 anos da abolição da escravatura, especialistas ouvidos pela BBC Brasil afirmam que no cenário atual do combate ao trabalho escravo no país, a situação que desponta como a mais preocupante é a dos estrangeiros que chegam ao Brasil em busca de um eldorado de oportunidades.



BBC

Indústria têxtil é setor que mais expõe imigrantes a exploração

A crescente demanda por mão de obra no país, resultante da expansão econômica na última década, tem exposto imigrantes de várias nacionalidades a condições de trabalho análogas às da escravidão - servidão por dívida, jornadas exaustivas, trabalho forçado e condições de trabalho degradantes.

Segundo Renato Bignami, coordenador do programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, o número de estrangeiros resgatados no Estado vem aumentando.

Ele afirma que, desde 2010, quando começaram as operações de combate ao trabalho escravo voltadas exclusivamente para estrangeiros, 128 bolivianos e um peruano foram resgatados no Estado de São Paulo, que concentra o maior contingente de trabalhadores estrangeiros do país.

Todos eles foram encontrados em oficinas de costura ilegais, terceirizadas por confecções contratadas por marcas conhecidas, como Zara, Cori, Emme e Luigi Bertolli.

"O número de resgatados está crescendo por causa de dois fatores: por um lado aumentou o interesse dos estrangeiros pelo Brasil, que muitas vezes entram de maneira irregular e se envolvem em condições de trabalho degradantes. Por outro, intensificamos as fiscalizações. Logo, a tendência é encontrarmos cada vez mais estrangeiros de nacionalidades variadas vítimas desse crime", afirma o auditor-fiscal à BBC Brasil.

Haitianos

Ele estima que 300 mil bolivianos, 70 mil paraguaios e 45 mil peruanos estejam vivendo na região metropolitana de São Paulo, a maioria sujeita a condições de trabalho análogas à de escravo.

Além dos 128 bolivianos e um peruano resgatados em São Paulo, cerca de 80 paraguaios foram libertados de duas fazendas no Paraná em duas operações desde outubro do ano passado, segundo informações da ONG Repórter Brasil, que investiga o tema há mais de uma década.



BBC

Audidores fiscais em São Paulo investigam primeiro caso de exploração de haitianos em oficinas

Mas os imigrantes sul-americanos não são as únicas vítimas da escravidão contemporânea no Brasil. No mês passado, um chinês foi resgatado de uma pastelaria no Rio de Janeiro. Segundo a polícia, ele sofria agressões físicas e era submetido a condições de trabalho humilhantes.

Em dezembro de 2010, uma operação do Ministério Público do Trabalho libertou quatro chineses que eram explorados em uma madeireira na Zona Franca de Manaus.

Desde a semana passada, a fiscalização do MTE em São Paulo está apurando pela primeira vez denúncias de exploração de haitianos em oficinas de costura.

"Era só uma questão de tempo", diz Bignami. "Esses trabalhadores de países pobres com problemas recentes, como o terremoto no Haiti, acham que o eldorado é no Brasil. Já sabíamos que essa mão de obra estava sendo muito aproveitada pela construção civil, mas para confecção ainda não", afirma o auditor fiscal.

Ponta do iceberg

Na avaliação de Luiz Machado, Coordenador Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Forçado e Tráfico de Pessoas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de estrangeiros resgatados não ilustra a realidade porque esses trabalhadores têm medo de serem encontrados, o que resulta em poucas denúncias.



BBC

Alojamentos improvisados são instalados no próprio local de trabalho.

"É só a ponta de um iceberg", diz Machado.

Utilizando os bolivianos como exemplo, ele conta que esses trabalhadores são aliciados ainda na Bolívia, atraídos por falsas promessas de emprego. Eles já chegam à cidade de destino, na maioria das vezes São Paulo, endividados com os custos da viagem e "acabam escravizados, com a liberdade cerceada por meio de dívidas e ameaças".

Como entram no Brasil ilegalmente, eles têm medo de denunciar a exploração a que são submetidos e enfrentar a deportação, sem saber que a Resolução Normativa número 93 do Conselho Nacional de Imigração prevê a concessão de vistos de permanência para estrangeiros que estejam no país em situação de vulnerabilidade.

"Esse trabalhador não quer ser encontrado", afirma o coordenador da OIT. "A situação no país de origem é tão ruim, que ele aceita a exploração como forma de alimentar o sonho de um dia virar o dono da oficina e ter uma vida melhor".

As inspeções feitas nas oficinas de costura expõem um cenário degradante. Os imigrantes trabalham até 16 horas por dia, de segunda a sábado, amontoados em salas claustrofóbicas. Eles dividem pequenos alojamentos improvisados instalados junto às oficinas, sem condições adequadas de higiene e ganham cerca de R\$ 300 por mês, sobre os quais são aplicados descontos ilegais relativos a gastos com alimentação, habitação e também com a viagem feita para o Brasil.

Como as denúncias são raras, Bignami diz que a maior parte das 50 oficinas desmontadas até agora no Estado de São Paulo são fruto do serviço de inteligência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, que trabalha com base em cruzamento de dados e longas investigações.

Mão de obra informal

O setor da construção civil atrai uma boa parte da mão de obra estrangeira, mas é na indústria do vestuário que os imigrantes estão mais sujeitos à exploração.

Bignami diz que há décadas a indústria têxtil vem substituindo funcionários contratados por mão de obra precária e informal. Para reduzirem seus custos, as confecções contratadas por grandes marcas terceirizam parte de sua produção por meio das oficinas de costura, na maioria das vezes ilegais.

"O fato de (o trabalhador) ser estrangeiro alimenta o sistema, porque se baseia na vulnerabilidade da pessoa, que fica escondida, não reclama", avalia.

Até agora, cinco grandes redes varejistas têxteis foram responsabilizadas diretamente por trabalho em condição análoga à de escravo: Lojas Marisa, Pernambucanas, Gregory, Zara e Gep. No total, foram emitidos cerca de 300 autos de infração que resultaram no pagamento de R\$ 6,5 milhões em multas e notificações e mais de R\$ 1 milhão em rescisões contratuais e indenizações pagas diretamente aos trabalhadores.

Para aumentar a punição dos empregadores que impõem condições de trabalho subumanas, o Estado de São Paulo aprovou em janeiro a lei nº 14.946/2013, que caça o registro do ICMS das empresas infratoras. A legislação foi sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, mas ainda precisa ser regulamentada.

Uma vez resgatados e com indenizações individuais que podem chegar até R\$ 30 mil, o imigrante ganha um visto para permanecer no Brasil e a carteira de trabalho, tendo

a opção de procurar um trabalho no mercado formal. As autoridades observam, no entanto, que a maioria desses trabalhadores prefere voltar para casa.

"Para os poucos que ficam aqui, procuramos dar apoio, oferecendo aulas de português e cursos profissionalizantes para ajudar na integração", conta Renato Bignami.

Convenção da ONU

Apesar de elogiar as iniciativas do Brasil no combate do trabalho escravo contemporâneo, a ONU vem pedindo ao governo que ratifique a Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família, que prevê mais proteção para trabalhadores estrangeiros.

Segundo a ONG Repórter Brasil, o país é o único membro do Mercosul que não é signatário do acordo, em vigor desde 2003.

Apesar de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil foi um dos primeiros a assumir a existência de trabalho escravo contemporâneo, em 1995. Desde então vem implementando ações para o seu combate, como a criação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel - GEFM, formados por Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e Procuradores do Trabalho, que já resgataram mais de 44 mil trabalhadores, a maior parte no meio rural.

Os empregadores flagrados com trabalho escravo atuam principalmente em setores como pecuária, produção agrícola (soja, algodão, cana-de-açúcar) e carvoeiro. No meio urbano, eles são geralmente ligados à construção civil. Os Estados do Norte e Centro-Oeste são campeões no número de flagrantes.

Empresas acusadas de praticar o crime são incluídas na "Lista Suja", um cadastro do governo que tem o objetivo de barrar linhas de crédito e fornecimento de produtos para empregadores infratores.

Um dos principais entraves nos avanços ao combate do trabalho escravo é a demora na aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2004. O projeto foi aprovado em segundo turno na casa no ano passado e agora está parado na Comissão de Constituição e Justiça.

O texto prevê a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde forem encontradas situação análoga à escravidão. No meio rural, essas propriedades serão destinadas à reforma agrária e, no urbano, a projetos de função social.

Na avaliação do fundador da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, além da demora na aprovação da PEC, o governo falha em políticas de prevenção e reinserção de trabalhadores resgatados.

"O governo tem de agir de forma mais eficiente nos municípios pobres, aumentando a oferta de empregos e a conscientização de trabalhadores sujeitos à ação dos aliciadores", diz o jornalista.

Ele opina que, no campo da reinserção, mais projetos educacionais devem ser introduzidos com objetivo de qualificar trabalhadores resgatados para evitar índices de reincidência de trabalho escravo, que ficam entre 10% e 15%.

"O trabalhador volta para casa com três meses de seguro-desemprego no bolso, mais verbas rescisórias, mas assim que o dinheiro acaba, ele volta a migrar e acaba escravizado de novo", diz.

AÇÃO POR TRABALHO ESCRAVO NA PRODUÇÃO DE ROUPAS DA MARCA FENOMENAL PODE ULTRAPASSAR UM MILHÃO DE REAIS



O Ministério Público do Trabalho em São Paulo ajuizou ação civil pública em face das empresas MP Amorim e Inovax MX Confeções, detentoras da marca Fenomenal Internacional, por submeter trabalhadores a condições análogas à de escravo e promover dumping social, situação na qual a empresa deixa de cumprir obrigações trabalhistas com a intenção de diminuir seus custos e aumentar o lucro, prejudicando não somente o trabalhador, mas também seus concorrentes cumpridores de tais obrigações, configurando vantagem indevida perante a concorrência. Pela prática de dumping social, o procurador do Trabalho João Eduardo de Amorim, autor da ação, pede indenização de R\$ 500 mil reais. Por danos morais ao submeter costureiros a condições degradantes de trabalho, Amorim pede mais R\$ 500 mil reais.



**Trabalho escravo na produção de peças da marca Fenomenal.
Fotos: Divulgação/MPT**

Em agosto de 2013 uma diligência realizada pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo, Ministério do Trabalho e Emprego e Polícia Federal encontrou 13 trabalhadores bolivianos trabalhando em uma oficina clandestina confeccionando peças de vestuário da marca Fenomenal Internacional, sob encomenda da MP Amorim Eireli, que definia as diretrizes de desenvolvimento e produção das peças.

Na oficina, que também servia de moradia e refeitório, havia crianças e bebês, filhos dos imigrantes trabalhadores, como o relatório da procuradora do Trabalho Christiane

Nogueira, que participou da diligência, aponta: “As condições de segurança e saúde dos trabalhadores eram péssimas: roupas e tecidos obstruindo as passagens, não utilização de equipamentos de proteção individual, cadeiras e máquinas em desconformidade com as regras e condições ergonômicas, instalações elétricas precárias, iluminação insuficiente, exposição a fios, presença de crianças e bebês no local de trabalho. Além disso, os trabalhadores moravam no local de trabalho e praticavam jornadas extensas”.

Os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavraram autos de infração e interditarão a oficina pela precariedade das instalações, do local em que eram feitas as refeições e dos pequenos cômodos que abrigavam mais de uma família. De acordo com o relatório do MTE, “a situação precária de higiene e segurança dos trabalhadores no local configura trabalho análogo ao de escravo e as máquinas de costura não tinham proteção, o que poderia provocar acidentes de trabalho, inclusive amputação de membros dos trabalhadores”.

Após a interdição da oficina, o MPT oficiou as empresas para as quais os bolivianos produziam e o MTE procedeu com a emissão das Carteiras de Trabalho e Previdência Social provisórias e das Guias de Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado. As empresas detentoras da marca Fenomenal, pertencentes a um mesmo grupo econômico, realizaram o pagamento das verbas (CTPS, salário, aviso prévio, recolhimento de FGTS, férias e outras verbas rescisórias) e os documentos necessários para o recebimento do benefício de seguro desemprego.

Após o pagamento das verbas, porém, o grupo de negou a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo procurador do Trabalho João Eduardo de Amorim comprometendo-se a várias obrigações de fazer e não fazer como absterem-se de utilizar subterfúgios visando à dissimulação do vínculo de emprego, de submeter trabalhadores brasileiros ou estrangeiros a condições degradantes, garantir aos trabalhadores estrangeiros os mesmos direitos assegurados aos trabalhadores brasileiros, seja diretamente ou por interposta pessoa, absterem-se de firmar contratos com pessoas físicas ou jurídicas que não garantam um meio ambiente de trabalho adequado aos seus trabalhadores, com observância às normas de saúde e segurança do trabalhador, e fiscalizar, efetivamente, o cumprimento da legislação trabalhista em sua cadeia produtiva, de bens e serviços, entre outros.

Diante da negativa em adequar a conduta ao que prescreve a lei, o procurador ajuizou a ação civil pública pedindo na justiça do Trabalho todas as obrigações negadas pelas empresas, além de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 500 mil e multa no valor de R\$ 20 mil por obrigação descumprida e de R\$ 5 mil por trabalhador prejudicado.



Além disso, João Amorim pede indenização de R\$ 500 mil pela prática de dumping social. “A Constituição Federal preza a livre iniciativa e, por conseguinte, legitima o sistema capitalista de produção, mas exige, em contrapartida, o compromisso de todos para o alcance do bem comum, o que passa pela observância dos valores sociais do trabalho e respeito à dignidade do ser humano que labora”, explica ele.

“Ao repassar a terceiros a atividade de produzir produtos têxteis da marca que detêm a titularidade, permitindo a ocorrência de subcontratações e máxima precarização dos direitos dos trabalhadores, as rés participam do mercado com franca vantagem sobre seus concorrentes que cumprem as leis brasileiras, já que economizam não somente no pagamento das verbas trabalhistas, mas deixam de recolher FGTS, previdência social, imposto de renda, entre outros tributos”, finaliza João Eduardo de Amorim.

ROUPAS DA ZARA SÃO FABRICADAS COM MÃO DE OBRA ESCRAVA

Em recente operação que fiscalizou oficinas subcontratadas de fabricante de roupas da Zara, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, foram libertadas de trabalho escravo contemporâneo em plena capital paulista

Por Bianca Pyl* e Maurício Hashizume | Categoria(s): [Reportagens](#)



São Paulo (SP) – Nem uma, nem duas. Por três vezes, equipes de fiscalização trabalhista flagraram trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas à escravidão produzindo peças de roupa da badalada marca internacional Zara, do grupo espanhol Inditex.

Na mais recente operação que vasculhou subcontratadas de uma das principais "fornecedoras" da rede, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de apenas 14 anos, foram libertadas de escravidão contemporânea de duas oficinas – uma localizada no Centro da capital paulista e outra na Zona Norte.

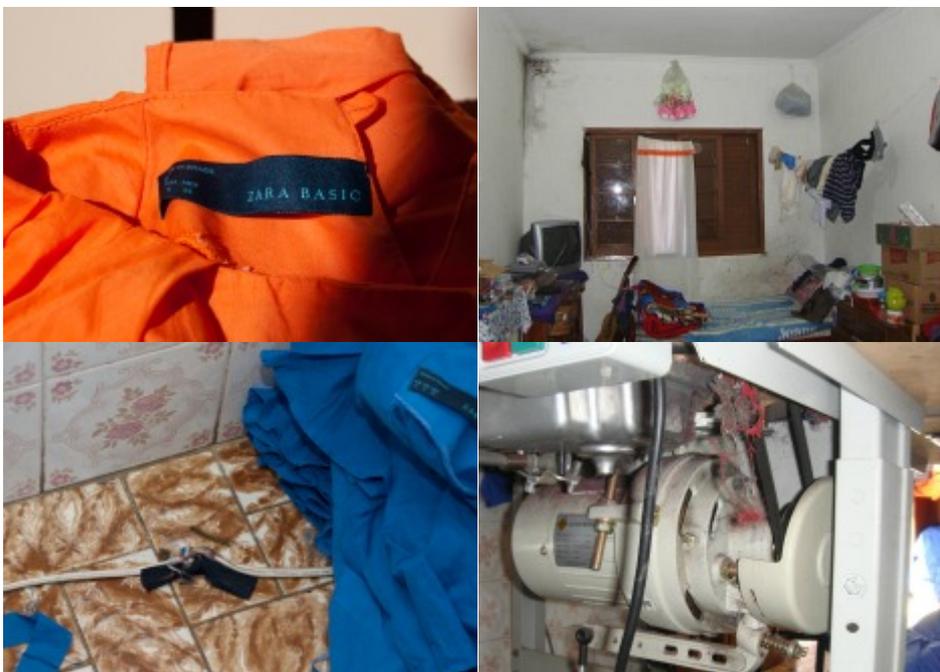


Para sair da oficina que também era moradia, era preciso pedir autorização (Foto: Fernanda Forato)

A investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) – que culminou na inspeção realizada no final de junho – se iniciou a partir de uma outra fiscalização realizada em Americana (SP), no interior, ainda em maio. Na ocasião, 52 trabalhadores foram encontrados em condições degradantes; parte do grupo costurava calças da Zara.

"Por se tratar de uma grande marca, que está no mundo todo, a ação se torna exemplar e educativa para todo o setor", coloca Giuliana Cassiano Orlandi, auditora fiscal que participou de todas as etapas da fiscalização. Foi a maior operação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP, desde que começou os trabalhos de rastreamento de cadeias produtivas a partir da criação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confecções.

A ação, complementa Giuliana, serve também para mostrar a proximidade da escravidão com pessoas comuns, por meio dos hábitos de consumo. "Mesmo um produto de qualidade, comprado no *shopping center*, pode ter sido feito por trabalhadores vítimas de trabalho escravo".



Roupa com etiqueta da marca, falta de espaço, riscos e banho frio (Fotos: FF, BP e SRTE/SP)

O quadro encontrado pelos agentes do poder público, e acompanhado pela **Repórter Brasil**, incluía contratações completamente ilegais, trabalho infantil, condições degradantes, jornadas exaustivas de até 16h diárias e cerceamento de liberdade (seja pela cobrança e desconto irregular de dívidas dos salários, o *truck system*, seja pela proibição de deixar o local de trabalho sem prévia autorização). Apesar do clima de medo, um dos trabalhadores explorados confirmou que só conseguia sair da casa com a autorização do dono da oficina, concedida apenas em casos urgentes, como quando teve de levar seu filho às pressas ao médico.

Quem vê as blusas de tecidos finos e as calças da estação nas vitrines das lojas da Zara não imagina que algumas delas foram feitas em ambientes apertados, sem ventilação, sujos, com crianças circulando entre as máquinas de costura e a fiação elétrica

toda exposta. Principalmente porque as peças custam caro. Por fora, as oficinas parecem residências, mas todas têm em comum as poucas janelas, quase sempre fechadas. Tecidos escuros pendurados impedem a visão do que acontece do lado de dentro das células de produção têxtil ocultas e improvisadas.

As vítimas libertadas pela fiscalização foram aliciadas na Bolívia e no Peru, país de origem de apenas uma das costureiras encontradas. Em busca de melhores condições de vida, deixam os seus países em busca do "sonho brasileiro". Quando chegam aqui, geralmente têm que trabalhar inicialmente por meses, em longas jornadas, apenas para quitar os valores referentes ao custo de transporte para o Brasil. Durante a operação, auditores fiscais apreenderam dois cadernos com anotações de dívidas referentes à "passagem" e a "documentos", além de "vales" que faziam com que o empregado aumentasse ainda mais a sua dívida. Os cadernos mostram alguns dos salários recebidos pelos empregados: de R\$ 274 a R\$ 460, bem menos que o salário mínimo vigente no país, que é de R\$ 545.

As oficinas de costura inspecionadas não respeitavam nenhuma norma referente à Saúde e Segurança do Trabalho. Além da sujeira, os trabalhadores conviviam com o perigo iminente de incêndio, que poderia tomar grandes proporções devido à grande quantidade de tecidos espalhados pelo chão e à ausência de janelas, além da falta de extintores. Após um dia extenuante de trabalho, os costureiros e seus filhos eram obrigados a tomar banho frio. Os chuveiros permaneciam desligados para evitar a sobrecarga nas instalações elétricas, feitas sem nenhum cuidado.

As cadeiras nas quais os trabalhadores passavam sentados por mais de 12 horas diárias eram completamente improvisadas. Alguns colocavam espumas para torná-las mais confortáveis. As máquinas de costura não possuíam aterramento e tinham a correia toda exposta (*foto acima*). O descuido com o equipamento fundamental de qualquer confecção ameaçava especialmente as crianças, que circulavam pelo ambiente e poderiam ser gravemente feridas (dedos das mãos decepados ou até escarpelamento).

Para Giuliana, a superexploração dos empregados, que têm seus direitos laborais e previdenciários negados, é motivada essencialmente pelo aumento das margens de lucro. "Com isso, há uma redução do preço dos produtos, caracterizando o *dumping social*, uma vantagem econômica indevida no contexto da competição no mercado, uma concorrência desleal".

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavrou 48 autos de infração contra a Zara devido as irregularidades nas duas oficinas. Um dos autos se refere à discriminação étnica de indígenas quéchua e aimará. De acordo com a análise feita pelos

auditores, restou claro que o tratamento dispensado aos indígenas era bem pior que ao dirigido aos não-indígenas.

"Observa-se com nitidez a atitude empresarial de discriminação. Todos os trabalhadores brasileiros encontrados trabalhando em qualquer um dos pontos da cadeia produtiva estavam devidamente registrados em CTPS [Carteira de Trabalho e Previdência Social], com jornadas de trabalho condizentes com a lei, e garantidos em seus direitos trabalhistas e previdenciários", destaca o relatório da fiscalização. "Por outro lado, os trabalhadores imigrantes indígenas encontram-se em situação de trabalho deplorável e indigno, em absoluta informalidade, jornadas extenuantes e meio ambiente de trabalho degradante".



Dignidade é subtraída por dívidas, degradante, longas jornadas e baixa remuneração (Foto: BP)

A equipe de fiscalização foi composta por dois agentes da Polícia Federal (PF), integrantes do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, auditores da SRTE/SP e dirigente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco.

A primeira oficina vistoriada mantinha seis pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, em condições de trabalho escravo. No momento da fiscalização, os empregados finalizavam blusas da Coleção Primavera-Verão da Zara, na cor azul e laranja (*fotos acima*). Para cada peça feita, o dono da oficina recebia R\$ 7. Os costureiros declararam que recebiam, em média, R\$ 2 por peça costurada. No dia seguinte à ação, 27 de junho, a reportagem foi até uma loja da Zara na Zona Oeste de São Paulo (SP), e encontrou uma blusa semelhante, fabricada originalmente na Espanha, sendo vendida por R\$ 139.

A oficina funcionava em um cômodo de uma casa pequena – na parte de cima de um sobrado. Seis máquinas de costura ocupavam uma pequena sala. Dois quartos

abrigavam todos os trabalhadores, inclusive casais com filhos. O espaço era dividido por guarda-roupas e panos. No banheiro, não havia água banho quente, pois o chuveiro estava desligado para reduzir o consumo de energia elétrica, que era totalmente destinada à produção.



Prédio onde ficava oficina, condições degradantes, precariedade e etiquetas (Fotos: SRTE/SP, FF e BP)

A adolescente de 14 anos tomava conta das duas crianças enquanto as mães trabalhavam. Ela ajudava também na limpeza da casa e no preparo das refeições. No Brasil desde 2010, não está estudando. Seu irmão juntou dinheiro e foi buscá-la na capital boliviana de La Paz.

A fiscalização lacrou a produção e apreendeu parte das peças, incluindo a peça piloto da marca Zara. As máquinas de costura também foram interditadas por não oferecerem segurança aos trabalhadores.

Da outra oficina localizada em movimentada avenida do Centro, foram resgatadas nove pessoas que produziam uma blusa feminina e vestidos para a mesma coleção Primavera-Verão da Zara.

A intermediária AHA (que também utilizava a razão social SIG Indústria e Comércio de Roupas Ltda.) pagava cerca de R\$ 7 por cada peça para a dona da oficina, que repassava R\$ 2 aos trabalhadores. Peça semelhante a que estava sendo confeccionada foi encontrada em loja da marca com o preço de venda de R\$ 139.

Uma jovem de 20 anos, vinda do Peru, disse à reportagem que chegou a costurar 50 vestidos em um único dia. Em condições normais, estimou Maria Susicléia

Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, seria preciso um tempo muito maior para que a mesma quantidade da difícil peça de vestuário fosse toda costurada.

Há 19 anos no Brasil, a boliviana que era dona da oficina teve todos os seus oito filhos (entre 5 meses e 15 anos) nasceram aqui. Ela sonha em dar um futuro melhor aos rebentos, para que não tenham que trabalhar "nas máquinas, com costura". "Todo mundo na minha terra que vinha para o Brasil dizia que aqui era bom. E eu vim", contou a senhora.

Parte da produção foi apreendida, assim como as peças pilotos, que carregavam instruções da Zara de como confeccionar a peça de acordo com o padrão definido pela varejista multinacional. "Isso demonstra a subordinação das oficinas e da AHA em relação à Zara", realça Giuliana. A oficina e um dos quartos, onde dormiam dois trabalhadores e duas crianças, foram interditados. A fiação elétrica estava totalmente exposta e havia possibilidade de curto-circuito.

Os trabalhadores declararam trabalhar das 7h30 às 20h, com uma hora de almoço, de segunda à sexta-feira. Aos sábados, o trabalho seguia até às 13h. Um trabalhador relatou que a jornada chegava a se estender até às 22h.

O local funcionava em um sobrado de dois andares (*foto ao lado*), com muitos cômodos. O maior deles, onde os trabalhadores passavam a maior parte do dia, acomodava as máquinas. Os cinco banheiros estavam muito sujos. Somente três possuíam chuveiros, mas todos também estavam desligados.

Um dos trabalhadores, irmão da dona da oficina, está no Brasil há sete anos e já possui os documentos e até CTPS. "Eu trabalho na costura desde que cheguei. Mas eu queria mesmo era trabalhar com música. Eu consegui comprar algum equipamento já".

Outro jovem, de 21 anos, disse que não gosta muito do trabalho porque é "cansativo". Ele recebe, em média, R\$ 500 por mês. "Eu vou voltar para a Bolívia. Queria estudar Turismo e trabalhar com isso. A costura é só para sobreviver", projetou.

A Zara foi avisada do flagrante no momento da ação pelos auditores fiscais e convidada a ir até a oficina de costura, mas não compareceu.

No dia seguinte, compareceram à sede da SRTE/SP dois diretores, que não quiseram participar da reunião de exposição dos fatos,. Até o advogado da empresa foi embora sem ver as fotos da situação encontrada. Somente duas advogadas da AHA (que no início da reunião se apresentaram como enviadas dos donos das oficinas e até dos trabalhadores) participaram da reunião com os auditores. A empresa não providenciou sequer alimentação às vítimas, que ficou a cargo do sindicato da categoria.

Fluxograma

A intermediária na contratação das duas oficinas em que houve libertações é a AHA Indústria e Comércio de Roupas Ltda. No período de abril a junho deste ano, a produção de peças para a Zara chegou a 91% do total. A SRTE/SP descobriu que há 33 oficinas sem constituição formal, com empregados sem registros e sem recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) contratadas pela AHA para a executar a atividade de costura.



Por meio de análises de documentos da empresa AHA, incluindo contábeis, a fiscalização verificou que, neste mesmo período, mais de 46 mil peças foram produzidas para a Zara sem nenhuma formalização.

Durante o período auditado pela fiscalização (julho de 2010 a maio deste ano), a AHA foi a fabricante da Zara que mais cresceu em faturamento e número de peças de roupas faturadas para a marca, a ponto, na descrição da SRTE/SP, de se tornar a maior fornecedora da Zara na área de tecidos planos. Entretanto, chamou a atenção dos agentes que, nesse mesmo período, a empresa diminuiu o número de empregados formalizados. Os contratados diretamente da AHA passaram de 100 funcionários para apenas 20 (*gráfico abaixo*). A redução de trabalhadores na função de costureiros foi ainda mais drástica: dos anteriores 30 para cinco funcionários exercendo a função.

"O nível de dependência econômica deste fornecedor para com a Zara ficou claro para a fiscalização. A empresa funciona, na prática, como extensão de logística de sua cliente preponderante, Zara Brasil Ltda.", sustentam os auditores fiscais do trabalho que estiveram à frente da investigação.

Foi apurado que até a escolha dos tecidos era feita pelo Departamento de Produtos da Zara. Mas o fabricante terceirizado encaminhava peças piloto por conta própria para a matriz da Zara (Inditex) na Espanha, após a aprovação de um piloto pela gerente da Zara Brasil. Somente após a anuência final da Europa, o pedido oficial era emitido para o recebimento das etiquetas. Na opinião de Luís Alexandre Faria, auditor fiscal que comandou as investigações, a empresa faz de tudo, porém, para não "aparecer" no processo.



Para a fiscalização trabalhista, não pairam dúvidas acerca do gerenciamento da produção por parte da Zara. Entre os atos típicos de poder diretivo, os agentes ressaltaram "ordens verbais, fiscalização, controle, e-mails solicitando correção e adequação das peças, controle de qualidade, reuniões de desenvolvimento, cobrança de prazos de entrega etc."

Os 48 autos de infração foram lavrados em nome da Zara. "A empresa tem responsabilidade por quem trabalha para ela. Esses trabalhadores estavam produzindo peças da Zara, e seguindo determinações da empresa", coloca Giuliana. É a chamada responsabilização estrutural, completa Luís. "Essa é a atividade fim da empresa, a razão de sua existência. Portanto, é dever dela saber como suas peças estão sendo produzidas".

A confecção de uma calça gerava ao dono da oficina terceirizada R\$ 6, em média. Este valor era dividido em três partes: R\$ 2 para os trabalhadores; R\$ 2 para as despesas com alimentação, moradia e outros custos; e R\$ 2 para o dono da oficina. Após a produção na oficina, a intermediária (AHA) recolhia a produção e encaminhava as peças à lavanderia, também terceirizada. Depois, o produto ainda era acabado e embalado para ser entregue à Zara.

Após os flagrantes, os trabalhadores compareceram à SRTE/SP, onde foram colhidos depoimentos e emitidas as carteiras e as guias de Seguro Desemprego para Trabalhador Resgatado. Parte das vítimas já havia dado entrada na documentação obter o visto de permanência no Brasil.

As verbas rescisórias, que acabaram sendo pagas pela intermediária AHA, totalizaram mais de R\$ 140 mil. As contribuições previdenciárias sonegadas e pagas a *posteriori* somaram cerca de R\$ 7,2 mil. Já as contribuições sociais e ao FGTS sonegadas chegaram à R\$ 16,3 mil.

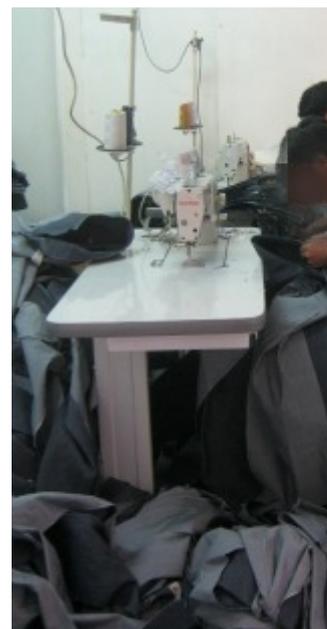
A **Repórter Brasil** entrou em contato com a AHA, que preferiu não responder especificamente ao conjunto de perguntas enviadas. A advogada da fornecedora da Zara enviou apenas uma nota escrita em que declarou que a empresa "jamais teve conhecimento da utilização, pelas oficinas contratadas, de mão de obra escrava; jamais teve qualquer participação na contratação dos funcionários de referidas oficinas; e, assim que tomou conhecimento de irregularidades constatadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, imediatamente adotou todas as providências necessárias à regularização".

A intermediária alega ainda em seu comunicado que "prestou serviços não só à Zara, como a outras empresas" e "que repudia toda e qualquer utilização, por quem quer que seja", de trabalho análogo à escravidão.

Calças

O primeiro flagrante de oficina em condições degradantes com pessoas costurando peças para a Zara se deu em Americana (SP), interior de São Paulo, no final de maio. Motivada pela denúncia de um trabalhador, a ação foi realizada pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Campinas (SP), pela Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15) e pela Polícia Federal (PF). A Vigilância Sanitária de Americana foi chamada a atuar e interditou os alojamentos. Os empregados não foram retirados por causa da inexistência de abrigos para este fim no município.

Foram encontrados 52 trabalhadores, sendo cinco deles brasileiros. O restante do grupo era formado por bolivianos. Na oficina de Narciso Atahuichy Choque, os empregados eram submetidos à jornada exaustiva e expostos a riscos. Além disso, muitos



Primeiro flagrante de trabalho escravo na cadeia produtiva da Zara foi em Americana (Fotos: BP)

trabalhadores foram aliciados na Bolívia e chegaram ao Brasil devendo o valor da passagem.

O alojamento e o local de trabalho estavam em condições degradantes e insalubres. Havia risco de incêndio devido à sobrecarga nas precárias instalações elétricas. Poderia haver explosão, por causa dos botijões de gás de cozinha encontrados irregularmente nos quartos.

A oficina funcionava em um imenso galpão de dois andares. No andar superior, ficavam os alojamentos e a cozinha. No inferior, as máquinas. A fiação elétrica estava exposta e o local era muito sujo. Havia um bebedouro, porém somente um copo plástico para todos dividirem. Os pequenos quartos abrigavam famílias inteiras e grupos de até cinco trabalhadores. Alguns cômodos tinham alimentos espalhados, armazenados de forma inadequada.

Um grupo de trabalhadores costurava uma calça jeans da Coleção Primavera-Verão da Zara. Cada trabalhador fazia uma parte da peça e o valor de, em média, R\$ 1,80, era dividido pelo grupo todo, composto por sete pessoas. O dono da oficina afirmou que trabalha há cinco anos com a intermediária Rhodes e que aproximadamente 70% da sua produção é destinada à empresa. A oficina é especializada em calças e bermudas. Uma funcionária da Rhodes costuma visitar e verificar as condições e o ritmo de produção da oficina.

Após a fiscalização, a Rhodes pagou as verbas rescisórias de cada trabalhador. A fiscalização foi à nova oficina de Narciso, em 26 de junho, e constatou melhorias. Entre elas, o registro de todos os funcionários, regularização migratória, submissão de costureiros a exames médicos.

De acordo com auditores fiscais da GRTE de Campinas (SP), houve adequação da instalação elétrica e melhora do espaçamento entre as máquinas. Os trabalhadores agora utilizam cadeiras com melhores condições ergonômicas e de conforto. A iluminação também foi melhorada e os equipamentos de incêndio estão todos válidos e sinalizados. As saídas de emergência foram demarcadas. "Com a mudança da oficina e a suspensão da interdição, grande parte dos trabalhadores voltaram a trabalhar de forma regular nas novas instalações da mesma oficina", discorre a auditora Márcia Marques. Foram lavrados 30 autos de infração contra a intermediária Rhodes pelas irregularidades encontradas. Nove autos se referem às questões trabalhistas e as demais infrações estão relacionadas à saúde e segurança do trabalho. A reportagem não conseguiu entrar em contato com a Rhodes pelos telefones da empresa.

Made in Brazil

Em resposta a questões sobre os ocorridos enviadas pela **Repórter Brasil**, a Inditex – que é dona da Zara e de outras marcas de roupa com milhares de lojas espalhadas mundo afora – classificou o caso envolvendo a AHA e as oficinas subcontratadas como "terceirização não autorizada" que "violou seriamente" o Código de Conduta para Fabricantes.

Seungod a Inditex, o Código de Conduta determina que qualquer subcontratação deve ser autorizada por escrito pela Inditex. A assinatura do Código do Conduta é obrigatória para todos os fornecedores da companhia e foi assumido pelo fornecedor em questão (AHA/SIG).

A empresa disse ter agido para que o fornecedor responsável pela "terceirização não autorizada" pudesse "solucionar" a situação imediatamente, assumindo as compensações econômicas dos trabalhadores e comprometendo-se a corrigir as condições de trabalho da oficina flagrada com escravidão.

Haverá, segundo a Inditex, um reforço an revisão do sistema de produção da AHA, assim como das outras empresas no Brasil, para garantir que não exista outro caso como este. "Estamos trabalhando junto com o MTE para a erradicação total destas práticas que violam não só nosso rígido Código de Conduta, como também a legislação trabalhista brasileira e internacional".

Em 2010, a Inditex produziu mais de 7 milhões de unidades de peças no Brasil, desenvolvidas, segundo a empresa, por cerca de 50 fornecedores que somam "mais de 7 mil trabalhadores". O total de peças que estava sendo produzido irregularmente (algumas centenas de peças), adicionou a Inditex, representa "uma porcentagem inferior a 0,03%" da produção do grupo, que é um dos maiores do mundo no segmento, no país.

A maior parte dos produtos do grupo que comanda a Zara é feita na Europa. Metade é confeccionada em países como Espanha (onde a empresa mantém fábricas próprias) ou Portugal. Outros 14% são fabricados em outras nações europeias como Turquia e Itália. A produção no Brasil corresponde a algo inferior a 1% do total. Em 2010, 30 lojas da Zara já estavam em funcionamento no país. São cerca de 2 mil profissionais contratados diretamente.

"No que se refere à presença comercial, o Brasil é o terceiro mercado mais importante da Inditex no continente americano, ficando atrás somente dos Estados Unidos e do México", colocou a empresa, que manifestou intenção de não abandonar a produção no país. "A Inditex prevê seguir crescendo no Brasil com a abertura de novas lojas a curto, médio e longo prazo".

**A jornalista da Repórter Brasil acompanhou a fiscalização da SRTE/SP como parte dos compromissos assumidos no Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções.*

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

O **CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Nacional de Imigração

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 113, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de outubro de 2015, a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Nacional de Imigração

UM DESASTRE HUMANITÁRIO NO CENTRO DE SÃO PAULO

por Renan Truffi — publicado 24/04/2014 05h33, última modificação 25/04/2014 06h29

Sem avisar a prefeitura de São Paulo e o governo federal, governo do Acre enviou haitianos para a cidade. Abandonados, eles dependem de ajuda para se alimentar.



Imigrante haitiano, Ferdinand Charles, de 34 anos, não fala português nem inglês. Como as línguas oficiais do seu país são o crioulo e o francês, Charles tenta se comunicar com as mãos. O primeiro sinal que faz é para explicar que está com fome. Depois, abre a carteira e mostra uma foto com a família, formada pela esposa e quatro meninas que não estão nem na adolescência. Há 15 dias, ele largou os parentes na cidade de Gonaïves, a quarta maior do seu País, e chegou ao Acre. Ficou pouco tempo e ganhou uma passagem do governo estadual para vir a São Paulo. Agora, enquanto espera conseguir uma carteira de trabalho para buscar um emprego, Charles dorme com outros 90 conterrâneos em colchões no chão da Igreja Nossa Senhora da Paz, na Baixada do Glicério, centro da cidade, e depende de ajuda para se alimentar.

Enquanto Charles conta sua história com a ajuda de outro haitiano, um dos poucos no grupo que fala inglês, mais cinco imigrantes entram no pátio da igreja com algumas malas nas costas. Esta é a nova rotina na Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz, conhecida como Missão Paz, desde que o principal abrigo para haitianos foi fechado na cidade de Brasiléia, no Acre, no início do mês. “Na nossa estrutura já passaram 450 haitianos da primeira semana de abril até agora. Temos uma média de 90 haitianos dormindo aqui por dia além dos 110 que já recebemos normalmente na Casa do Migrante. Ontem saíram duas ou três mulheres e chegaram mais 25 imigrantes”, conta o padre italiano Paolo Parise, diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM) da Missão Paz.

Os haitianos estão alocados de forma improvisada em um dos salões da Missão Paz. Eles dormem em colchões, um do lado do outro, e recebem cobertores por causa do

frio durante a noite. Não têm, no entanto, como tomar banho. E comem com a ajuda de moradores do bairro no entorno ou quando outros imigrantes que já estão fixados na região se mobilizam para ajudar. “Sábado alguns imigrantes peruanos vão fazer um sopão para eles. Com a ajuda dos haitianos que já vivem em São Paulo há algum tempo fizemos um jantar na segunda. Foram necessários 110 pratos”, explica Parise.

O fluxo de imigrantes haitianos na capital paulista aumentou porque o governo do Acre pagou passagem de ônibus para as pessoas que estavam abrigadas em Brasileia irem para outros estados, mas a maioria optou por São Paulo. A justificativa do secretário dos Direitos Humanos do estado do Acre, Nilson Mourão, é que as cheias do Rio Madeira impediram a continuidade do trabalho. Assim, neste meio tempo, pelo menos 1.800 imigrantes começaram a se espalhar por diversas cidades do País. Até agora aproximadamente 600 chegaram à capital paulista, de acordo com estimativa da Prefeitura de São Paulo, que diz ter sido pega de surpresa.

O fato de o governo do Acre, a prefeitura de São Paulo e o governo federal serem controlados pelo mesmo partido, o PT, não ajudou na comunicação. “Nós não fomos avisados. O prefeito Fernando Haddad ligou para o governador do Acre para deixar claro essa preocupação. O Ministério da Justiça também não foi avisado. A gente precisa identificar esse processo. Precisamos envolver o governo federal e o estadual”, afirmou Paulo Illes, coordenador de políticas para migrantes da prefeitura. Agora, o poder municipal está tentando conseguir um ginásio para colocar de forma emergencial os imigrantes que estão chegando na cidade.

Responsável pelos cuidados com os imigrantes, o padre Parise disse que recebeu uma ligação de Mourão, o secretário do Acre, pouco antes da “onda de imigrantes” começar a chegar, mas afirmou que o secretário assegurou que eles estavam só de “passagem”. “O Nilson Mourão tinha falado que era só para ajudarmos eles (haitianos) a pegar ônibus para o Sul do Brasil. Depois que a coisa toda se revelou. Mais ou menos 2/3 dos que chegaram até agora estavam sem dinheiro, com fome, alguns com a roupa do corpo e precisavam de abrigo. Os primeiros colocamos na Casa dos Migrante. Outros encaminhamos para o Arsenal da Esperança, aí uma certa altura começou a chegar gente que não acabava mais e não podemos deixar eles na rua”, explicou.

Segundo o padre, alguns haitianos chegaram a ser encaminhados também para albergues da cidade, mas, normalmente, eles não querem ficar e voltam para a Missão Paz. “A nossa tentativa há anos é convencer a Prefeitura que precisa abrir uma casa com perfil só para atender imigrantes e refugiados, coisa que não estão entendendo. Eles acham que (os haitianos) precisam entrar no bolo dos abrigos de pessoas em situação de rua. Tem três instituições que cuidam dos imigrantes. As três são ligadas à Igreja Católica. As três

trabalham no limite. O fato dos haitianos agora só revela um fato que espera uma resposta que está atrasada”, alertou.

Sem emprego

Independentemente da cidade onde nasceram, os haitianos têm a mesma resposta quando perguntados sobre o interesse em vir para o Brasil: um emprego. Todos reclamam que há poucas chances de conseguir um trabalho no país de origem e eles se sentem “obrigados” a deixar suas famílias para tentar enviar dinheiro de outro lugar do mundo. “Depois que você termina a escola ou a universidade você tem que sair do país. São poucos empregos, pouco dinheiro”, reclama Alcuis Kedner, de 28 anos, que chegou na Rodoviária da Barra Funda na terça-feira (22).

A esperança de conseguir garantir uma vida melhor faz, inclusive, com que alguns imigrantes cheguem “em família”. Jean Michelle Jeanty, de 47 anos, por exemplo, veio ao Brasil com o cunhado, de 34 anos. Largou a mulher e os dois filhos na cidade de Léogâne e parece estar convencido de que fez a melhor escolha mesmo quando questionado sobre quem vai garantir alimento para a família neste período em que ainda está tentando se estabelecer na capital paulista. “Ninguém. Eu quero mandar dinheiro”, afirma.

E, apesar das dificuldades com a língua, os haitianos estão recebendo diversos convites para ocuparem postos de trabalho de mão-de-obra barata. Várias empresas já procuraram a Missão Paz para oferecer emprego aos imigrantes, mas as ofertas esbarram na burocracia da retirada dos documentos necessários. Ainda que todos os haitianos já tenham CPF (Cadastro de Pessoa Física), muitos ainda não conseguiram a Carteira de Trabalho, o que dificulta a contratação.

“Ontem nós conversamos com o Ministério do Trabalho para propor uma ação especial para dar Carteira de Trabalho para esses imigrantes. Atualmente, em São Paulo, demora um mês e meio para conseguir uma carteira. Já tem trabalho, as pessoas estão prontas para contratá-los e falta o documento. Ontem (terça-feira 22), eu contei e tinha 50 haitianos sem isso”, avisa Parise.

Ainda que esteja passando fome e não possa nem tomar banho, Ferdinand Charles só tem uma preocupação: ligar para a família para avisar que está bem. “Não tenho dinheiro para falar com a minha esposa”, lamenta antes de reforçar que não quer voltar para o Haiti. “Melhor, se possível, seria encontrar um emprego para mandar dinheiro para os meus parentes”.